



**Universidade Federal do Pará**  
**Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –Embrapa Amazônia Oriental**  
**Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas**  
**Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Arthur Erik Monteiro Costa de Brito**

**Representações do Outro e conflitos no uso da terra: o caso do PDS Virola Jatobá –  
Anapu/PA.**

**Belém  
2018**

Arthur Erik Monteiro Costa de Brito

**Representações do Outro e conflitos no uso da terra: o caso do PDS Virola Jatobá – Anapu/PA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Sustentáveis e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Noemi Sakiara Miyasaka Porro

**Belém  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da  
Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a)

---

B862r Brito, Arthur Erik Monteiro Costa de  
Representações do Outro e Conflitos no uso da terra : O caso do PDS Virola Jatobá /  
Arthur Erik Monteiro Costa de Brito. — 2018  
166 f.

Dissertação (Mestrado) - , Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural,  
Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Noemi Sakiara Miyasaka Porro

1. Campesinato. 2. PDS Virola Jatobá. 3. Uso da terra. 4. Análise espacial. I. Porro,  
Noemi Sakiara Miyasaka, *orient.* II. Título

---

CDD 630.98117

ARTHUR ERIK MONTEIRO COSTA DE BRITO

**REPRESENTAÇÕES DO OUTRO E CONFLITOS NO USO DA TERRA: O CASO  
DO PDS VIROLA JATOBÁ – ANAPU/PA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém - PA: 26 / 02 / 2018

Banca Examinadora



Prof. Dr. Noemi Sakiara Miyasaka Porro  
(Orientadora)

Universidade Federal do Pará



Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Brüngel  
Universidade do Estado do Pará  
(Membro Titular – Examinador externo)



Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros  
(Membro Titular – Examinador interno)

A todos e todas que dedicaram suas vidas e morreram na busca de um mundo rural mais igualitário, com justiça social e desenvolvimento sustentável.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo o fundamental apoio que deram durante esta pesquisa, mãe, pai, tios, tias, avós, primos e à minha gata de estimação, que também acompanhou todo este percurso.

Aos amigos e amigas do curso de mestrado, de fora do curso, companheiros de banda, companheiros de conversas descontraídas, saibam que sua companhia e todos os diálogos foram essenciais durante estes dois anos.

À minha namorada, pelo companheirismo grandioso.

À minha orientadora e a todas as pessoas que participaram diretamente da construção desta pesquisa, Professores e Professoras do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS/UFPA), Professores e Professoras da Universidade do Estado do Pará (UEPA), e companheiros e companheiras de trabalho de campo.

Agradeço a todas as famílias camponesas do PDS Virola Jatobá, pelo acolhimento que me deram, pela oportunidade de vivenciar e conhecer um pouco de suas experiências cotidianas, e por seus ensinamentos, que fizeram de mim um pesquisador e ser humano melhor.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar conflitos acerca de formas de apropriação e uso dos recursos naturais entre famílias camponesas, tendo como estudo empírico o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá, situado na região da Transamazônica, município de Anapu, Estado do Pará. A partir de dados empíricos coletados em trabalho de campo, analisados com o aporte de conceitos sócio-espaciais como Paisagem, Cartografia e Território, buscou-se evidenciar as representações camponesas sobre o Outro e as causas do conflito internalizado neste assentamento rural, enfocando tensões expressas nas Áreas de Uso Alternativo, espaços destinados às práticas produtivas das famílias assentadas. Como parte da metodologia para coleta de dados foram feitas observações direta e participante em campo, entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos. Além disso, foram realizadas coleta e análise de dados espaciais para a confecção de mapas pela equipe de pesquisadores do Projeto Automanejo, no qual participávamos. Como resultado preliminar pôde-se registrar que os conflitos entre camponeses são localmente atribuídos a falsos dualismos, tais como pioneiros-novatos, agricultura-pecuária e Associação Virola Jatobá-Associação Liberdade do Povo, sobre os quais são criados significados e valores diversos, fragmentando as relações sociais entre os segmentos camponeses do assentamento. Como resultado final, vemos que os conflitos têm sua gênese em antagonismos entre grupos sociais com distintas relações com a natureza, demonstrando-se que no PDS Virola Jatobá existem diversas territorializações em construção.

**Palavras-chave:** Campesinato. PDS Virola Jatobá. Uso da terra. Análise espacial.

## ABSTRACT

The main research aims at analyzing conflicts about forms of appropriation of natural resources among peasant families, having as an empirical study the case of the Virola Jatobá Sustainable Development Project (PDS), located at Transamazônica área, Anapu city in State of Pará. Based on empirical data collected in field work, analyzed with the contribution of socio-spatial concepts such as Landscape, Cartography and Territory, we tried to highlight the peasant representations about the Other and the causes of the internalized conflict in this rural settlement, focusing on expressed in the Areas of Alternative Use, destined áreas to the productive practices of settled families. As part of methodology for data collection, direct and participant observations were made in the field, semi-structured interviews, field work photographic records. In addition, we collected and analyzed spatial data for the creation of maps by the team of researchers of self-management Project, in which we participated. As a preliminary result, it could be noted that conflicts between peasants are locally attributed to false dualisms, such as pioneer-novices, agriculture-livestock, and Virola Jatobá Association-Freedom of People Association, in which diverse meanings and values are created, fragmenting the social relations among the peasant segments of the settlement. As a final result, we see that conflicts have their genesis in antagonisms between social groups with different relations with nature, demonstrating that in the PDS Virola Jatobá there are several territorializations under construction.

**Keywords:** Conflict. Peasantry. Land use. Spatial analysis

## **LISTA DE SIGLAS**

**ARL** – Área de Reserva Legal

**APP** – Área de Preservação Permanente

**AUA** – Área de Uso Alternativo

**AUTOMANEJO** - Projeto Governança local e sustentabilidade do manejo florestal de base comunitária nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Transamazônica

**ALP** – Associação Liberdade do Povo

**AVJ** – Associação Virola Jatobá

**ASSEEFA** - Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia

**CATP** - Contrato de Alienação de Terras Públicas

**COOPAF** – Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicos e Florestais do PDS

Virola-Jatobá

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FAPESPA** - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará

**FVPP** - Fundação Viver Produzir e Preservar

**GPS** - Global Positioning System

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICRAF** – Centro Mundial de Pesquisas Agroflorestais

**IFPA** – Instituto Federal do Pará

**IFT** – Instituto Floresta Tropical

**IN** – Instrução Normativa

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEAF** – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares

**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**IPAM** – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

**PDS** – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

**PDS VJ** - Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá

**PPCDAm** - Plano de ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

**SIG** – Sistemas de Informações Geográficas

**SUFRAMA** -- Superintendência da Zona Franca de Manaus

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UFRA** – Universidade Federal Rural da Amazônia

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> PDS Anapu III e Anapu IV (PDS Virola Jatobá).....	21
<b>Figura 2:</b> Estrada da Gleba 132 em período não-chuvoso (Julho de 2016).....	31
<b>Figura 3:</b> Estrada da Gleba 128 em período chuvoso (Abril de 2017).....	33
<b>Figura 4:</b> Classificação da cobertura do solo nas AUA do PDS VJ.....	34
<b>Figura 5:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Charles.....	37
<b>Figura 6:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Edir.....	38
<b>Figura 7:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Juarez.....	47
<b>Figura 8:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Zaqueu, (modificado com caneta esferográfica).....	49
<b>Planilha 1.</b> Planilha que destaca as perspectivas futuras para a Área de Uso Alternativo do lote de Zaqueu.....	50
<b>Figura 9:</b> Estrada da Gleba 107 e sombra de Arthur Brito.....	55
<b>Figura 10:</b> Juarez segurando parte da produção de sua Área de Uso Alternativo.....	57
<b>Figura 11:</b> Juarez olhando-se no espelho e penteando o cabelo no interior de sua casa.....	58
<b>Figura 12:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Vanderley.....	74
<b>Planilha 2:</b> Planilha que destaca as perspectivas futuras para a Área de Uso Alternativo do lote de Vanderley.....	76
<b>Tabela 1:</b> Quantidade de pastagem nas Áreas de Uso Alternativo.....	92
<b>Figura 13:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Norma.....	97

<b>Figura 14:</b> Represa no lote de Norma e Antônio .....	100
<b>Figura 15:</b> Áreas de Uso Alternativo com pastagem na gleba 132.....	102
<b>Figura 16:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Hermanoteu.....	108
<b>Figura 17:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Zoni.....	110
<b>Figura 18:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Amorim.....	112
<b>Figura 19:</b> Representação horizontal da paisagem: Área de Uso Alternativo de Amorim.....	113
<b>Figura 20:</b> Lote comunitário da Associação Virola Jatobá.....	114
<b>Figura 21:</b> Diagnóstico do desflorestamento nos PDS Anapu III e IV, destacando área da Vicinal 115.....	118
<b>Figura 22:</b> Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Vanderley.....	119
<b>Figura 23:</b> Aldenir e Célia (Gleba 132).....;	127

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 – PROPOSTA DA PESQUISA</b> .....	19
1.1 <b>Localização da área estudada</b> .....	19
1.2 <b>Problemática</b> .....	21
1.2.1 Fronteira e Território na criação do PDS Virola Jatobá.....	21
1.2.2 Paisagem e Áreas de Uso Alternativo no PDS Virola Jatobá.....	29
1.3 <b>Pergunta de pesquisa</b> .....	40
1.4 <b>Objetivos</b> .....	40
1.4.1 Geral.....	40
1.4.2 Específicos.....	40
<b>2 - METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	42
2.1 <b>Escolha do local de pesquisa</b> .....	42
2.2 <b>A inserção do pesquisador no PDS</b> .....	44
2.3 <b>Levantamento, coleta e análise de dados</b> .....	50
<b>3 - REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	61
3.1. <b>Campesinato e Fronteira</b> .....	61
3.2. <b>Cartografia e Paisagem</b> .....	68
3.3 <b>Conflitos e Território</b> .....	78
<b>4 – QUESTIONANDO DUALISMOS: DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE O USO DA TERRA NAS ÁREAS DE USO ALTERNATIVO DO PDS VIROLA JATOBÁ</b> .....	86
4.1 <b>AUA de pioneiro versus AUA de novato</b> .....	86
4.2. <b>Agricultura versus pecuária nas AUA</b> .....	101
4.3 <b>Associação Virola Jatobá versus Associação Liberdade do Povo</b> .....	108

<b>5 -</b>	<b>CONFLITOS INTERNALIZADOS E TERRITÓRIO.....</b>	<b>121</b>
5.1	<b>Desterritorialização in situ e campesinato: mobilidades, i-mobilidades e normatizações ambientais.....</b>	<b>121</b>
5.2	<b>Territorializações conflituosas entre camponeses?.....</b>	<b>136</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>152</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>164</b>

## INTRODUÇÃO

Este projeto tem como ponto de partida os conflitos ocasionados pela divergência quanto à apropriação e uso da terra e recursos florestais entre camponeses designados como beneficiários de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável chamado PDS Virola Jatobá, localizado no município de Anapu, Estado do Pará. O centro da investigação é o exame dos motivos dos conflitos de ideias e práticas que relacionam-se às Áreas de Uso Alternativo<sup>1</sup> deste assentamento, analisadas a partir de suas representações espaciais, através de conceitos como paisagem e território.

A análise da heterogeneidade de discursos e práticas quanto as formas de apropriação e uso<sup>2</sup> do meio ambiente na Amazônia se mostra, no decorrer da história, como uma das bases para o entendimento dos conflitos que ocorrem na mesma. Contudo, essa heterogeneidade se assenta em relações de poder que estabelecem hierarquias e hegemonias. A visão hegemônica inaugurada pelos militares sobre a Amazônia, desenvolvida principalmente durante a ditadura iniciada em 1964, foi baseada num estereótipo de região natural. Essa visão tendia a homogeneizar o espaço amazônico, que seria destinado à extração de recursos naturais por agentes da modernidade e do desenvolvimento, gerando um discurso que o tomava como um espaço socialmente vazio (NAHUM, 2012).

Esta visão mostra-se completamente diferente dos sentidos expressos pelas chamadas comunidades tradicionais<sup>3</sup>, que há séculos dão sentido prático e simbólico à diversidade dos recursos amazônicos, e também da racionalidade de caboclos que, mesmo antes do avanço da economia da borracha no final do Século XIX, já ocupavam específicas porções da Amazônia (GONÇALVES, 2012; IANNI, 1981).

---

<sup>1</sup> Nos assentamentos de reforma agrária, as Áreas de Uso Alternativo são porções de terra destinadas à agricultura, piscicultura, pecuária e extrativismo, em contraposição à Reserva Legal.

<sup>2</sup> Utilizamos os termos *apropriação e uso* (da terra e de recursos ambientais), simultaneamente, como forma de demonstrar que existem relações práticas de intervenção no meio, mas simultaneamente coexistem relações simbólicas culturais imateriais. A nosso ver, *o uso* (da terra e dos recursos ambientais) explícita a dimensão prática de intervenção no meio, mesmo que contenha em si uma dimensão imaterial e simbólica. Por outro lado, a *apropriação* explicitaria, a priori, a dimensão de significação dada à intervenção no meio, mesmo que possua uma dimensão prática e material.

<sup>3</sup> Nesta dissertação, assumiremos como definição de comunidades tradicionais aquela do Decreto 6040 de 2007: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Dessa forma, verifica-se a existência, não de uma Amazônia homogênea e desabitada, mas de muitas “Amazônias”, que se caracterizam por sua diversidade natural e cultural simultaneamente (GONÇALVES, 2012). E dessa diversidade, permeada por relações de poder entre os diferentes, emergem conflitos. Dentro da história dos conflitos na Amazônia, esta diversidade de agentes invoca a todo momento a questão da alteridade, do encontro com o Outro, o que pode gerar estranhamentos e ainda conflitos entre os grupos.

John Comerford (2003), autor com trabalhos mais recentes sobre as relações interpessoais do campesinato, opta em determinados trabalhos pela ênfase no debate sobre os conflitos entre grupo camponeses, explicando as causas comuns das brigas, badernas, confusões, que perpassam o cotidiano do camponês. De forma distinta da noção de “Outro”, expressa em Martins (2014a), Comerford (2003) utiliza o termo “estranho” fazendo referência à heterogeneidade de visões camponesas dentro de uma mesma comunidade. O termo é assim adotado como forma de demonstrar que mesmo dentro de uma comunidade camponesa, podem haver diferentes visões sobre a apropriação e uso de determinados elementos do meio natural, gerando diferentes perspectivas econômicas para o futuro, por vezes baseadas em diferentes posicionamentos políticos.

Esse estranhamento nos leva a questionar se há uma construção de relações entre um “Eu” e um “Outro”, mesmo entre camponeses. Haveria uma clivagem tal que sugerisse alteridades e uma noção do “Outro” tal como em Martins (2014a)?

Comerford (2015), em estudo sobre comunidades rurais de Minas Gerais, explica que o campesinato pode organizar-se a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, coparticipação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso. Contudo, afirma que seria um erro entender estas formas de sociabilidade separadas da dimensão “agonística”, a dinâmica inerente ao conflito. O autor utiliza então “sociabilidade agonística” para expressar de forma sucinta uma das características centrais das comunidades estudadas.

Essa dinâmica conflituosa não é exclusividade do campesinato. Bruno (2010), em exemplo sobre representantes de diversas entidades patronais ligadas ao agronegócio, nos mostra que seus entrevistados costumam apresentar uma imagem do agronegócio homogênea, onde “não existiriam diferenças ou divergências” (2010, p. 4). Contudo, a autora afirma que,

contrariando essas imagens de harmonia, existem também relações de poder internas ao grupo que explicitam as tensões do mesmo.

Do mesmo modo, o campesinato amazônico, diante de toda a sua diversidade (MOREIRA; HÉBBETE, 2009), não está livre de tensões entre seus componentes, estando estes dentro de uma mesma comunidade, entre comunidades vizinhas ou mesmo distantes. Estes conflitos, porém, podem ser causados por inúmeros fatores, desde problemas pessoais entre membros da comunidade, relacionados a adultério, briga entre filhos de famílias diferentes, dívidas, até problemas referentes à opção política (COMERFORD, 2003).

Os conflitos que envolvem a gestão dos recursos ambientais se encaixam ao final deste espectro, e se apresentam como ponto importante dos conflitos definidores do século XXI, participando das mais variadas escalas de relações de poder entre os grupos sociais. Sabendo disso, nosso foco principal neste trabalho será dado a estes últimos tipos de conflitos.

No fim do século XX, o debate sobre a questão ambiental toma proporções globais, seja na Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente em Estocolmo (1972) que tornou-se um marco, seja nas posteriores conferências, encontros e declarações que ocorrem em diversas partes do mundo (MENDONÇA, 2010). Destacamos a importância do relatório “Nosso Futuro Comum”, preparado sob a liderança de Gro Harlem Brundtland em 1987, que tornou-se um marco histórico e deu a base para a legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável, pois já trazia consigo a ideia de que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (VEIGA, 2015).

Neste contexto, a Amazônia torna-se um espaço geopoliticamente estratégico, uma fronteira do capital natural em nível global, hipótese de Becker (2005). As consequências do turbilhão de intencionalidades que visam a Amazônia são verificadas em diversas dimensões da realidade. Um exemplo é evidenciado no modo de agir dos movimentos sociais, que cada vez mais se apropriam do discurso ambiental para ampliar a legitimidade de seus objetivos, tais como a demarcação de territórios, ou o reconhecimento de seus saberes (TEISSERENC, 2010a; 2010b). Os efeitos dessa internalização da questão ambiental enquanto objeto público em conflitos sociais, de forma naturalizada, passa ser também debatido (LOPES, 2006).

Esses processos são também expressos na dimensão fundiária. Foi nas últimas décadas do século XX, com a conquista da constituição de 1988, que seringueiros reivindicaram as reservas florestais para sua reprodução, assim como indígenas e quilombolas, que passaram a

pressionar as instituições governamentais, objetivando a demarcação de terras (GONÇALVES, 2012). Mesmo com argumentos diversos, movimentos sociais camponeses como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também incluem gradualmente em seu discurso os efeitos negativos dos impactos ambientais causados pelos latifúndios e valorizam o equilíbrio ecológico, como formas de legitimar suas ações (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Fazendo referência ao âmbito estatal, Lopes (2006) afirma que nesse contexto de ambientalização<sup>4</sup> há uma preocupação maior do Estado em ser organizado e eficaz na dimensão ambiental. A partir dos anos 1970, verifica-se a importância crescente dada à esfera institucional voltada à questão do ambiente, sendo criadas uma série de instituições para cumprirem com estes objetivos. Alonso (2002) sintetiza essas ações como um processo de institucionalização da questão ambiental.

Neste novo contexto, a Amazônia se destaca como prioridade de muitos programas que visam combater o avanço do desmatamento das últimas décadas, exemplo importante é o PPCDAm (Plano de ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal). Este consiste num plano tático-operacional que objetiva acabar com desmatamento ilegal na Amazônia reduzindo os prejuízos causados à natureza e impedindo novos processos ilegais, o que, teoricamente, beneficia a sociedade atual e as futuras gerações (MMA, 2013).

O PPCDAm faz parte de um contexto internacional em que o governo brasileiro pretende cumprir o compromisso nacional voluntário de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, firmado em conferência internacional<sup>5</sup> (MMA, 2013). Dentro da estrutura do PPCDAm é dada prioridade a alguns municípios, haja vista que estes possuem as maiores taxas de desmatamento da Amazônia Legal, estando Anapu entre os municípios selecionados na terceira (2012-2015) e quarta (2016 a 2020) fases de implementação do PPCDAm.

As políticas públicas referidas à agricultura familiar, por exemplo, em meio a esses debates que transitam em diversas escalas, ganham também uma gradual preocupação com o

---

<sup>4</sup> Para Sérgio Lopes a ambientalização seria “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial” (LOPES, 2006, p. 34).

<sup>5</sup> 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em 2009 em Copenhague.

meio ambiente. Grisa e Schneider (2015, p. 137) ratificam essa afirmação ao mostrar que na virada do século surge uma geração diferenciada de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, baseada sobretudo na “construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental”.

Este contexto de institucionalização da questão ambiental de discussões sobre sustentabilidade, conservação e preservação da natureza, não torna, contudo, os grupos sociais unidos por uma causa comum a ponto de livrarem-se de seus conflitos internos. Ao contrário, por vezes, suas diferenças se intensificam com os processos de ambientalização dos conflitos sociais. Suas divergências sobre as formas de apropriação e uso do meio ambiente continuam, em maior ou menor escala, envolvendo as diferentes visões de mundo das famílias, suas diferentes estratégias para obter renda e suas interpretações das normatizações ambientais que lhes atingem.

Tanto os conflitos entre grupos sociais distintos quanto os conflitos internos a determinados grupos sociais devem, então, levar em conta os processos de ambientalização, entendendo que estes podem imiscuir-se aos conflitos, intensificá-los ou mesmo provocá-los. Neste trabalho daremos exemplos de conflitos entre famílias camponesas num assentamento chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, buscando entender a relação que estes conflitos possuem com o contexto de preocupações ambientais no qual a Amazônia está inserida. Para orientar essa busca, estabelecemos como pergunta de partida: Como os conflitos entre as famílias do PDS Virola Jatobá em torno da apropriação e uso dos recursos naturais se refletem na paisagem das Áreas de Uso Alternativo?

Assim, a dissertação que desenvolve essa questão se organiza em 5 capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a proposta da pesquisa, dando a localização da área de estudo, descrevendo alguns aspectos visuais da paisagem do assentamento e demonstrando como surge a problemática da pesquisa. Por fim, explicitamos os recortes espaciais, temporais e conceituais da pesquisa, ratificando nossa pergunta de pesquisa.

O segundo capítulo descreve a metodologia que dá suporte a este trabalho, informando os motivos que levaram à escolha da área de estudo, detalhando os períodos e objetivos dos trabalhos de campo, o processo de minha inserção no assentamento, o modo como se deram as relações iniciais com os sujeitos coletivos e as os processos de levantamento, coleta e análise de dados.

No Terceiro capítulo apresentamos os três eixos de nosso referencial teórico: campesinato e fronteira; cartografia e paisagem; conflitos e território. Neste capítulo explanamos sobre os conceitos que permeiam nosso estudo, demonstrando os pontos em que concordamos e discordamos dos autores, para assim evidenciar os caminhos teóricos que tomamos.

O quarto capítulo traça um debate acerca dos discursos e práticas sobre o uso da terra nas Áreas de Uso Alternativo do PDS Virola Jatobá. As análises que compõem este capítulo giram em torno de dualismos, expressos pelo campesinato local, que por sua vez estão diretamente vinculados aos conflitos no assentamento. Os dualismos analisados são três: *AUA de pioneiro versus AUA de novato*, referindo-se a dualismo entre os sujeitos coletivos locais; *agricultura versus pecuária nas AUA*, referindo-se a dualismo entre atividades exercidas na agricultura familiar camponesa e *Associação Virola Jatobá versus Associação Liberdade do Povo*, referindo-se a dualismo entre formas organizativas comuns ao campesinato em áreas de assentamento na Transamazônica.

O quinto e último capítulo da dissertação analisa os conflitos do PDS Virola Jatobá a partir do conceito de território, demonstrando como agentes externos ao PDS interferem diretamente nos conflitos internalizados entre os camponeses deste assentamento. Por fim, caminhamos para a conclusão de que existem diversas territorializações em emergência no PDS Virola Jatobá, que mostram-se distintas não só quando analisamos a relação Estado-Campesinato, mas também na própria relação Campesinato-Campesinato.

## CAPÍTULO 1 – PROPOSTA DA PESQUISA

### 1.1 Localização da área estudada

Nosso estudo empírico foi realizado num assentamento ambientalmente diferenciado<sup>6</sup>, implantado em 2002 pela Portaria INCRA SR01 nº 39/2002. O assentamento localiza-se no Estado do Pará, na microrregião de Altamira, especificamente no município de Anapu. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, localmente chamado apenas de Virola, é a nomenclatura do assentamento de nosso estudo.

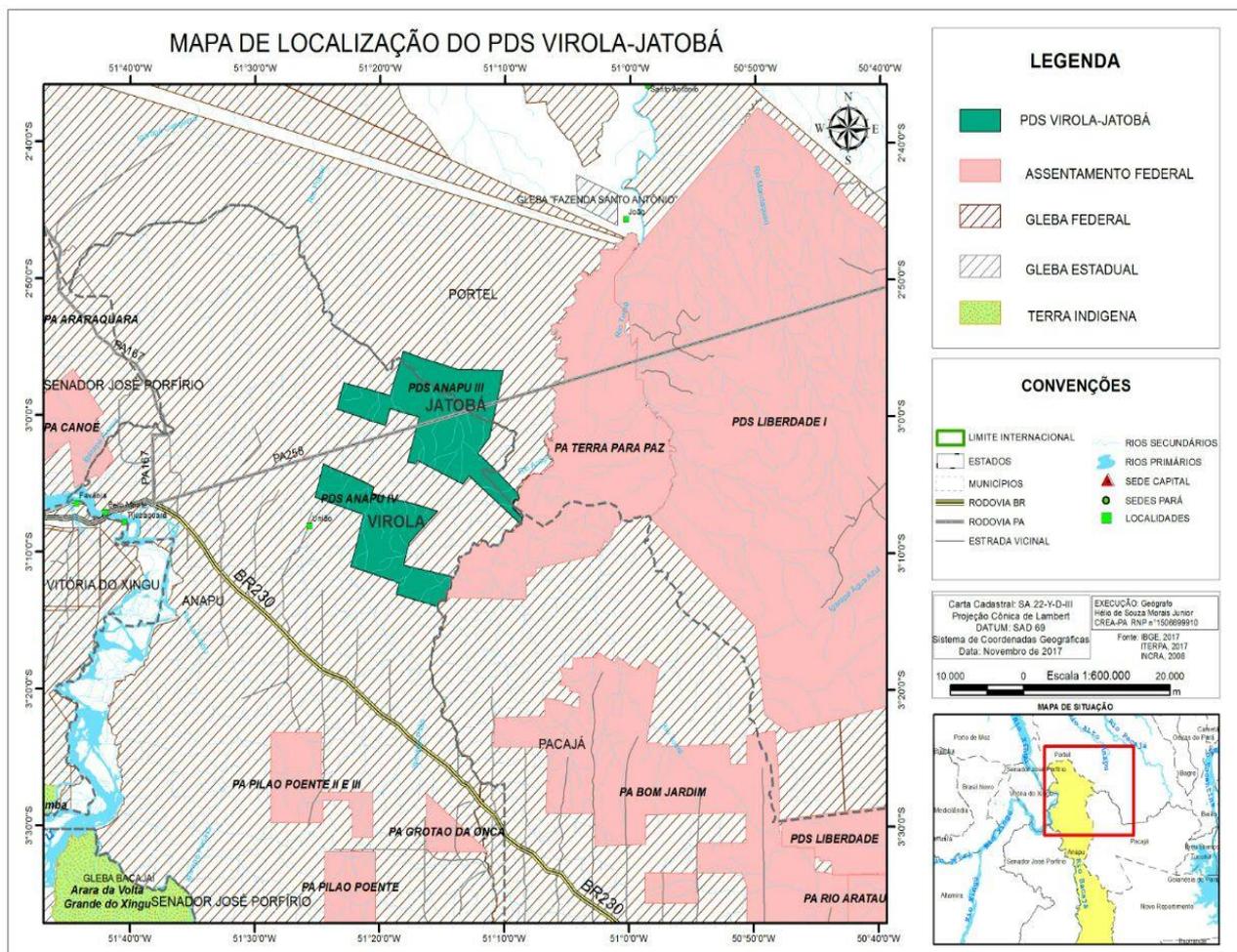
Rodeado por Projetos de Assentamentos convencionais (PA's) e áreas de Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP) ainda sob judicío, o assentamento diferencia-se de seu entorno por ter sua Reserva Legal sob controle coletivo, exigindo-se um Plano de Uso coletivamente votado. As normas ambientais podem ser mais rigorosas e especificamente monitoradas dada a ênfase ao seu objetivo do desenvolvimento sustentável, porém são as mesmas normas que deveriam vigorar nos Projetos de Assentamento convencionais. Outra diferença é que, devido a esse monitoramento sua paisagem ainda contém mais de 90% de floresta primária relativamente preservada, porcentagem que não é similar nos espaços que o circundam. O assentamento, mesmo que seja compreendido como um só, denominado de PDS Virola Jatobá, é dividido em dois módulos, registrados no INCRA como PDS Anapu III e PDS Anapu IV<sup>7</sup>. Esses módulos correspondem a duas áreas descontínuas e possuem 39.485,75 hectares ao todo.

---

<sup>6</sup> Diferente da modalidade Projeto de Assentamento (PA) convencional, os assentamentos “ambientalmente diferenciados” são assentamentos com propostas sustentáveis de relação homem-meio, surgindo sobretudo na década de 90 com os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) (ASSUNÇÃO, 2016). O assentamento estudado é denominado de Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá (PDS VJ), sendo a modalidade PDS, criada por meio da Portaria/INCRA Nº 477/99. Segundo a Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Portaria INCRA/P nº 1.032/2000, esta modalidade é “de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (MDA, 2006, p. 14).

<sup>7</sup> Os módulos PDS Anapu I e II compunham outro Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Anapu, designado como PDS Esperança, tendo sido eliminado posteriormente o PDS II.

Figura 1: PDS Anapu III e Anapu IV (PDS Virola-Jatobá).



Fonte: Hélio de Souza Moraes Junior.

O módulo PDS Anapu III possui a extensão de 24.237,99 ha e é composto exclusivamente por Áreas de Reserva Legal (ARL), que estão sob o regime de propriedade de uso comum, diferente do PDS Anapu IV, que possui além da ARL de uso comum, os lotes de 20 ha cada destinados às famílias de agricultores(as) assentados(as) pelo INCRA, para uso privado. A Reserva Legal segundo definição da Lei 12.651/2012 é uma

área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural [...] com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

O PDS Anapu IV possui 15.247,77 hectares e é dividido em 5 glebas (107, 128, 129, 130, e 132) que contém 160 lotes formalizados e mais 3 lotes que ainda não foram devidamente formalizados. Cada lote concedido às famílias possui a área de 20 hectares, compondo as Áreas de Uso Alternativo (AUA), que possuem a finalidade de ser base para as

atividades produtivas das famílias assentadas, seja através de lavouras anuais, cultivos permanentes, criação de gado, de peixe ou de outros animais, bem como do extrativismo, visto que parte relevante dessas AUA ainda está sob cobertura florestal. O restante das áreas do PDS IV são Áreas Reservas Legais para uso comum.

## 1.2 Problemática

### 1.2.1 Fronteira e Território na criação do PDS Virola Jatobá

Residem e trabalham no PDS Anapu IV, camponeses que se deslocaram de diversas partes do Brasil, em busca de terra e de trabalho (SANTOS, 2011; SANTOS JUNIOR, 2016). Os que advieram do Nordeste, por exemplo, geralmente foram repelidos de “regiões em que há grande proporção de pequenos estabelecimentos com pequena proporção de terras e ao mesmo tempo, poucos estabelecimentos grandes com muita terra” (MARTINS, 1991, p. 74), ou seja, para estes grupos, a busca por uma terra é sem dúvida um fator central para o alcance de melhorias em sua condição socioeconômica, e a possibilidade do trabalho livre do jugo de um patrão, sobre esta terra, complementa essa busca (MENDES, 2015).

Para Velho (2009), em outra perspectiva, estes deslocamentos de pessoas, em grande quantidade, como o que ocorreu nessa região da Transamazônica, principalmente na segunda metade do século XX, são uma das características das zonas de fronteira. Embora esses deslocamentos não mais ocorram em volume e trajetórias como então, os também característicos conflitos permaneceram, associados à mobilidade agora intra-regional. O conceito de fronteira, enquanto o lugar do conflito social, permanece então com o poder explicativo que acreditamos ser atual para as realidades empíricas que registramos no PDS Anapu. No entanto, é importante salientar que há diferenças entre os deslocamentos ocorridos naquele período e os que foram efetuados nas primeiras décadas de 2000.

Martins (2014a) nos explica que aqueles deslocamentos geraram *fricções interétnicas*, destacando os diferentes mundos que se chocam na dinâmica da fronteira amazônica, zona de conflitos e lugar das incertezas, onde não só os grupos culturais se encontram, mas se enfrentam e ou aglutinam. E há ainda, no caso do camponês, o embate contra a própria natureza e a sua ressignificação, que pode ser vista como algo a ser desbravado, objeto exterior ao ser humano, que necessita ser dominado pelo mesmo (LOCATEL, 2006).

Essa mesma concepção de natureza exterior, a ser desbravada e explorada, que segundo Gonçalves (2011) tem sua afirmação em René Descartes<sup>8</sup>, também foi usada como legitimadora de conflitos sociais. Haja vista que via de regra as comunidades indígenas eram tidas como grupos selvagens e primitivos, sendo parte integrante da natureza, e por conseguinte necessitavam de uma certa domesticação por grupos sociais supostamente mais evoluídos culturalmente.

Os territórios indígenas existentes nas áreas onde o governo militar implantou a rodovia Transamazônica e o esquema de colonização foram, portanto, usurpados e seus sujeitos deslocados e confinados em áreas delimitadas pelo governo como Terras Indígenas. Quando o município de Anapu foi fundado, esse rompimento da fronteira demográfica pela frente de expansão camponesa já estava relativamente consolidada. A frente pioneira capitalista que rompeu definitivamente a fronteira econômica teve sua expressão não apenas nos empreendimentos próximos à sede do município ou agrovilas, mas em glebas de 3000 ha sob Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP's).

O município de Anapu tem sua origem na década de 1970, a partir da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) (IBGE, 2017). Os incentivos aos grandes deslocamentos populacionais, sobretudo do Nordeste para a Amazônia, vinculavam-se ao contexto da integração da Amazônia ao restante do Brasil, baseados em concepções do governo militar sobre a Amazônia, expressas em slogans como: “integrar para não entregar” e “Terras sem homens para homens sem terra”. Não podemos desconsiderar entretanto que os deslocamentos, nestes casos, faziam parte de uma relação de expulsão-atração, onde somava-se o potencial de atração das propagandas do regime militares ao “potencial de expulsão” que a concentração fundiária gerava nas regiões de origem dessas famílias (HÉBETTE, 2004a).

No entanto, em poucos anos, a concentração fundiária tornou-se evidente, devido à priorização do Estado aos grandes empreendimentos agropecuários e o não estabelecimento de uma política específica para a produção camponesa na fronteira (COSTA, 2012), o que gerava a continuidade dos deslocamentos das famílias, seja pela expulsão das terras, então

---

<sup>8</sup> Gonçalves explica que é com Descartes que as oposições homem-natureza e sujeito-objeto tornam-se mais completas, isto se daria principalmente pelo antropocentrismo que marca a modernidade e o conhecimento cartesiano (GONÇALVES, 2011). Descartes (2012, p. 50), propõe uma “filosofia prática”, onde, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, e de todos os corpos que nos rodeiam, poderíamos empregá-las em “todos os usos a que são próprios e assim tornar-nos como mestres e donos da natureza”.

ocupadas, seja pela falta de infraestrutura, incentivos e recursos para manter-se nela. Sobretudo, essa integração ocorreu sem que a Reforma Agrária de fato tivesse chances de se viabilizar, permanecendo os problemas estruturais e insolúveis que até hoje assolam os assentamentos ditos de reforma agrária.

Hébette (2004b), afirma que nos governos militares, havia ao invés de uma política para fixar o homem à terra, uma política para o deslocamento do camponês. O migrante, a partir de uma frente de expansão, chegaria primeiro<sup>9</sup> para “amansar” a terra (roçar a floresta e afastar indígenas), sendo por vezes expropriado novamente a partir da chegada de frentes pioneiras que, por meio da grilagem, efetivavam outro processo de desterritorialização campesina, “empurrando” os mesmos para novas frentes (MARQUES; MARQUES, 2015).

A história do PDS Virola Jatobá possui sua origem em meio aos conflitos que envolviam posseiros, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), (sendo a missionária Dorothy Stang uma figura chave), fazendeiros, madeireiros e o governo. Grande parte de onde é hoje o PDS Virola eram áreas de CATP's, onde fazendeiros e governo haviam mantido relação contratual na década de 70. Porém, pela fragilidade organizacional e pela própria intencionalidade de especulação, esta se desfez por descumprimento de cláusulas, seja por parte do governo, seja por parte dos fazendeiros, o que deu espaço para as reivindicações dos agricultores apoiados pela CPT sobre estas glebas de 3000 ha.

A opção do governo militar pelo financiamento de grandes projetos agropecuários na Transamazônica, a partir da década de 70, foi estudada por diversos autores. Hébette (2004a) afirmava que não havia registros de incentivos fiscais que, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), objetivassem pequenos e médios produtores. De forma similar, Fearnside (1991) nos conta que o domínio das pastagens sobre a paisagem amazônica devia-se mais aos generosos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) aos produtores extensivos, do que pelo desempenho agrônômico desta atividade em terras amazônicas.

Costa (2000), por sua vez, explica que, até 1980, 87,8% do total de recursos fiscais foram destinados a projetos na atividade pecuária, sendo distribuídos a três grupos distintos: empresas gigantes (como Bradesco S/A e Construtora Mendes Jr.); para grupos de familiares

---

<sup>9</sup> Assim como Locatel (2006), entendemos que neste processo não há uma linearidade histórica, nem espacial, onde a frente de expansão seria determinadamente anterior à frente de pioneira.

de fora da região (como a família Lunardelli) e para projetos das oligarquias locais (Darcier Lobato e Xerfan). O restante da porcentagem concentrava-se em projetos agroindustriais.

Segundo Walker et al. (1997), ainda no final da década de 70, o governo entendeu que a colonização, priorizando pequenos produtores, era cara e a produção baixa. Dessa forma, a falta de acesso à infraestrutura, aos recursos e incentivos, por parte de famílias camponesas migrantes, geravam permanentes buscas de alternativas, como a organização em associações e grupos de mulheres, por exemplo. Como uma peça-chave na temática da luta por direitos de trabalhadores rurais na Transamazônica, a Comissão Pastoral da Terra emerge já na década de 70, ganhando destaque pelo apoio às iniciativas camponesas de resistência e sobrevivência (MENDES; PORRO, 2015).

Na década de 80, diferentes formas de luta pela terra e florestas consolidaram-se em diversos focos na Amazônia, um dos principais exemplos de resistência organizada é a experiência dos seringueiros no Acre. Sob a liderança de Chico Mendes, lutavam pela permanência de forma autônoma nos seringais, reivindicando uma efetiva reforma agrária, a partir da criação de reservas extrativistas, haja vista o fracasso dos projetos de assentamentos convencionais criados pelo INCRA (PAULA, 2009). A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, ratifica uma luta não só pela garantia dos direitos destes trabalhadores, mas sobretudo pela garantia do direito de manter a conservação dos recursos necessários à sua reprodução, sem que estas florestas fossem convertidas em pastagens por grandes latifundiários da região (PAULA, 2009).

O debate ambiental, especificamente na Transamazônica, é mais fortemente incorporado ao nível das organizações de maior expressão pública no final da década de 80, tendo como marco o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989, na cidade de Altamira. O foco eram as consequências socioambientais que a Usina de Belo Monte trariam para a região e, principalmente, para as comunidades indígenas que ali viviam (MENDES, 2015; BAINES, 2009).

A década de 90 evidenciou a maximização dos debates ambientais que já vinham ocorrendo na Transamazônica, sob promoção de organizações como a FVPP, FETAGRI e ONGs de apoio. Em Anapu, o objetivo de uma territorialização camponesa nesta região, liderada por iniciativas de organizações locais como o Movimento Fraternal de Mulheres Lutadoras de Anapu (MFMLA), e organizações religiosas como a Comissão Pastoral da

Terra, que tinha como figura central Dorothy Stang, perpassava pela ideia de uma via alternativa aos Projetos de Assentamento convencionais do INCRA.

No contexto abordado, com o apoio de lideranças do Conselho Nacional de Seringueiros e colaboradores do Centro Nacional de Comunidades Tradicionais (CNPT), essas organizações iniciaram as discussões, em conjunto com instituições como IBAMA e INCRA, acerca de uma nova modalidade de assentamento, que aliasse sustentabilidade ambiental e infraestrutura socioeconômica para as famílias assentadas (MENDES, 2015). Destes debates surge a possibilidade de se implantar a modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Transamazônica. Em termos nacionais, estavam então, em curso, propostas de instrumentos de regularização fundiária, sem o foco, a priori, na territorialização de camponeses migrantes, haja vista que a proposta inicial dos PDS's possuía em seu âmago o objetivo de assentar comunidades extrativistas.

A Portaria/INCRA N° 477/99, que criava a modalidade PDS, teve posteriormente seu artigo N° 3, modificado pela Portaria INCRA N° 1.040, de 11 de Dezembro de 2002, justamente para aumentar seu público alvo, para aqueles que pudessem vir a praticar o extrativismo e outras atividades de baixo impacto. Essa mudança possibilitou o cadastramento dos chamados camponeses de fronteira, o grupo social que seria predominantemente o “cliente de reforma agrária” na região da Transamazônica. A Portaria citada anteriormente surge no mês seguinte da criação dos PDS's Esperança e Virola Jatobá.

Durante o período entre a oficialização do PDS em 2002 e o assassinato de Dorothy em 2005, ocorreram várias ameaças e violências às famílias assentadas e aos líderes da CPT, o que só veio a tornar ainda mais tensa a situação no assentamento. Essa tensão só foi minimizada temporariamente quando os olhares voltaram-se para Anapu, com a repercussão que causou na mídia o assassinato de Dorothy, em 12 de Fevereiro de 2005.

Compreendemos o período entre 2004 e 2006, que coincide com a criação do PDS, quando também foram suspensas as atividades florestais, fechadas serrarias e suspensas as autorizações de transporte de produtos florestais, como um momento repleto de *conflitualidades* (GIRARDI; FERNANDES, 2009; FERNANDES, 2015), que seriam:

[...] processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2015, p. 201).

O entendimento destes conflitos, que permeiam a história desde a criação do PDS Virola Jatobá, indicam que o conceito de *fronteira* pode tornar-se uma ferramenta conceitual de suma importância na análise dos processos conflituosos entre fazendeiros, indígenas, quilombolas e camponeses. Em um exemplo relacionado à fronteira, Martins (2014a) nos coloca uma situação peculiar, quando explica que a dinâmica desta, movida pelas fricções interétnicas, causava também conflitos entre os próprios povos indígenas, que se deslocavam forçadamente de suas terras, se deparando com outras comunidades indígenas pelo caminho.

Entendemos que não era o foco de José de Souza Martins (2014a) pensar nas diferenças internas a determinado grupo social no seu estudo, que tinha como objeto de análise a fronteira, e isto nem seria interessante politicamente na época em que efetuou sua pesquisa empírica, momentos de ditadura militar. O “Outro” para Martins (2014a) é aquele que possui outra temporalidade, outra visão de mundo, com ideologias diferentes, trajetórias de vida diferentes, perspectivas econômicas e planejamentos futuros também diferentes.

Entendido isto, diferente da análise de conflitos entre o “Eu” e o “Outro” de Martins (2014a), gostaríamos de destacar também a atual importância de estudar os conflitos internos a grupos que partilham de uma trajetória e modo de vida comum, como análise importante para entender a dinâmica desses grupos sociais amazônicos. Entendemos que entender os conflitos dentro o “Eu” pode ajudar a entender os conflitos entre o “Eu” e o “Outro”.

É importante lembrar que ao menos três décadas separam nosso contexto político daquele em que Martins (2014a) coletou seus dados empíricos para escrever seu livro (*Fronteira*), no período de ditadura, “momento em que defender o direito de camponeses era considerado subversão” (CIOCCARI, 2014, p. 166). Por este motivo, naquele momento, dar foco aos conflitos entre os próprios camponeses seria preocupante, do ponto de vista político de quem pretendia fortalecer a resistência deste mesmo campesinato contra os agentes hegemônicos. No entanto, ao longo de nosso trabalho de campo, percebemos que o inverso – ignorar os recorrentes dados sobre esses conflitos internalizados – é que seria preocupante, com riscos de perdermos a oportunidade de um conhecimento que pode, atualmente, demonstrar as fragilidades organizacionais de comunidades camponesas, decorrentes de conflitos internos, para propor alternativas de minimizá-las e assim fortalecer a resistência e a luta por direitos desse mesmo campesinato.

No contexto de construção desta dissertação, entendemos que analisar os conflitos internos ao campesinato do PDS, nos ajuda a notar que estes conflitos afetam diretamente a eficácia de políticas públicas para o assentamento, a organização destes trabalhadores e trabalhadoras na busca por recursos que os beneficiem. Analisar estes *conflitos internalizados* através da pesquisa-ação, é também discutir com os próprios sujeitos locais se e como este trabalho pode auxiliar em reflexões que potencializem a eficácia organizacional dos diferentes grupos campestres do PDS, que buscam por diferentes meios a melhoria de suas condições de vida.

O termo *conflitos internalizados* é uma tentativa de evitar as noções de *conflitos internos e conflitos externos*, primeiramente por possuírem o sentido de simbolismo dúbio que Simmel (2011) critica, demonstrando que estes antagonismos não possuem limites tão nítidos quanto os termos supõem. Desse modo, proponho utilizar a noção de *conflito internalizado* em análises sobre o PDS, que a nosso ver, demonstra não só a sua relação com o externo, como também deixa explícito que estes conflitos podem ser maximizados e mesmo causados por fatores e atores sobre os quais a comunidade tem pouco ou nenhum controle.

Simultaneamente é importante destacar que fazemos uma diferenciação de análises sobre a questão territorial e conflitiva na dissertação, utilizando primeiramente o termo *conflitualidades* (GIRARDI; FERNANDES, 2009; FERNANDES, 2015) e território, no sentido de abordar os processos de conflito territorial (entre classes sociais distintas) que deram origem ao PDS Virola Jatobá. A partir desta abordagem, fizemos separações homogeneizadoras, tais como “território do campesinato”, “território do latifúndio” e “território do agronegócio”, utilizando escalas territoriais amplas para entender a *conflitualidade* entre estes grupos sociais.

Num segundo momento, a partir de perspectiva escalar distinta, destacamos que no “território do campesinato” os segmentos sociais presentes podem não ser tão homogêneos quanto pode nos conduzir esta expressão. Daí a importância de fazer uma análise (a partir de outros autores) que perceba o território camponês a partir de seus *conflitos internalizados* no PDS VJ. Estas duas visões não se excluem mutuamente, mas complementam-se para explicar diversidades que coexistem na “realidade” empírica, a partir do entendimento da multiescalaridade do território e dos conflitos.

Estas contextualizações são importantes para evitar a noção de que existe um “mundo camponês” desvinculado do contexto exterior ao assentamento, fechado em si mesmo, e são necessárias em nosso trabalho pelo seguinte motivo: por vezes os conflitos entre os assentados podem ser maximizados ou mesmo originados por fatores externos, como no caso das normatizações ambientais, ou podem ter o núcleo de sua tensão em projetos que possuem vínculo com instituições do Estado, a exemplo da Embrapa e UFPA, como no caso do TED INCRA-UFPA<sup>10</sup> e do Projeto Auto Manejo. Seria um erro teórico e metodológico não citar estas relações com agentes externos ao assentamento. Dito de outra forma, os atores e espaços internos e externos (ao assentamento) são interligados por relações sociais, cada sujeito e seu lugar possuem suas variáveis internas e externas. “[A]s variáveis externas se *internalizam*, incorporando-se à escala local [...] da mesma forma que a realidade do externo depende, todavia, do interno” (SANTOS, 2014, p. 105, grifos nossos).

Percebemos, durante o trabalho de campo no assentamento, que as Áreas de Uso Alternativo (AUA) são espaços cruciais para entendermos como fatores tidos como externos são internalizados, e como sujeitos internos e externos ao assentamento se relacionam no uso deste espaço.

Nas AUA é possível visualizarmos as diferentes formas de uso da terra, haja vista que estas são as áreas destinadas às atividades produtivas. Além disso, nas AUA é onde se encontram as principais marcas do processo de territorialização camponesa: o território é marcado pelos resultado da força de trabalho familiar, segundo o controle da unidade familiar de produção. No entanto, num assentamento como o PDS estas áreas são regidas também por uma série de normatizações ambientais criadas (a partir de escalas municipais, estaduais e federais) pelo governo<sup>11</sup>, portanto externas, que são vistas e vividas sob diferentes pontos de vista pelos assentados. Essas diferenças podem gerar conflitos e estabelecer fronteiras ou, no

---

<sup>10</sup> O Termo de Execução Descentralizada (TED) INCRA/UFPA foi um instrumento para descentralizar recursos financeiros do INCRA via Coordenadoria Geral do Meio Ambiente e Recursos Naturais para a UFPA, no intuito de implementar uma estratégia regional de manejo comunitário sob governança local em projetos de assentamento ambientalmente diferenciados na Amazônia Oriental, apoiada por pesquisadores de diversas instituições. Esta proposta possui vínculo de atividades e pesquisadores com o Projeto AUTOMANEJO e contempla de forma diferenciada o PDS Virola Jatobá, mas inclui atividades de caráter regional, com capacitações, monitoramentos, e avaliação, incluindo a participação do PDS Esperança, Itatá, Lajes e Castanheira II.

<sup>11</sup> Tal como a Lei 12.651/2012, que torna obrigatório que mantenha-se o equilíbrio ecológico das Áreas de Preservação Permanente, áreas protegidas com a função ambiental de preservar os recursos naturais e o bem estar das populações humanas.

mínimo, gerar longos debates sobre as limitações de tamanho para as áreas destinadas a gado, sobre a preservação das Áreas de Preservação Permanente, as limitações impostas à roça, etc.

Ainda dentro da discussão sobre território e fronteiras, podemos falar do sentimento que alguns assentados declaram, acerca da falta de controle sobre o seu próprio lote: “aqui nós somos agregados, não somos donos de nada” (Entrevista, SERRAFREIRE<sup>12</sup>, 2016), ou “Então, o problema aqui é esse todinho, o pessoal impor o que eu vou fazer dentro do que é meu<sup>13</sup>” (Entrevista, HERMANOTEU, 2016). O controle da força de trabalho familiar e a luta pelo acesso, uso e benefício sobre os recursos são características de processos de territorialização camponesa. Os conflitos observados ocorrem quando se encontram obstáculos ao estabelecimento desses itens essenciais à construção de um território camponês, indicando uma zona fronteira entre diferentes concepções de apropriação e uso da terra.

Comum a todas estas temáticas está o componente territorial, que está entrelaçado nas relações políticas entre os assentados e o Estado, exemplificado aqui pelas normatizações ambientais que visam instruir o comportamento dos camponeses e geram conflitos por seus distintos posicionamentos a essa instrução. Nesse sentido, as divergências dentre este campesinato passam por várias escalas, sendo o território um instrumento analítico importante para o entendimento das mesmas.

A priori definiremos o conceito de território como uma relação social tornada espaço (SOUZA, 2013), relação que não se restringe a um espaço juridicamente delimitado, mas perpassa por diversas escalas e dimensões da realidade, da escala cotidiana à internacional, da dimensão cultural à política, onde o espaço é envolvido por relações de poder segundo as intencionalidades dos diferentes grupos sociais.

### 1.2.2 Paisagem e Áreas de Uso Alternativo no PDS Virola Jatobá

A dimensão estética do assentamento, visualizada a partir das estradas, já nos proporciona algumas informações. A predominância da cor verde, nos meses que antecedem

---

<sup>12</sup> Neste trabalho, por tratarmos de temática social delicada, utilizaremos pseudônimos para substituir o nomes verdadeiros de nossos entrevistados, como forma de resguardar sua imagem e identidade. Porém, em alguns casos específicos de camponeses e camponesas do PDS Virola Jatobá, em que expomos sua imagem, por meio de fotografias, utilizaremos seus nomes verdadeiros, na legenda da figura e no decorrer da dissertação, entendendo que as imagens selecionadas não representam conteúdo que vincule-se à temática social delicada de que falamos acima, não oferecendo perigo aos sujeitos expostos.

<sup>13</sup> Aprofundaremos esta temática no capítulo 6 desta dissertação.

às queimadas em outubro e novembro, no campo visual do assentamento chama a atenção, e ao fundo a floresta destaca-se por sua imponência.

Figura 2: Estrada da Gleba 132 em período não-chuvoso (Julho de 2016).



Fonte: Valério Gomes, Trabalho de campo, 2016.

O relevo acidentado, conjuntamente às estradas em condições pouco favoráveis às motocicletas, veículo mais utilizado no assentamento, são outros destaques. Apesar de diversos acidentes no assentamento, a motocicleta é objeto de aspiração e indicador de melhoria na condição econômica, pois viabiliza a necessária mobilidade entre lotes e até a cidade, além do escoamento de parte da produção.

A borda das estradas do PDS geralmente são áreas com floresta primária já convertida em pastagem ou cultivos pelos beneficiários, desse modo, é comum que conforme nos afastamos da estrada, em direção ao interior dos loteamentos, a vegetação tenda a aumentar de volume. Apesar desta forma paisagística variar, ela é corriqueira em todo o assentamento.

A residência das famílias<sup>14</sup> é item central, geralmente esta não fica distante da estrada, por esta última ser a principal via de mobilidade no assentamento. No entorno da casa é comum haver um quintal com fruteiras, seguido pelos cultivos da família.

Os cultivos anuais como o de mandioca e permanentes como o de cacau geralmente não ficam tão distantes da casa, haja vista que a mandioca é também um alimento para o caititu (*Tayassu Tajacu*) e o cacau para macacos. Se estes cultivos estiverem distantes da casa os animais se alimentarão dos cultivos sem maiores problemas. De forma inversa, se forem cultivados nas proximidades da casa, o barulho das pessoas serve como forma de intimidar os animais, que mesmo que avancem sobre os cultivos, para a família será mais fácil espantar o animal, ou mesmo matá-lo com um tiro de espingarda se o mesmo não estiver distante da residência.

---

<sup>14</sup> No PDS existem residências de alvenaria construídas a partir do benefício de moradia do INCRA, mas a estrutura de casa predominante no assentamento continua sendo a casa de madeira e a casa de pau a pique, haja vista que somente algumas famílias pioneiras receberam o benefício do INCRA citado anteriormente.

Figura 3: Estrada da Gleba 128 em período chuvoso (Abril de 2017).



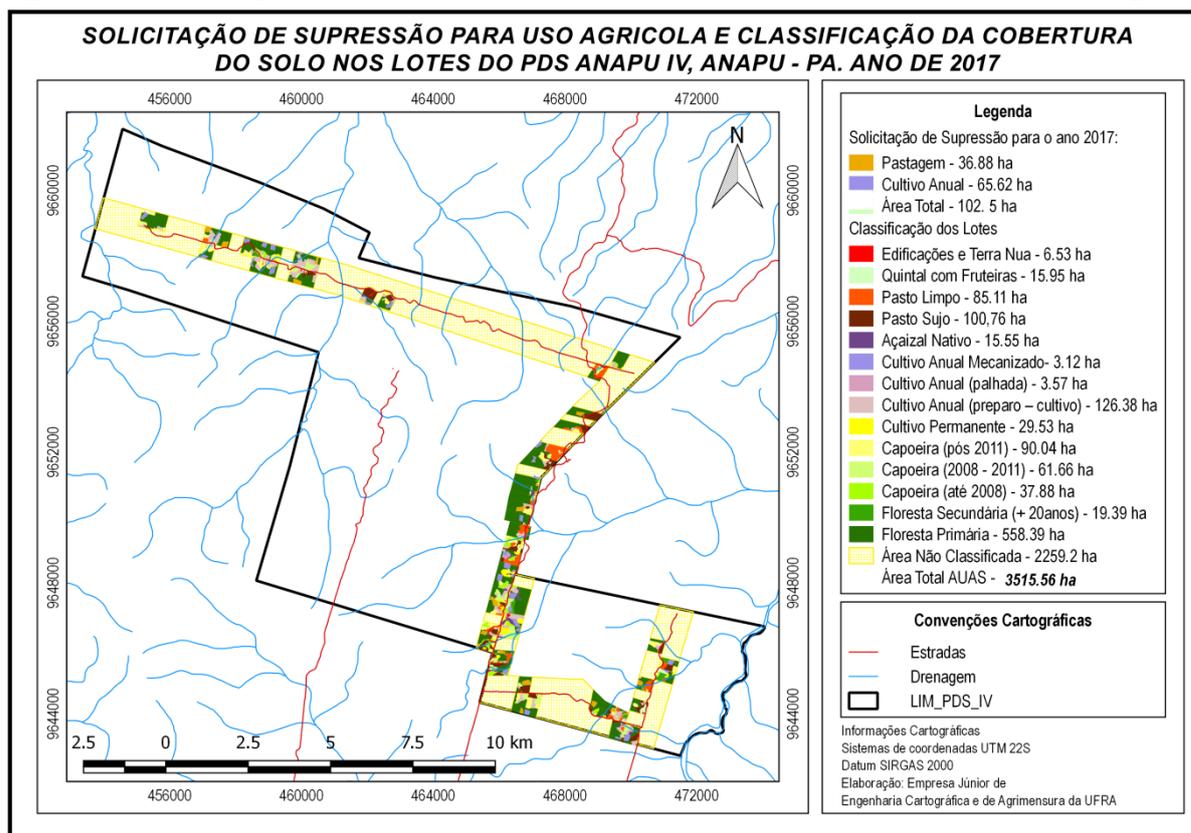
Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2017.

Em períodos chuvosos a situação das estradas do PDS é modificada. Nesta imagem podemos notar o estado de alguns trechos em que a lama tanto pode atolar os veículos como fazê-los deslizar. Exemplo disto é o caminhão da Associação Virola Jatobá, visível na imagem. Este estava sendo levado por Helison, agricultor do PDS, para a área de alojamento do projeto de manejo florestal comunitário, que estava passando por reformas, todavia, em seu retorno, o caminhão não teve força para subir a “ladeira do Zé” e começou a deslizar. Descendo a ladeira de ré, o caminhão então deslizou e derrapou de modo que sua frente ficou virada na direção em que está na foto. A partir disto, Helison preferiu não tentar mais retirá-lo dali, e teve de ser levado à sua casa de moto, por outro agricultor que, assim como eu, assistia a todo este evento.

Deslocando a atenção das estradas para as Áreas de Uso Alternativo, no PDS encontra-se uma variedade de usos da terra. Esta diversidade e intensidade de diferenças na

utilização do solo não foram consideradas de forma alguma nos planejamentos e projetos no PDS, onde não se pressupõem a existência de conflitos neste assentamento. Contudo, os conflitos entre os próprios assentados existem e possuem, a nosso ver, forte vínculo a estas diferentes concepções sobre as formas de apropriação e uso da terra e dos recursos florestais nas AUA.

Figura 4: Classificação da cobertura do solo nas Áreas de Uso Alternativo do PDS Anapu IV.



Fonte: Empresa Júnior de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFRA.

No mapa exposto anteriormente, podemos ter uma melhor dimensão da localização das Áreas de Uso Alternativo, que estão dispostas majoritariamente nas margens das principais estradas que cortam o PDS. Porém, em determinados perímetros da gleba 129 e 128 as Áreas de Uso Alternativas aparecem somente de um lado da estrada, pois o outro lado já não faz parte do assentamento. Existem também lotes que possuem partes recortadas pela estrada, nestes casos as famílias possuem uma parte de lote de um lado da estrada e parte do outro lado, podendo utilizá-lo para agricultura, piscicultura ou pecuária assim como os outros beneficiários.

O limite de hectares para a atividade pecuária foi definido a partir do Plano de Uso<sup>15</sup> do PDS VJ, que foi votado em reuniões realizadas entre 27/08/2015 e 11/06/2016, em assembleia de assentados associados à Associação Virola Jatobá, com assessoria da ATES contratada pelo INCRA e colaboração da Embrapa e UFPA. Segundo o Plano atual, é permitida a plantação de capim em no máximo 15 ha, dos 20 ha dispostos nas AUA, sendo aceita a supressão de no máximo 3 ha por ano da Área de Uso Alternativo, respeitando os limites das APP. As famílias que ultrapassarem o limite estipulado terão de firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que objetiva recuperar a área que excedeu ao limite acordado.

Nas AUA, enquanto alguns assentados optam por manejar o açai e trabalhar somente com agricultura familiar em suas AUA, outros preferem plantar capim. Estranhamente, dos que tem pastagens no lote, somente uma pequena parcela possui gado. Assunção (2016), a partir de dados de mapeamento participativo que efetivou no PDS Virola Jatobá, percebeu que dos quatorze mapas gerados em lotes distintos, oito possuíam pastagens em seu interior, mas somente dois continham gado.

As diferentes intervenções nas Áreas de Uso Alternativo ocasionam discordâncias no assentamento, alguns assentados desmataram as áreas de APP para construir um tanque para piscicultura ou simplesmente estenderam seus cultivos até as margens dos cursos d'água, outros beneficiários recriminam tais atitudes e procuram outras estratégias de intervenção no meio. Desse modo os camponeses e camponesas criam e recriam suas formas de se relacionar com o meio em sua volta e atribuem significações e valores diversos para cada atividade. Ao longo do trabalho de campo registramos que, como divisor de águas, os conflitos entre camponeses sobre a apropriação e uso dos recursos naturais têm forte influência do tipo de relações que travam com os agentes do Estado e do segmento privado, a saber, pecuaristas e madeireiros.

No intuito de alcançar uma descrição eficaz, utilizaremos como suporte teórico-metodológico a cartografia, a fotografia e o conceito de paisagem, que ampliarão nossos pontos de vista acerca das diferentes apropriações e usos da terra no PDS VJ. Sem a intenção de anteciparmos a discussão que estará no referencial teórico, podemos de antemão, afirmar

---

<sup>15</sup> Segundo o Plano de Utilização dos recursos naturais do PDS Virola Jatobá, o documento “contém os direitos e deveres dos moradores, além de orientações sobre como utilizar corretamente seus recursos naturais, conforme a cultura local e a legislação ambiental vigente, tendo como finalidade garantir o uso sustentável dos recursos naturais no PDS Virola Jatobá, através do desenvolvimento de atividades que sejam economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis” (PU, 2016, p. 2).

que objetivamos a aliança entre as potencialidades destas três ferramentas distintas de análise espacial, onde uma tende, em nosso estudo, a complementar a outra.

Nesta dissertação, trataremos estes três itens não somente a partir da dimensão do *visível*, como *forma*, aparência, mas a partir também de seu *conteúdo* repleto de simbolismo, que compõem o domínio do *invisível*, o que só pode ser apreendido a partir da compreensão dos significados e sentidos atribuídos a partir de diversos “olhares”<sup>16</sup> que passam a lhe interpretar.

Neste trabalho é importante perceber que trataremos das paisagens a partir das visões do campesinato local e do pesquisador, enquanto formas distintas de compreendê-la e discriminá-la. Como suporte para uma *visão panorâmica dos usos da terra* no PDS utilizaremos a cartografia, que aqui conceituaremos como um instrumento técnico de análise espacial, inserido em uma metodologia interdisciplinar fundada na interpretação dos dados obtidos por este instrumento, que possibilita uma visão vertical da disposição espacial dos objetos naturais e produzidos pelo ser humano.

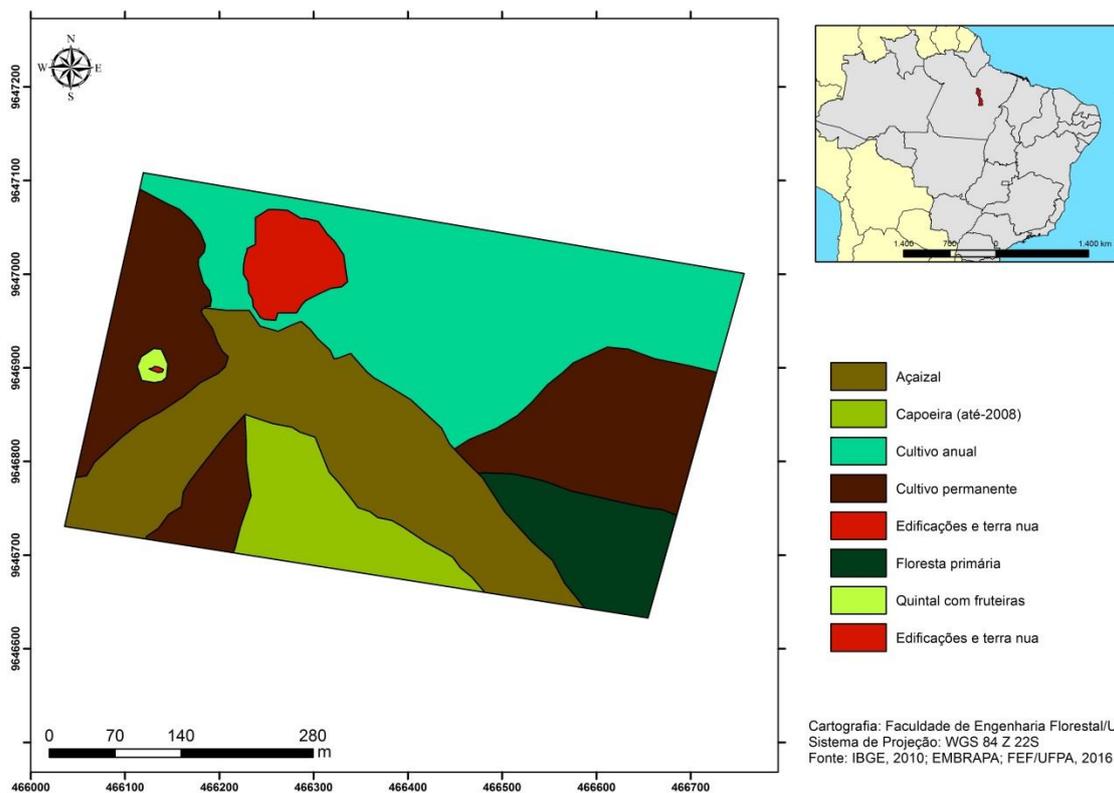
Enquanto a paisagem é um pilar importante para entendermos o PDS a partir da visão do chão (horizontal), a cartografia é o instrumento que nos proporciona uma visão vertical, em outra escala, com potencialidades e limitações diferentes.

A partir dos mapas a seguir, exemplificaremos nossa abordagem:

---

<sup>16</sup> Apesar do sentido visual ser crucial na apreensão da paisagem, ele não será o único fator cognitivo considerado, haja vista que audição, olfato, o tato e mesmo o paladar também são fatores que auxiliam no entendimento e discriminação de paisagens. Além disso, a trajetória de experiências e agências vividas também traz diferenciações na apreensão da paisagem.

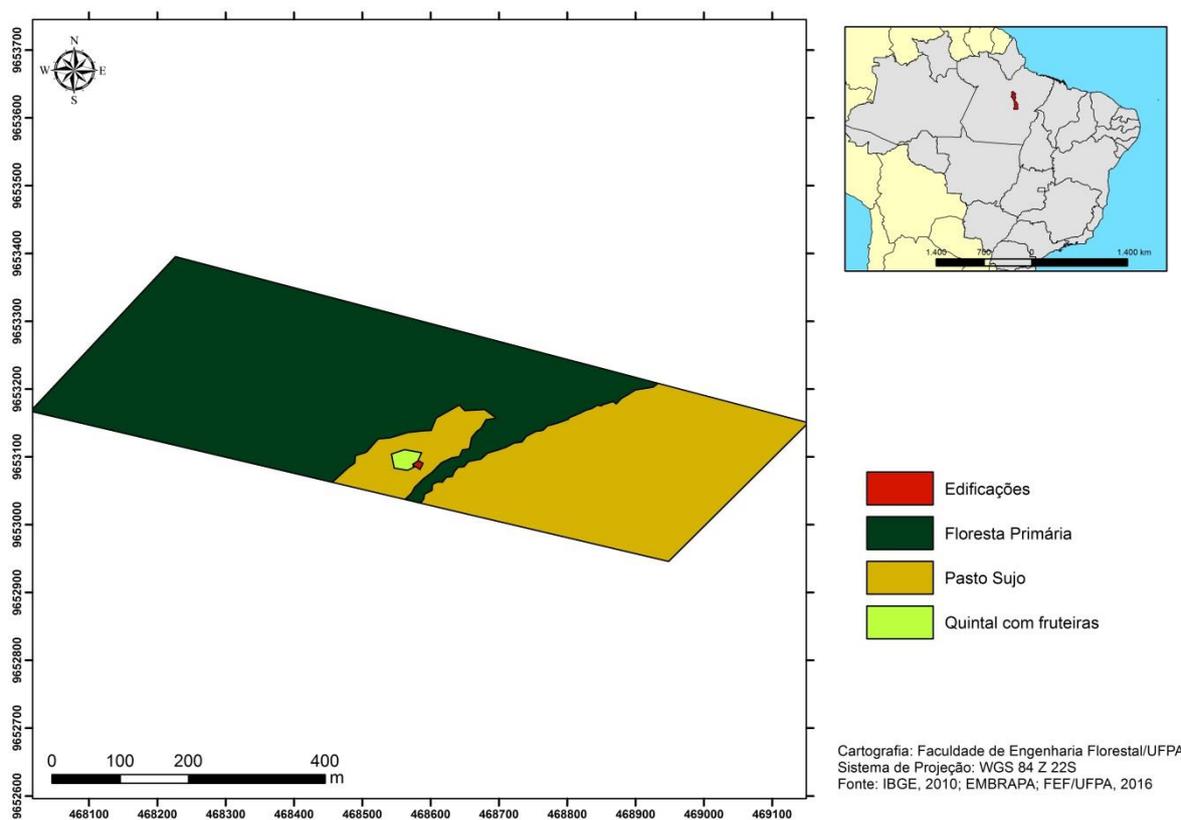
Figura 5: Versão de mapa<sup>17</sup> indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de “Charles”, agricultor assentado no PDS VJ. Com estes mapas, em mãos, procedi a coleta de dados sobre o planejamento das AUA para os próximos anos, durante pesquisa preliminar de campo em 2016. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA.

<sup>17</sup> Consideramos este item um mapa com base em Fitz (2008). Este autor demonstra que para determinada representação ser considerada um mapa são necessários os seguintes itens: imagem/desenho de representação de determinado espaço; coordenadas geográficas; escala; legenda; referências e título. Assim, o único item que faltaria na representação em destaque seria o título, retirado por nós para assegurar o anonimato do proprietário do lote.

Figura 6: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de “Edir”, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA.

Os dois mapas anteriormente representados possuem diferenças explícitas quanto ao uso da terra, enquanto o primeiro possui uma diversidade de categorias de uso da terra, o segundo tem como quase totalidade da AUA, floresta primária e pasto sujo, o que indica diferentes estratégias de apropriação e uso do meio ambiente. Porém, dentro de assentamentos de reforma agrária, e de forma mais enfática em um PDS, em termos legais, seria o papel do INCRA discutir e monitorar estas estratégias à luz das normatizações ambientais (haja vista que a prioridade da sustentabilidade é o objetivo desta modalidade de assentamento).

Também deveria haver relativa consonância com as práticas “corretas” em termos do campesinato, estabelecidas pelos agricultores de forma não escrita, entendendo que podem existir normatizações que não vinculam-se aos documentos do Estado, mas ao que é estabelecido internamente aos grupos camponeses do PDS. O direito ao modo de fazer, viver e criar é um direito constitucional, assim como o direito à alimentação.

As diferenças de intervenção no solo, como estão exemplificadas nos dois mapas, não gerariam por si só os as divergências e conflitos, mas, por outro lado, a ultrapassagem dos

“acordos comuns” sim, porque afetam a totalidade das famílias do PDS. Contudo, no PDS VJ o que torna a situação de maior complexidade é o fato de que estes acordos comuns, enquanto fruto de decisão coletiva formalizada em assembleias como o “correto” a se fazer, é profundamente diverso. Certamente, como em qualquer grupo social, uma decisão coletiva não é necessariamente um consenso, existem variadas interpretações do que seria o correto. Afinal, os discursos e as decisões na esfera coletiva nem sempre se refletem em práticas concretas, o que resulta numa heterogeneidade de formas de apropriação e usos da terra, mas também numa heterogeneidade de estratégias, de alinhamento com a legalidade, de perspectivas futuras, e é neste processo que as *diferenças* são utilizadas como motivos de *conflitos*.

Percebemos que existem dois caminhos possíveis de análise das diferenças e conflitos no PDS. O primeiro seria partir do fato de que existem diferenças de apropriação e uso da terra e dos recursos florestais no PDS, tentaríamos então verificar como estas diferenças relacionam-se com os conflitos, ou as potencializam. Fazendo o caminho inverso, poderíamos partir dos conflitos existentes entre os assentados do PDS e analisar se estes estão relacionadas às diferenças de intervenção no solo. As duas opções são válidas<sup>18</sup> e não nos retivemos a uma ou outra, verificando qual caminho é mais viável conforme nossas observações de campo.

### 1.2.3 Recortes teóricos da pesquisa

Para especificar nossos objetivos e torná-los factíveis, e para que a nossa pergunta/problema fosse conexa com a discussão, necessitamos explicitar os recortes que fizemos.

O primeiro recorte visou qualificar a discussão sobre conflitos, já que estes possuem diversas escalas e causas (BIRNBAUM, 1995), recebendo uma gama de adjetivações conforme suas dimensão (conflito familiar, ambiental, social, socioambiental). Neste trabalho o conflito faz parte de uma dinâmica que envolve a relação entre camponeses do PDS Virola Jatobá, mas ao mesmo tempo está interligada a fatores externos ao assentamento, que influenciam, interferem e mesmo são a causa da relação conflituosa das famílias locais. Chamamos externo neste trabalho, aqueles fatores sobre os quais o conjunto dos assentados

---

<sup>18</sup> No capítulo 4 desta dissertação explicitamos como estes dois caminhos são tênues, a ponto de haver cruzamentos quase imperceptíveis entre estes dois caminhos.

têm nenhum ou pouco controle. Exemplo de influências externas que analisamos no trabalho são as normatizações ambientais que incidem sobre o PDS, haja vista que os conflitos possuem relação direta com as restrições às práticas produtivas das famílias camponesas. Outro exemplo é a proibição de venda de madeira que não seja manejada, especialmente o acapu, que é espécie protegida.

Por outro lado, há fatores externos que têm o efeito do “inimigo comum”, isto é, aglutinam segmentos sociais em torno de um adversário que afeta a todos. Simmel (2011) afirma que um dos fatores que provoca a interação entre grupos é o conflito, o conflito é então uma socialização, ele não pode ser visto apenas como fator negativo de destruição e desagregação de grupos sociais, mas é também simultaneamente fator positivo, base para a formação dos vínculos entre as pessoas. O aparente caráter dicotômico e uma interpretação maniqueísta devem então ser repensados.

Quanto aos tipos de conflitos, estes podem possuir variadas causas, que dizem respeito a questões de tensão entre famílias, motivadas, por exemplo, por uma briga de escola entre crianças das duas famílias, mas também podem ter suas causas em relacionamentos amorosos, dívidas, divergências quanto à apropriação e uso de recursos florestais, entre outros. No entanto, trataremos nesta dissertação apenas das divergências e conflitos de cunho social e que tem como foco o uso da terra, isto é, aqueles que envolvem atores coletivos, com efeitos também coletivos.

Comerford (2003) faz diversas distinções destes conflitos permanentes a partir dos termos usados no próprio cotidiano dos agricultores: *confusão*, *baderna*, *encrenca*, *briga*, *violência e morte* são algumas palavras que podem ajudar no entendimento das atribuições positivas ou negativas dadas às famílias e aos lugares dos assentamentos, porém, optamos por denominar de *conflito* o resultado das tensões entre uso da terra e ideias no PDS, palavra pouco utilizadas no cotidiano dos assentados do PDS, mas que contém a denotação que acreditamos ser a mais adequada. Por fim, a noção de conflito priorizada neste trabalho, possui suas causas vinculadas ao meio ambiente, ou seja, são conflitos relacionados ao uso e apropriação (material e simbólica) da terra e dos recursos florestais entre o campesinato do PDS VJ.

O terceiro recorte está relacionado à questão espacial. O assentamento possui Áreas de Reserva Legal, estradas, Áreas de Uso Alternativo, Áreas de Preservação Permanente, dentre

outras. Sabendo disso, consideramos que seria pouco factível durante o prazo de um mestrado discorrer sobre as divergências que fazem referência a todos estes espaços. Assim, escolhemos as AUA das glebas 107, 128, 130 e 132 como espaços centrais em nossa análise, observando que nelas estão contidos grande parte dos focos que envolvem os conflitos no assentamento.

O recorte temporal será desde a criação do assentamento até outubro de 2017, resgatando e relacionando conflitos passados, que podem influenciar nas ações de famílias nos anos mais recentes. Nossas análises vão somente até outubro de 2017, pois em novembro deste mesmo ano, um grupo de aproximadamente duzentas pessoas articularam uma série de invasões sobre a área de reserva florestal do PDS Virola Jatobá, loteando e desmatando áreas de aproximadamente cem a duzentos ha. Muitas famílias assentadas no PDS Virola Jatobá passaram posteriormente a aderir a invasão e demarcar terras. A eclosão desse conflito não foi incorporada neste trabalho, pela complexidade dos fatos e por já estarmos, nesse período, em processo de finalização do trabalho.

Sabendo destes afunilamentos, e que a construção da problemática é feita simultaneamente a nossos recortes e a nossas vivências em campo, conseguimos resumir nossa principal indagação na seguinte pergunta:

### 1.3 Pergunta de pesquisa

- Como os conflitos entre as famílias do PDS Virola Jatobá em torno da apropriação e uso dos recursos naturais se refletem na paisagem das Áreas de Uso Alternativo?

### 1.4 Objetivos

#### 1.4.1 Geral

- Analisar os conflitos entre as famílias do PDS Virola Jatobá acerca das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, verificando seu reflexo na paisagem das Áreas de Uso Alternativo.

#### 1.4.2 Específicos

Descrever as apropriações e os usos dos recursos naturais nas Áreas de Uso Alternativo, localizando-as a partir da cartografia.

Descrever os diferentes discursos sobre a apropriação e uso dos recursos naturais nas Áreas de Uso Alternativo, correlacionando-os com as práticas materializadas na paisagem.

Analisar os conflitos entre as famílias, examinando a diferença entre os discursos e as práticas associadas à apropriação e ao uso da terra materializados na paisagem, por meio do conceito de território.

## CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

### 2.1 Escolha do local de pesquisa

Cronologicamente a metodologia deste trabalho começa com a pesquisa bibliográfica. Mesmo que ainda não estivesse bem definida a temática do trabalho e o local da pesquisa empírica, já havia desde o começo do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável uma busca por literatura sobre campesinato, ora sendo incentivada pelo próprio programa de pós graduação e suas primeiras disciplinas, ora de forma espontânea.

A escolha da área de estudo se deu a partir da necessidade de dar continuidade às pesquisas que já vinham sendo feitas no PDS Virola Jatobá sob a orientação da professora Noemi Porro, em conjunto a equipes apoiadas por projetos que as financiam. Além disso, contribuiu para essa escolha, a experiência de campo que fiz no PDS Anapu I (PDS Esperança) durante a graduação em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), proporcionada pelo professor Fabiano Bringel.

A professora Noemi inicia seu contato com o município de Anapu a partir do ano de 1999, (anterior à implantação dos PDS's Esperança e Virola Jatobá) através de um projeto de desenvolvimento solicitado por Irmã Dorothy e financiado pela United States Agency for International Development (USAID). Desenvolvendo sua pesquisa de Doutorado na University of Florida, foi contratada para monitorar um projeto na região da Transamazônica, ligado à processamento e plantio de fruteiras, projeto que tinha a figura de Dorothy Stang como incentivadora e liderança.

Como monitora desse projeto, conheceu e tornou-se amiga de Dorothy, que já encabeçava as lutas sociais que originariam o PDS Virola Jatobá. Com o assassinato de Dorothy em 2005, diversas iniciativas objetivaram manter suas propostas de justiça social e conservação ambiental na região da terra do meio, dentre elas, é importante citarmos algumas que tiveram contribuição da professora Noemi, para demonstrar que a escolha da área de estudo da dissertação é resultado de um acúmulo de experiências profissionais.

O projeto chamado *Estradas Verdes*, iniciado em 2004 pelo IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e financiado pela USAID, que objetivava discutir a proposta de manejo florestal ao longo de municípios da rodovia Transamazônica contou com a participação da professora, assim como o Projeto Rede de Estudos das condições

Amazônicas de Vida e Ambiente (RAVA), proposto pelo ICRAF – Centro Mundial de Pesquisas Agroflorestais, que coletou uma multiplicidade de dados socioeconômicos e ambientais na Transamazônica e outros sítios de 9 países da América Latina. O projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (PROMANEJO), também financiou em 2006 e 2007 duas iniciativas nos PDS Anapu, onde a professora fez o monitoramento da proposta de manejo florestal do PDS Esperança e Virola Jatobá, acompanhando posteriormente a efetivação do Manejo Florestal Comunitário com vínculo empresa-comunidade apenas no Virola Jatobá.

Além destes trabalhos, a partir de seu ingresso como professora da UFPA, em 2008, alguns artigos e dissertações de mestrado sobre os PDS's de Anapu sob sua orientação somaram-se ao trabalhos e reflexões sobre estas áreas<sup>19</sup>, o que de certa forma dá a nosso trabalho o caráter de continuidade. Entendendo essa trajetória, podemos explicar sobre o início de nosso contato para esta pesquisa sobre conflitos internalizados no Projeto de Desenvolvimento Sustentável PDS Virola Jatobá.

Até o momento atual desta pesquisa foram feitos cinco trabalhos de campo pelo Mestrando<sup>20</sup>:

## **2016**

1º - Estudo exploratório (8 dias em Maio, final do período de chuvas designado como Inverno).

2º - Possuiu objetivo de iniciar etapa do Projeto Auto Manejo e coletar dados para a dissertação (30 dias entre Junho e Julho, durante o período seco designado como Verão).

3º - Possuiu objetivo de finalizar etapa do Projeto Auto Manejo e coletar dados para a dissertação (8 dias em Agosto, período de marcação e início das roças).

## **2017**

4º - Coleta de dados específicos para a dissertação (30 dias em Abril, inverno).

---

<sup>19</sup> Exemplos são os trabalhos de Santos, (2011); Mendes (2015); Mendes e Porro (2015); Santos Junior (2016), Porro; Porro e Assunção (2016).

<sup>20</sup> Nesse período de dois anos, a orientadora realizou 12 viagens a campo, devido a projetos em curso, apoiados pelo INCRA, Embrapa e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

5° - Possuiu objetivo de desenvolver oficina de capacitação em GPS para os assentados do PDS VJ, a partir do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e constatar ou negar algumas suposições da dissertação (15 dias de Julho, verão).

6° - possuirá o objetivo de explicar para a comunidade os principais pontos discutidos na dissertação e quais as possíveis contribuições da mesma para a melhoria das relações sociais no assentamento (será realizado em no mês de Junho de 2018, com duração de dias ainda a acordar).

## 2.2 A inserção do pesquisador no PDS

Logo no início do curso tive a oportunidade de ir ao PDS Virola Jatobá, do final de Abril ao começo de Maio de 2016, para um primeiro trabalho de campo, que teve duração de 8 dias. Naquele contexto, estava sendo integrado ao projeto Auto Manejo, que em 2014 foi aprovado pela Embrapa, possuindo recursos de várias instituições para a execução de manejo florestal no assentamento, sob a organização da própria comunidade em parcerias com a UFPA, INCRA, UFRA e outras instituições como o IFT (Instituto Floresta Tropical), sendo assim, minha viagem e estadia no PDS durante os 8 dias foram pagas pelo projeto.

Este primeiro trabalho de campo pode ser definido como o estudo exploratório (BRUMER, 2008), onde conheci algumas pessoas do assentamento, conversei com agricultores, formal e informalmente, gravando alguns diálogos que poderiam futuramente gerar possíveis problemáticas para a pesquisa. Nessa primeira aproximação os exercícios do *olhar e ouvir* (OLIVEIRA, 2000) foram essenciais, pois eram a base para a aproximação objetivada, enquanto o *escrever* ainda restringia-se às anotações que eram feitas sobre pontos importantes, sem materializar-se num início de projeto.

É importante lembrar que esta foi a primeira vivência que tive neste PDS, não havia um conhecimento empírico anterior<sup>21</sup> a este, ou ao menos uma *familiaridade*, que nos dizeres de Velho (1978) representa uma aproximação, que, contudo, não corresponde ao conhecimento sobre a área. Sendo assim, a intenção era a de compreender temas centrais do mundo diferente que estava em nossa frente, similar ao que Beaud e Weber (2007) chamam

---

<sup>21</sup> Não possuía empiria especificamente no PDS Virola Jatobá, contudo já havia participado de trabalho de campo em 2015 no PDS Esperança (Anapu) e acompanhado todo o trajeto da 10° Romaria da Floresta, evento que homenageia Dorothy Stang e os mártires da terra, mesclando religião e luta pela terra. O trajeto iniciou no dia 23 de Julho de 2015 no Centro São Rafael em Anapu, local onde está enterrada Dorothy, e teve seu encerramento no dia 26 de Julho do mesmo ano no PDS Esperança, local onde a missionária foi assassinada.

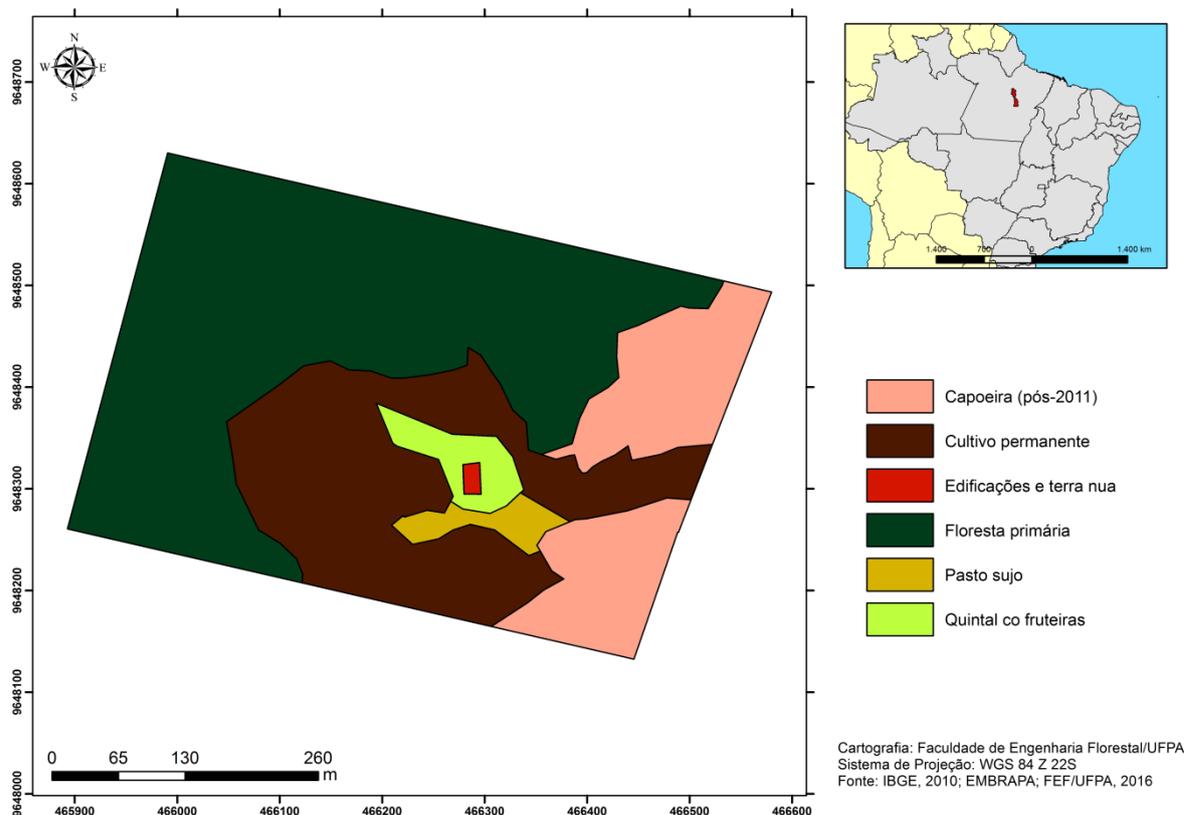
de Pesquisa por desambientação, que seria o exercício e o esforço pra tornar familiar o que é estranho.

O objetivo do primeiro campo foi ter uma primeira aproximação da realidade do lugar para que surgissem indagações sobre os mais diversos problemas no assentamento, sejam de dimensão política, econômica, cultural ou ambiental, e para que essas vivências se transformassem em uma pergunta de partida, que possuísse um patamar de respostas válidas, que fossem coerentes com os recursos disponíveis, com o tempo de pesquisa (QUIVY; CAMPENHOUTDT, 2008) e, sobretudo, com a possibilidade de qualificação a nível de mestrado.

Antes mesmo de ter efetuado esta primeira aproximação empírica do assentamento, foi elaborada, durante exercício da disciplina de Metodologia no mestrado, uma pergunta de partida, que indagava sobre a relação conflituosa dos assentados com os madeireiros da região, porém, após o primeiro campo ela foi totalmente modificada, haja vista que na busca de “problemas dignos de atenção e de hipóteses” (BECKER, 1994, p. 123) o que mais se destacou empiricamente foi a complexidade dos conflitos entre as famílias do PDS, com contrastantes discrepâncias entre os discursos e os usos da terra e de recursos florestais entre os próprios assentados do PDS.

Na segunda viagem a campo, que ocorreu do dia 27 de Junho de 2016 ao dia 25 de julho de 2016, pude ratificar o interesse pela problemática ligada aos conflitos entre os segmentos camponeses do PDS e expandir minha compreensão sobre diversas questões. Nesta segunda ida ao assentamento, fui com o objetivo de finalizar uma etapa do Projeto Auto Manejo, que correspondia à verificação de planos futuros que 57 famílias assentadas tinham para suas Áreas de Uso Alternativo. Nessa etapa eu dispunha de um mapa de cada AUA que visitava, e a partir dele fazia uma entrevista com um ou mais membros da família sobre o planejamento futuro dos mesmos. Afrente, encontra-se um exemplo desse mapa:

Figura 7: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Juarez, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA.

Estes mapas foram feitos por um grupo de engenheiros florestais ligados ao projeto Auto Manejo, que estavam responsáveis pela elaboração dos mapas que eu iria vir a utilizar em campo. A elaboração de parte destes mapas também possui contribuição minha, pois na segunda viagem me disponibilizei a ir em diversos lotes demarcar pontos no GPS, como base de dados para a construção dos mesmos. Nesta viagem também participei de atividades ligadas à produção dos mapas em laboratório, utilizando o programa ArcGis, sempre com auxílio de algum engenheiro(a) florestal.

Nesta segunda viagem, permaneci também 8 dias em Altamira, ajudando a equipe da Faculdade de Engenharia Florestal na etapa de elaboração dos mapas, para que posteriormente voltasse para o PDS, levando comigo, outros mapas que já estavam finalizados.

O método de elaboração dos mapas de que dispunha em campo era o da cartografia formal, diferente da cartografia social, portanto, não havia um vínculo direto dos moradores da área cartografada com a elaboração do mapa, com os símbolos presentes neste e maior interação na identificação dos significados de cada lugar. Neste caso, ante a legislação da

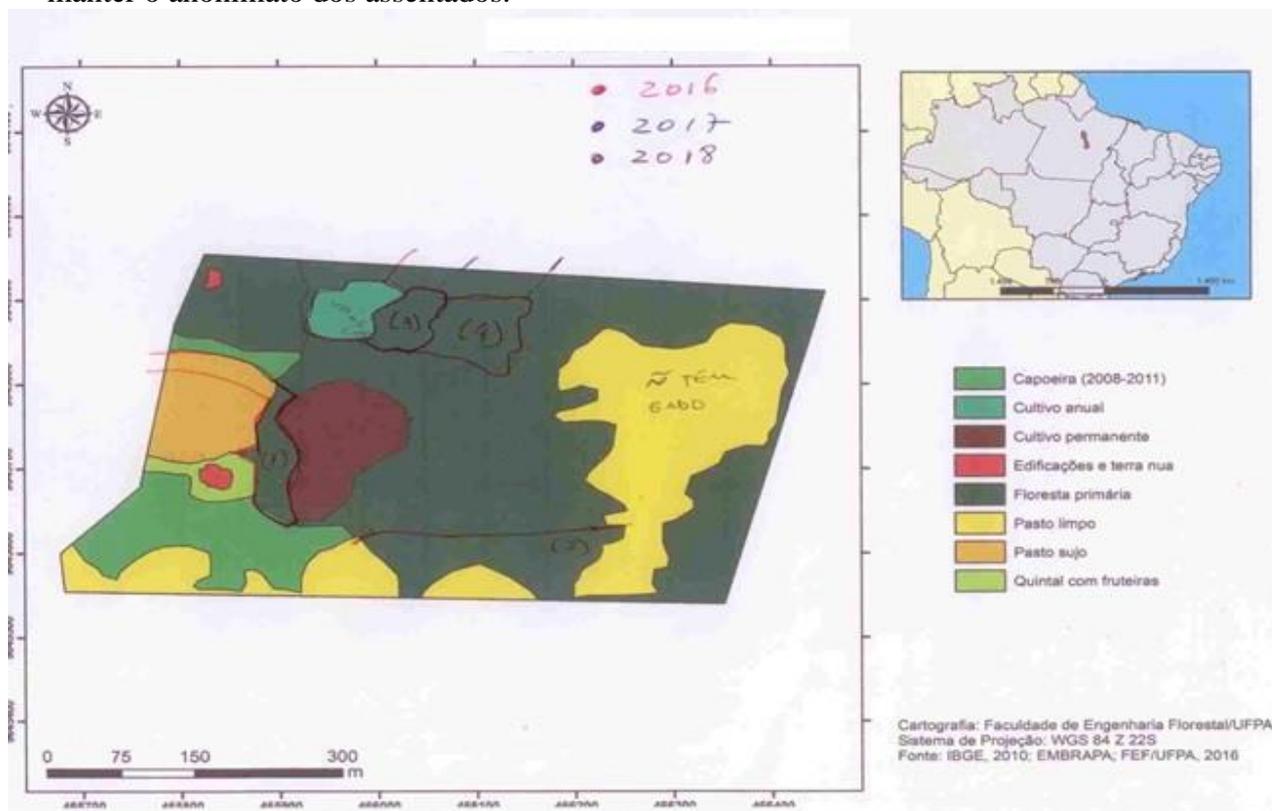
SEMAS, a decisão sobre fazer ou não os mapas foi provocada pela própria Associação Virola Jatobá: em assembleia, as famílias decidiram quais queriam participar desse processo de mapeamento, com fins de obtenção de licença de supressão da vegetação. Não houve qualquer capacitação dos agentes locais, porém, houve dois momentos com participação direta dos membros da comunidade cartografada.

O primeiro ocorreu na etapa relacionada ao levantamento de dados com o GPS, quando algum membro da família acompanhava o coletor de dados às quatro extremidades do lote.

O segundo momento de participação dos assentados se deu nas entrevistas que visavam obter as perspectivas futuras dos assentados para suas AUA, quando o entrevistador fazia as perguntas com base no mapa (o mapa anteriormente explicitado é um exemplo) que já estava parcialmente finalizado.

O mapa não estava totalmente finalizado pois somente a partir das entrevistas com os assentados iríamos verificar as suas perspectivas futuras para sua AUA, nessas entrevistas o agricultor(a) possuía a liberdade de delimitar no mapa as áreas que iriam ser modificadas futuramente, a partir de linhas que fazia com uma caneta que disponibilizávamos, ou seja, os mapas mostrados acima recebiam outras delimitações feitas à mão na entrevista, para posteriormente serem levados novamente ao laboratório, para que estas informações fossem digitalmente tratadas.

Figura 8: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Zaqueu, agricultor assentado no PDS VJ. A área objeto de solicitação de licenciamento para supressão de vegetação primária por parte da SEMAS foi indicada pelo Zaqueu, para os anos de 2016, 2017 e 2018. Após muita insistência, uma vistoria foi realizada em dezembro de 2017 e até a data de 29 de janeiro de 2018 não foi recebida nenhuma comunicação. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFGA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFGA.

Como nosso objetivo era de entender as perspectivas futuras dos agricultores para suas Áreas de Uso Alternativo, pedíamos para que marcassem as modificações que fariam em sua AUA nos anos de 2016, 2017 e 2018. Cada cor de caneta correspondia a um ano específico, a vermelha ao ano de 2016, azul a 2017 e preta a 2018, assim saberíamos identificar o ano da modificação planejada pelo dono do lote. Como podemos observar no mapa, por vezes eram incluídas informações adicionais, como a ausência ou presença de gado em determinada pastagem.

A partir destes dados foram montadas planilhas que os sistematizavam, indicando de forma mais objetiva quais as prospecções dos camponeses.

Planilha 1. Planilha que destaca as perspectivas futuras para a Área de Uso Alternativo do lote de Zaqueu.

NOME/LOTE	USO DA TERRA	2016	2017	2018	QUEIMA		USO FUTURO	
					sim	não		
ZAQUEU/007	Floresta primária 1	1/4 ha			X		Plantar capim	
	Floresta primária 2	1 ha			X		Cultivo anual e capim	
	Floresta primária 3		2,5 ha		X		Retirar madeira + cultivo anual	
	Floresta primária 4			1 ha	x		Cultivo anual	

Fonte: Arthur Brito. Dados de trabalho de campo, 2016.

A planilha demonstra primeiramente a categoria de ocupação da terra que o agricultor pretende modificar (em verde), posteriormente está expresso o tamanho da área que pretende transformar e o ano de sua pretensão (em cinza), em vermelho está o modo como pretende realizar a supressão da vegetação naquela área, e por fim, em azul, qual será o uso futuro que dará à área modificada. Zaqueu, por exemplo, pretende no ano de 2016 suprimir ¼ de floresta primária, através de queima, para plantar capim.

As perguntas feitas aos agricultores giravam em torno das modificações que pretendiam fazer, se iam plantar capim, mandioca, cacau, se para isso iriam derrubar a mata, a capoeira, se precisariam queimar estas áreas, ou outras pretensões. As indagações eram sobre os anos de 2016 (ano da entrevista), 2017 e 2018, e tinham como ponto específico uma pergunta sobre a área que pretendiam colocar roça em 2017, nessa área seria feito um inventário florestal para que posteriormente houvesse um licenciamento ambiental que regularizasse a roça dos mesmo e potencialmente permitisse a comercialização das toras provenientes daquela área. Em meio a estas questões eram também feitas perguntas direcionadas à minha pesquisa sobre os conflitos no PDS, o que garantiu qualitativamente o levantamento de dados para meu projeto.

Nossa experiência de campo se assemelha bastante àquela vivenciada por Silva Junior et al. (2016), quando destacam que

[...] as incursões às propriedades duraram de duas horas, aproximadamente, a alguns dias, levando-se em conta que propriedades com várias casas e com arranjos de uso da terra mais complexos exigiam diversas visitas para aplicação de questionários, conversas com os moradores e caminhadas pelo estabelecimento para registro de coordenadas, por aparelho de GPS (Global Positioning System) (SILVA JUNIOR et al., 2016, p. 586).

As entrevistas foram feitas com mulheres e homens das mais diversas idades, não houve restrição ou critérios de quem *íamos*<sup>22</sup> entrevistar, isto se deveu ao fato de que geralmente as pessoas entrevistadas eram as que estavam na lista de pessoas que eu deveria visitar. Esta lista havia sido definida em uma reunião da Associação Virola Jatobá (AVJ), em que todos os presentes, que gostariam de participar desta tentativa de licenciar suas roças, poderiam fazer parte da lista, porém, alguns assentados preferiram não participar, afirmando que o licenciamento só potencializaria a vigilância e o regramento sobre seus lotes. De forma geral, em torno de 52 das 160 famílias do PDS participaram efetivamente do processo de pleito por licenciamento. As atividades foram assessoradas pelas equipes da Embrapa, UFPA e UFRA e financiadas pelo Projeto Automanejo.

A denominação de *mapeamentos de uso da terra* é a que acreditamos ser mais apropriada. O termo “participativo” não foi incluído na denominação pois acreditamos ter sido uma participação relativa, entendendo que a comunidade envolvida não participou de forma efetiva de todos os processos de elaboração dos mapas, mas especificamente do momento de coleta dos dados sobre as categorias de uso da terra e do diálogo sobre os usos futuros de suas Áreas de Uso Alternativo. Um diferencial que o distingue do mapeamento convencional, no entanto, foi a origem do processo de mapeamento: uma demanda dos sujeitos locais no enfrentamento às exigências da legislação ambiental do Estado, face ao direito à produção de alimentos através de um sistema de produção específico. Essa motivação do mapeamento assume relevância na medida em que nesse enfrentamento há uma resistência contra subordinações que ameaçam a roça, componente definidor de sua identidade.

Entendemos a participação da comunidade local nos mapeamentos a partir de níveis e intenções, considerando que, haveria mapeamentos poucos participativos e mapeamentos muito participativos. Nesse sentido, entendemos que não era o objetivo dos mapeamentos de uso da terra ligados ao projeto Automanejo efetivar uma participação total da comunidade envolvida. Mas havia sim uma pretensão de estabelecer um a proposta base para se alcançar o licenciamento ambiental para os cultivos nas AUA daqueles assentados do PDS Virola Jatobá

---

<sup>22</sup> O *íamos*, aqui, se refere às duas pessoas que me acompanharam em parte do trabalho de campo, que também faziam entrevistas e ajudavam no desenvolver do projeto Auto Manejo, a primeira era uma aluna de Mestrado da UFPA chamada Laís Vitória, que passou por volta de 13 dias fazendo os mesmos trajetos que eu e entrevistando praticamente as mesmas pessoas, a outra pessoa era Valério Gomes, geógrafo professor da UFPA, que passou 3 dias em campo.

que assim desejassem. A pesquisa-ação, se bem sucedida, obteria o licenciamento de supressão da vegetação em lotes de 56 famílias, servindo também de suporte para entender o modo como os camponeses e camponesas veem seu lote, as justificativas que os orientam a tratar a terra de uma forma ou de outra e suas perspectivas futuras (ou mesmo a ausência delas). E, sobretudo, esse processo serviria para estabelecer um diálogo entre camponeses e o Estado

O diálogo com os assentados também teve fundamental importância para refletir sobre a sobreposição valorativa que por vezes damos ao conhecimento científico, tomando-o naturalmente como “a verdade”, haja vista que havia uma tentação para que considerássemos os mapas que carregávamos como o documento oficial, o “retrato da realidade”, bastaria então a nós “enquadrar (ou direcionar) as respostas do entrevistado ao que estava pré-classificado na imagem” (SILVA JUNIOR et al., 2016, p. 596). Contudo, esta noção torna-se insustentável quando percebemos que o olhar disciplinado apenas pelo conhecimento científico dos mapas não captava uma lógica específica sobre a apropriação e uso dos recursos, nem a riqueza de detalhes fornecidas pelos agricultores. Em casos extremos, o que estava expresso no mapa divergia do que para as famílias camponesas era a realidade daquele espaço.

### **2.3 Levantamento, coleta e análise de dados**

O material utilizado nos trabalhos de campo resumiam-se a um celular, onde os diálogos eram gravados, uma prancheta, canetas e caderno, onde anotava algumas informações importantes, mesmo quando estava gravando o diálogo. Em raros momentos utilizou-se também uma filmadora, para registrar visualmente o lugar e a entrevista. O tipo de entrevista que geralmente me propunha a fazer não era o tipo de entrevista não-diretiva de que fala Michelat (1987), contudo em alguns momentos fazia utilização de algumas características desta metodologia<sup>23</sup> para verificar se a mesma seria apropriada para o momento.

Em todas as idas ao assentamento foram feitas observações diretas e entrevistas, porém, só a partir do segundo trabalho de campo foram feitas entrevistas com um roteiro pré-estruturado de perguntas, pois neste momento já sabíamos a temática que iríamos tratar na dissertação e pretendíamos verificar a viabilidade da mesma. Essa metodologia tem como

---

<sup>23</sup> Uma dessas características centrais é a maior liberdade que o entrevistado tem de explorar a área da temática, já que ele é quem a domina. Seriam erros básicos as entrevistas com questionários fechados e pré-estruturados, já que isso faria com que uma espécie de “bloqueio de censura” impedisse que o entrevistado divulgasse informações importantes, o que não faz pela falta de liberdade das outras formas de entrevistas extremamente diretivas (MICHELAT, 1987).

premissa a subordinação da definição do objeto de pesquisa aos interesses dos sujeitos locais, aproximando-se da pesquisa-ação ou pesquisa participante (THIOLENT, 2003).

Detalhe importante é que mesmo que houvesse a utilização de um roteiro de entrevista, nós não necessariamente o seguíamos à risca, haja vista que por vezes os entrevistados tocavam em assuntos que não estavam nos “planos” do roteiro, mas que nem por isso poderiam ser arbitrariamente interrompidos. Se o fizesse estaria sendo “prisioneiro do roteiro”, e a todo instante estaríamos tentando enquadrar nossos entrevistados, para que estes se ajustassem a meu questionário pré-construído, esterilizando “por antecipação a fecundidade do instrumento de pesquisa” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 135).

Considerando que a quantidade de entrevistas não é ponto central, mas sim a qualidade de seu conteúdo, tivemos cauteloso cuidado na abordagem de nossos entrevistados, na negociação de nossas entrevistas e em nossos comentários. Beaud e Weber (2007) nos alertaram para a negociação do tempo das entrevistas, mostrando que este acordo deve evitar entrevistas apressadas onde o entrevistador frequentemente atropela o entrevistado. O ideal é que consiga-se aliar o tempo disponível dos participantes, sem que isso comprometa as atividades de um ou de outro, pensando também na possibilidade de solicitar próximas entrevistas.

O terceiro trabalho de campo foi realizado em Agosto de 2016, e teve a duração de 8 dias, o objetivo deste era finalizar algumas entrevistas (relativas aos mapeamentos das perspectivas futuras do agricultores) que não puderam ser feitas durante o segundo trabalho de campo. O principal motivo foi a ausência de alguns assentados naquele determinado período.

Em Abril de 2017, já no quarto trabalho de campo, em rápida reunião com minha orientadora e pessoas ligadas à AVJ sobre meu projeto, percebemos que o conflitos de ideias entre as associações do PDS (e agricultores como um todo) tomaram proporções que exigiriam demasiada cautela para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre estes próprios conflitos. Por estes motivos, recebi uma série de orientações (de minha orientadora e de membros da AVJ) acerca de como eu deveria lidar com as pessoas ligadas à Associação Liberdade do Povo (ALP), se, no caso, apesar do contexto, eu ainda optasse por tentar entrevistá-las.

Durante a reunião, algumas falas (registradas em gravador) chamaram-me mais a atenção, pois sem dúvida marcam a metodologia da dissertação, mostrando de forma sucinta,

a dimensão conflituosa do contexto local, e como eu teria que ter cautela para decidir o futuro da pesquisa: “Eu até tava pensando aqui, teria como deixar nesse momento assim a 132 (gleba) fora disso ou não? Porque o momento tá meio...o ano tá tenso” (Reunião, DELMA, 2017).

Uma situação que demonstrava esta tensão foi o fato de que agricultores da gleba 132 e 107 *prenderam* o carro que estava fazendo a instalação de energia nos lotes do PDS, ou seja, impediram que ele retornasse para a sua empresa de origem, com a afirmação de que ele só sairia quando a luz fosse posta para todos, o que não havia sido feito devido a algumas “irregularidades” nos lotes, seja porque o lote era de difícil acesso, seja por não possuir uma residência fixa no momento. Esta ação gerou grande desconforto entre as famílias que a apoiaram e as famílias que discordavam.

A afirmativa do *ano estar tenso* tinha vários sentidos para nós naquele momento, o primeiro era a explicitação da importância desta pesquisa para a reflexão sobre a organização interna do assentamento, entendendo que esta organização é afetada diretamente pelos conflitos entre os grupos camponeses. Outro sentido não menos importante foi a percepção de que a temática central de nosso estudo “estava logo ali”, maximizada, com as evidências em “ebulição”, porém, simultaneamente, esta maximização das tensões no assentamento restringia o decorrer de nossa pesquisa, pois carregava consigo um certa dimensão do conflito que poderia nos afetar diretamente.

O único absurdo que a gente pode ficar assim meio receoso, digamos assim, pode ser o fato de possível ameaça até né? além de não aceitar, dizer assim: *eu não aceito e nem quero que tu vá daqui pra frente* entendeu? Porque diante do que tão falando, todas essas possibilidades podem acontecer (Reunião, HÉLIO, 2017).

A metodologia ligada aos trabalhos de campo teve então, como pano de fundo, a cautela, seja nos momentos de escolha dos entrevistados, seja na ânsia por registrar determinados momentos fotograficamente ou por meio de gravadores de áudio.

Figura 9: Estrada da Gleba 107 e sombra de Arthur Brito.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

Diferente da experiência relatada em Geertz (2008), quando cita que a comunidade balinesa, estudada por ele, não demonstrava que o antropólogo ali estava e existia, ignorando qualquer tipo de tentativa de aproximação do mesmo. No PDS, eu sabia que estava sob constante observação, não era como uma sombra, uma “nuvem ou um sopro de vento” (GEERTZ, 2008, p. 186). As pessoas demonstravam que minhas ações não passavam despercebidas, e mais, não era raro que possuíssem informações prévias sobre mim, “você é o aluno da Noemi?”, “faz parte do projeto de manejo, né?”, perguntavam.

As informações prévias, sem dúvida, não eram absorvidas de forma “neutra”. Como éramos pesquisadores vinculado ao Projeto Automanejo, mantendo contato majoritariamente com membros da Associação Virola Jatobá, não era de se espantar que lideranças da Associação Liberdade do Povo (associação antagônica à AVJ) e determinadas famílias contrárias ao projeto de manejo construíssem uma imagem não muito favorável sobre nós. Mesmo que na maioria das residências por onde passamos tenham nos recebido de forma amigável, éramos visualizados de diferentes formas, dependendo da família que visitávamos.

Todas estas situações interferem na pesquisa, a cautela que tomamos em campo estava inserida neste contexto de relações marcadas por relações anteriores à inserção em campo. O fato de nossa figura vincular-se a instituições (UFPA, Embrapa, AVJ), projetos (Automanejo) e pessoas (professores da UFPA e lideranças da AVJ), requeria um cuidado, necessário em todos os momentos de coleta de dados com famílias que fossem associadas na Associação Liberdade do Povo, contrárias ao projeto de manejo ou à relação das instituições (UFPA e Embrapa) com o PDS Virola Jatobá<sup>24</sup>.

Os dados primários, garantidos nas idas a campo, foram obtidos por meio de observações diretas, registros fotográficos, questionários e entrevistas. Porém, também utilizamos nesta pesquisa dados secundários que, segundo Brumer (2008), são aqueles já existentes e validados. Dentro das opções viáveis, utilizaremos dados procedentes de fontes como obras teóricas ou literárias, Instruções Normativas, arquivos e relatórios oficiais.

Para registrar visualmente o PDS e, ao mesmo tempo, ratificar ou não a discussão sobre paisagem e toda a carga visual que este conceito carrega, optamos também por utilizar imagens fotográficas durante o trabalho, com algumas exceções, de nossa autoria. Bourdieu (2006), por exemplo, quando trata da questão campesina a partir da fotografia, opta por analisar somente fotos tiradas por outras pessoas, o que muda a configuração de análise da fotografia, já que a subjetividade da pessoa que analisa a fotografia não participou da relação fotógrafo-fotografado que deu origem à imagem.

Como o conteúdo visual é parte importante de nosso trabalho, não iremos nos apropriar das fotografias como mero elemento decorativo, posição historicamente dada à fotografia pelos geógrafos (REIS Jr., 2014), mas como parte de considerável importância de nosso trabalho, tendo o objetivo de com ela mostrar não somente “o documento de um rosto ou de um corpo, mas também o documento de uma personalidade, de uma mentalidade e de um mundo” (MARTINS, 2014b, p. 60).

---

<sup>24</sup> Estas dificuldades explicam a menor quantidade de dados que possuímos sobre os associados da Associação Liberdade do Povo.

Figura 10: Juarez segurando parte da produção de sua Área de Uso Alternativo.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

No exemplo da fotografia de Juarez, podemos notar traços impossíveis de identificar na escala cartográfica, podemos verificar o tipo de material com que é estruturada sua casa, a quantidade de animais que possui, sejam domésticos ou não, o relevo acidentado de seu lote (não expresso no mapa que apresentamos anteriormente), as sementes de Urucum postas para secar sobre uma lona azul nas proximidades de sua casa, assim como as suas vestimentas para ir à roça, bota, calça ou calças, camisa manga longa, etc.

Escolhemos a figura de Juarez para demonstrar outro ponto importante de nossa metodologia: a interpretação que faremos dos discursos e imagens, estará aliada a constantes relativizações do que seria o argumento mais próximo da representação legítima, ou o modo de vida descrito da forma mais fidedigna possível. Ou seja, devido principalmente ao fato de tratarmos de temática sobre conflitos, é fundamental que contextualizemos e relativizemos os discursos e imagens que os grupos camponeses fazem sobre si e sobre os outros grupos que lhe são antagônicos.

Na imagem anterior, Juarez segura parte da produção de sua Área de Uso Alternativo, “posando” para a foto, ciente de que será fotografado, o que pode subtrair da imagem parte de sua autenticidade e espontaneidade. Porém, quando chegamos ao lote do agricultor, o mesmo não estava com as vestimentas que aparece na foto, haja vista que, sabendo que iríamos pedir para fotografá-lo, pediu um momento para que se “arrumasse”.

Descontraidamente Juarez pôs-se a trocar de roupa, olhar-se no espelho e pentear o cabelo, como eu já estava com a máquina fotográfica em mãos, fotografei os “bastidores” de sua preparação também num tom de descontração, mas com sua autorização, enquanto conversávamos.

Figura 11: Juarez olhando-se no espelho e penteando o cabelo no interior de sua casa.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

Goffman (1985), parte da perspectiva das representações teatrais para explicar as encenações da vida cotidiana e como os indivíduos dirigem e regulam a impressão que formam a seu respeito. No caso de Juarez, a impressão que quis passar na fotografia era diferente da “espontaneidade” que geralmente os antropólogos e sociólogos buscam nas fotografias (MARTINS, 2014b), todavia, esta “falta de espontaneidade” pode não ser menos

rica que a fotografia dita “espontânea”, haja vista que demonstra como as pessoas querem ser vistas, como acham que são, e ainda mais

as pessoas podem dizer, com razão, que seu verdadeiro modo de ser está naquilo que querem ser e acham que são e não naquilo que aparentam na intimidade ou fora dos cenários de ostentação, naquilo que o pesquisador acha que é sua autêntica verdade (MARTINS, 2014b, p. 49).

É de fundamental importância que entendamos, ou ao menos consideremos e tentemos interpretar estas representações, ou jogo de imagens, nos dizeres de D’Incao e Roy (1995), imagens que são construídas sobre si, mas também sobre os Outros. Goffman (1985), dedicado ao estudo das representações que as pessoas fazem sobre si mesmas, explica que constantemente os indivíduos desempenham papéis (como em uma peça de teatro), e esperam que seus observadores levem a sério o que veem, e que tenham a impressão de que as coisas são o que parecem ser.

O exemplo que demos de Juarez, a partir do aporte da fotografia, nos ensina que devemos estar atentos para o contexto da imagem e compreender que as famílias camponesas (ou quaisquer outros grupos), seja em entrevistas ou em reuniões de determinada associação, demonstram ou visam passar imagens sobre si. Não podemos, no entanto, esquecer de descrever os detalhes da imagem, como vestimentas, objetos adicionais e cenário. O porta retrato verde que está na mesa de Juarez, por exemplo, foi presente dado por mim ao mesmo, haja vista que notei que o agricultor possuía outros porta-retratos com fotos suas, dados por estudantes que haviam anteriormente feito pesquisa em seu lote, ou seja, o presente representou uma continuação.

A garrafa térmica na mesa (contendo café) é uma característica não só da casa de Juarez, mas da de muitos agricultores e agricultoras do PDS, a frase “você aceita um cafezinho?” talvez tenha sido a frase que mais ouvi durante os três meses de trabalho de campo no assentamento. A bacia presa à parede, na casa de Juarez, serve para acumular a água que será utilizada para lavar as mãos, lavar frutas, legumes, ou mesmo para preparar animais para a alimentação. Estes detalhes são de suma importância para que o leitor aproprie-se e entenda algumas dinâmicas existentes nas microescalas cotidianas do campesinato local.

Por fim, com a ideia de explicitar o que “se esconde nos bastidores” da fotografia (MARTINS, 2014b, p. 51), acreditamos ser possível dar um embasamento maior à discussão sobre a análise horizontal da paisagem do assentamento, conseqüentemente, ajudando o leitor

na compreensão visual do que seria o PDS Virola Jatobá e como se organizariam socialmente as pessoas que nele vivem. Entendendo, por fim, que o exemplo de Juarez nos faz compreender o equívoco que seria tomar a fotografia como um documento objetivo, compreendido de imediato, já que esta precisa necessariamente ser interpretado (REIS Jr., 2014).

O processo de escrita do projeto foi efetuado em casa, “estando aqui”, como diria Oliveira (2000, p. 25), o que é bem diferente das anotações feitas em campo, ou seja, “estando lá”. A escrita “em gabinete” é rodeada por contextos diferentes do qual se viveu em campo, e por isso necessita de concentração, boa memória e eficaz organização do material coletado em campo para que se consiga alcançar uma escrita que sintetize de forma compreensível as observações feitas em campo.

Em gabinete, nós reunimos e analisamos os dados adquiridos em campo, na escuta de entrevistas, análise de fotografias, elaboração e sistematização de planilhas, análise de mapas à luz dos discursos, assim como fizemos a releitura de textos e reflexões sobre as contradições ou convergências entre teoria e empiria, processo que foi necessário do começo ao fim deste trabalho.

Um dos desafios desta pesquisa foi apreender o método da *pesquisa-ação* e incluir seus princípios neste trabalho. De forma geral podemos dizer que existe um princípio de conhecer os problemas do grupo social estudado e o ideal de transformar a realidade de forma útil para o mesmo grupo (THIOLLENT, 2006), na busca por justiça social e emancipação (CENDALES et al., 2006), construída de forma participativa.

A pesquisa-ação faz parte dos inúmeros tipos de investigação-ação, termo genérico que define processos que sigam o ciclo no qual se aprimora a prática pelo dinamismo contínuo entre o agir no campo da prática e o investigar a respeito dela (TRIPP, 2005).

Brandão (2006), explanando acerca da tradição da pesquisa participante<sup>25</sup> na América Latina, destaca o objetivo de empoderamento dos movimentos populares que marca sua trajetória, sendo um instrumento dialógico de partilha do conhecimento, tendo uma vocação educativa em seu cerne (BRANDÃO, 2006).

---

<sup>25</sup> Thiollent (2003) faz uma discriminação entre pesquisa participante e pesquisa-ação. Para ele, esta última iria além da participação, pois pressupõe a ação planejada de caráter técnico, educacional, ou outro, que nem sempre está incluso nas pesquisas participantes.

No que se refere às pioneiras contribuições da pesquisa participante, em âmbito acadêmico, na América Latina, Brandão (2006) cita a educação popular defendida por Paulo Freire, proposta que já trazia consigo diversas características da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Dentre estas características: o entendimento acerca da não neutralidade científica e conseqüentemente o claro posicionamento político de suas propostas educacionais; o objetivo de guiar, por meio da educação, às classes mais desfavorecidas na direção de uma autonomia; e a ultrapassagem da análise sob o prisma sujeito-objeto por relações sujeito-sujeito, compreendendo que “embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma ao ser formado” (FREIRE, 2016, p. 25) ou seja, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2016, p. 25).

Dessa forma, a contribuição social que pretendemos gerar à comunidade, inexistiria se as próprias famílias da comunidade não pudessem opinar sobre nossas ações, ou seja, objetivamos um processo contínuo de interação entre os sujeitos (outsiders e insiders), uma contínua reflexão durante as ações e permanente autocrítica profissional (THIOLLENT, 2006). Então, como exercer a pesquisa-ação se nessa chamada comunidade, num contexto de conflitos em que grupos se separaram e se hostilizam? A qual ou quais sujeitos (insiders) nos submeteríamos ao escrutínio e acataríamos as críticas? Como conduzir a pesquisa com sujeitos que alegam que pesquisadores com afinidades à apropriação e uso da floresta através do Manejo Florestal deveriam se retirar, enquanto outros sujeitos lutam pelo Manejo e consideram os pesquisadores peças-chave para efetivá-lo?

Com certeza, nem todos os projetos de Manejo Florestal propiciam o empoderamento das comunidades como proposto por Brandão, nem toda equipe de pesquisa logra estabelecer processos permanentes de autocrítica profissional. No entanto, metodologicamente, nossa equipe tem lutado para manter a não neutralidade da pesquisa, e o critério para a escolha dos sujeitos coletivos aos quais os pesquisadores se alinham para uma pesquisa-ação é o compartilhar de uma meta de emancipação política, de transformação das relações de poder que os oprime. A dificuldade que se coloca a sujeitos pesquisados e pesquisadores, especialmente quando os conflitos sociais são imersos em processos de ambientalização, é distinguir exatamente o que os oprime.

De todo modo, os resultados da pesquisa, não visam simplesmente a entrega da versão final da dissertação para as associações do PDS Virola Jatobá, no intuito de incentivar as

reflexões e propor possíveis caminhos para o entendimento dos conflitos internalizados no PDS, mas *participar* desta construção, onde pesquisador e comunidade se influenciam simultaneamente, onde há uma interferência consciente entre os sujeitos, longe de uma ilusão de neutralidade científica.

## **CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste projeto está baseado em três temáticas centrais, a primeira é sobre campesinato, onde busco suporte principalmente em trabalhos de antropólogos e sociólogos que discorrem sobre o campesinato na dinâmica da fronteira e a especificidades de seu modo de vida. A segunda base teórica do projeto alia cartografia e paisagem, na intenção de mapear as Áreas de Uso Alternativo do camponeses, evidenciando por meio de mapas e imagens, simbolismos e conflitos que nelas se expressam. A terceira e última temática possui foco nos conflitos que giram em torno do uso e apropriação (material e simbólica) da terra e dos recursos florestais pelos camponeses do PDS VJ, dando destaque para as formas como o campesinato lida com as normatizações ambientais do assentamento e para a questão territorial que explicita-se em variadas escalas.

Estes eixos temáticos serão fundamentais para compreender características do modo de vida do campesinato estudado, mapeando seus discursos e práticas sobre a apropriação e uso da terra e recursos florestais nas Áreas de Uso Alternativo para relacioná-los ao cotidiano de conflitos territoriais no qual o assentamento está inserido.

### **3.1. Campesinato e Fronteira**

Para discutir as especificidades do sujeito social camponês partimos da premissa de que seria problemático adotar conceitos e categorias da teoria econômica capitalista para explicar o modo de vida camponês (TCHAYANOV, 1976), ao mesmo tempo que seria um erro analisar o campesinato como se o mesmo não possuísse relações com o modo de produção capitalista.

O campesinato, que para Shanin (2008) é um “modo de vida”, apresenta padrões de relações sociais distintos daqueles que percebemos no mundo capitalista. Porém, para o autor, essas peculiaridades devem ser percebidas com cautela, num jogo de generalizações e discriminações, simultaneamente (SHANIN, 2005).

Dentro de um processo de generalização do conceito podemos verificar características gerais do “modo de vida” camponês, relacionando algumas características econômicas, políticas, cognitivas e culturais em diferentes partes do mundo que distinguiriam esses camponeses dos “outros” (SHANIN, 2005), contudo, é importante notar que na Amazônia, por exemplo, mesmo numa pequena região podemos nos deparar com uma diversidade de

práticas, de saberes, e de concepções que “os campesinatos” podem possuir (MOREIRA; HÉBETTE, 2009).

A corriqueira diferenciação entre campesinato ribeirinho, campesinato de fronteira, campesinato polivalente, demonstra que mesmo que haja um compartilhamento de categorias centrais ao modo de vida camponês<sup>26</sup>, há diferenciações em subtipos que não podem ser negadas.

Em nosso estudo adotamos o conceito de camponês, porém, é importante especificar que a realidade da área de estudo nos levou a compreender o campesinato local em íntima relação com a dinâmica de fronteira. Os debates entre Martins (2014a; 1991) e Velho (2009) são referências importantes para uma melhor compreensão das características fundantes da fronteira, estes autores fazem um denso levantamento bibliográfico sobre o conceito e o invocam relacionando-o com a empiria que possuem no espaço amazônico.

Estes autores dão importância ao debate sobre as frentes de expansão e frentes pioneiras, sendo que Velho afirma que os deslocamentos populacionais são ponto de partida para a análise das frentes de expansão, e mesmo que não sejam determinantes para defini-las, demonstram uma tendência possível, ou seja, são características destas frentes (VELHO, 2009).

Martins (2014a) dá destaque para os conflitos sociais que estes deslocamentos causavam, afirmando que o avanço da fronteira era devastador para as sociedades que lá viviam, antes da “civilização” chegar.

Martins (2014a), em severa crítica à economista Leonarda Musumeci e a seu orientador Otávio Guilherme Velho, indica que alguns erros metodológicos da pesquisa de Musumeci em seu trabalho *o mito da terra liberta*, os levavam a traduzir e mesmo a induzir que seus entrevistados afirmassem que o lugar onde viviam estava numa situação de fronteira, quando o mesmo (segundo Martins) já não era, quando o que realmente havia naquele espaço eram “remanescentes sociais da situação de fronteira” (MARTINS, 2014a, p. 167), haja vista que as características de violência social que definem a fronteira ali já apresentavam pouca representatividade.

---

<sup>26</sup> Woortmaan (1990) aponta *Terra, Trabalho e Família* como o núcleo do modo de vida camponês.

Locatel (2006) explica que o discurso legitimador do avanço violento dos agentes da fronteira era pautado na premissa de que a natureza era exterior ao homem e deveria ser dominada, logo, as populações que ali viviam deveriam também ser dominadas, seja por seu “menor grau cultural”, seja por não serem consideradas humanas, discurso não raro.

Bringel (2015), em suas pesquisa sobre trajetórias camponesas, evidencia a mobilidade como uma forte característica do campesinato do sudeste e sudoeste paraense, ao mesmo tempo que seus apontamentos aproximam-se de Santos (2011), quando discorre sobre a mobilidade espacial do campesinato, vista como uma estratégia de reprodução social do mesmo.

A história deste campesinato de fronteira é uma história de expulsões e resistências, simultaneamente (GUERRA, 2013). Para Oliveira (2001; 2007) o camponês é um sujeito social que busca a estabilidade de manter-se na terra, tendo que, por vezes, migrar e resistir a diversos grupos sociais hegemônicos para garantir este objetivo. E, talvez aqui, esta pesquisa nos permita o benefício da dúvida, mantidas outras variáveis, segmentos sociais que não mais busquem a estabilidade de manter-se na terra, já não seriam camponeses? Seria manter-se em qualquer terra ou haveria a necessidade de melhor qualificar essa terra?

Ianni (1981) propõe uma periodização para o campesinato amazônico baseando-se na discriminação entre três faixas temporais. A primeira, e mais antiga, é composta pelos *sitiantes*, que vinculavam-se à produção e transporte da borracha. Com a crise neste setor, houve uma intensa “camponeização” destes trabalhadores, que passaram a compor a primeira classe da periodização de que fala Ianni, mesmo que o autor afirme que antes do período da borracha “já se achava em curso o processo de formação do campesinato amazonense, compostos dos caboclos da região” (IANNI, 1981, p. 135).

A segunda e terceira classe temporal do campesinato amazônico propostas por Octavio Ianni possuem seu início respectivamente na década de 60, com a luta e posse (não oficial da terra) pelos *posseiros*, e 70, a partir da distribuição de terras pela política nacional de colonização e reforma agrária. Os últimos são os denominados *colonos*: “todo camponês, seja ele sitiante ou posseiro, que recebe do INCRA, ou outro órgão do poder público, um título provisório ou definitivo da terra” (IANNI, 1981, p. 141).

Se concordarmos com esta categorização, o campesinato do PDS faria parte então da periodização dos colonos<sup>27</sup>, todavia, dentro deste mesmo esquema existem diferenciações internamente feitas pelos próprios agricultores. É o caso da diferença entre os autodesignados *pioneiros* e os *novatos*, ambos colonos, mas diferenciados entre si, não só por diferenças no momento da chegada ao assentamento, mas por supostamente partilharem valores diferenciados<sup>28</sup>.

Os deslocamentos de camponeses por melhores condições de vida na Amazônia também podem ser interligados com o que Magalhães (2002a) explana quando fala da *melhoria*<sup>29</sup> que constantemente buscam os agricultores. Também segundo Magalhães (2002b), os deslocamentos do camponês de fronteira geralmente vinculam-se a marcos temporais expressos nas falas destes sujeitos. A expressão “antes da barragem (Usina Hidrelétrica de Tucuruí)”, “antigamente”, nos informam que os tempos mudaram, o “antigamente” é diferente do “hoje”, e os motivos são variados conforme o contexto.

Contudo, para esta autora, um marco sociológico que pode ser utilizado de forma generalizada para o camponês da fronteira é o *tempo da terra liberta, terra livre – quando todos podiam chegar, fazer a sua roça, seu sítio*. Este marco temporal dividiria então os “tempos” do campesinato de fronteira a partir da visão do próprio camponês<sup>30</sup>.

A terra liberta, vincula-se então, à noção de liberdade, que pode ter sentidos variados, nunca esquecendo seu par dialético, a terra cativa, o cativo, que também pode ter significados múltiplos para o campesinato, mas invariavelmente tem como referência a ausência ou presença da figura do patrão – que pode variar desde a pessoa física que o mantém em trabalho análogo ao escravo, até o agente do Estado que viabiliza seu acesso a terra, mas o subordina em seu uso, como irá mostrar o nosso caso. Scott (2009) explica que o campesinato utiliza diversos termos que demonstram fatores limitantes em seu cotidiano e não necessariamente o termo *cativo* é pronunciado, mas, a ideia de terra cativa, de falta de liberdade, pode assim mesmo estar aí inclusa.

---

<sup>27</sup> O que não impede que em momentos anteriores estas mesmas famílias tenham sido posseiras.

<sup>28</sup> Acerca deste assunto, ver capítulo 4.

<sup>29</sup> Este termo é utilizado pelos próprios agricultores em seu cotidiano, contudo, eles não são apropriados de qualquer forma. A autora verifica quais os significados dados a estes termos e os utiliza como base teórico-metodológica.

<sup>30</sup> Magalhães (2002a) refere-se ao campesinato em movimento da Amazônia oriental.

Velho (1995) e Martins (2013) são duas referências essenciais sobre a discussão de cativo, partindo o primeiro autor dos significados que o cativo possui para o campesinato enquanto José de Souza Martins atenta para a representatividade que o cativo da terra possui na história do campo brasileiro, aliando sua discussão à relação entre terra e trabalho cativo.

Woortmann (2009) mostra como a relação entre mobilidade e campesinato possui não só caráter funcional, político-econômico, mas também características subjetivas que integram valores simbólico-culturais. Este autor, nos dá o exemplo do momento de transição de jovens camponeses, que passarão da categoria menino/garoto para homem, este processo, por vezes, não depende somente do tempo e da idade que se elevará naturalmente, mas da atitude do jovem de sair da casa dos pais, procurar trabalho, mulher e família em outro lugar, se deslocar para outros lugares a partir de seus próprios esforços, garantindo assim o “título” de homem e não mais de menino.

Porém, em nosso trabalho de campo, registra-se que esse rito de passagem não é aplicado igualmente a todos os irmãos. Há os que permanecem e se tornam homens porque sabem conduzir uma roça e honrar a terra herdada. E no que se refere às mulheres, a variação é ainda maior, com mulheres saindo do PDS para assumir cargos no ICMBio, outras saindo porque foram vítimas de violência contra mulher, enquanto outras permanecem, quer seja assumindo a presidência da Associação Virola Jatobá, ou a difícil tarefa de cuidar da casa e filhos.

Costa (2012) mostra o vínculo dos deslocamentos de camponeses na Amazônia com os períodos de efervescência econômica da borracha, explicando que antes mesmo do Plano de Integração Nacional (PIN) do período da ditadura militar, da construção da Ferrovia Belém-Brasília e da implantação dos grandes projetos na Amazônia já havia uma intensa mobilidade espacial campesina em direção à Amazônia, que se deveu principalmente à explosão econômica da borracha.

Martins (1991) explica que na segunda metade do século XX grande contingente populacional situado no Nordeste foi atraído para a Amazônia, demonstrando ao menos dois pontos importantes: o primeiro era a fuga de uma realidade de concentração fundiária, o segundo era a atração gerada pela demanda de mão de obra dos grandes projetos e todo o incentivo para ocupar a Amazônia, “espaço vazio” que demandava por pessoas que a ocupassem.

Hébette (2004a), em diálogo sobre a concepção de Amazônia como um espaço vazio, afirma que esta concepção representa uma inversão, já que:

[...] espaços ocupados e efetivamente explorados por homens laboriosos são “limpados” de seus moradores e se tornam terras sem homens, terra de bois, que florestas secularmente preservadas por populações indígenas lhes são arrancadas para serem derrubadas [...] (HÉBETTE, 2004a, p.333/334).

Walker et al. (1997) esclarece que os objetivos da colonização na Transamazônica eram, principalmente, ocupar o espaço amazônico e resolver simultaneamente os problemas sociais do Nordeste, por isso, a construção da Transamazônica representaria uma espécie de ponte que facilitava os deslocamentos populacionais de uma região para a outra.

Todavia, esta noção simplista de remanejamento dos problemas sociais de uma região para outra, potencializou a mobilidade camponesa, as conflitualidade com grupos indígenas e a busca por uma terra que não possuísse um latifundiário como dono (MARQUES; MARQUES, 2015). Neste momento, a reprodução campesina fez-se menos pelos benefícios da colonização que por sua tenacidade e solidariedade (HÉBETTE, 2004c).

Os incentivos governamentais reforçaram as ideias de busca pelas terras libertas e recursos inesgotáveis na Amazônia, que segundo Magalhães (2002a, p. 244) são imaginários “amplamente partilhados pelos camponeses em diferentes regiões consideradas como fronteira”. A nosso ver, estes imaginários geraram um estranhamento entre o campesinato e toda a gama de preocupações, proibições e normatizações ambientais que atingiram a Amazônia em fins do século XX e início do XXI. Se em determinado momento havia um incentivo para a ocupação e uso do solo na Amazônia, no início do século XXI há um intenso monitoramento e preocupação com a preservação da biodiversidade da mesma (MENDES; PORRO, 2015), mudança que não necessariamente é acompanhada simultaneamente pelas concepções de mundo do campesinato de fronteira por nós estudado.

O debate de Paula (2009), sobre a luta histórica de seringueiros acreanos, nos é bem vindo, pois evidencia uma referência de ambientalização das lutas sociais que mais tarde seria apropriada por instituições e grupos camponeses e não-camponeses de Anapu, na projeção de um assentamento diferenciado e sustentável.

Mendes (2015) é nossa principal referência para o entendimento do processo de formação do PDS Virola Jatobá em Anapu, a autora destrincha os processos políticos, jogos de interesse e conflitos que deram origem ao assentamento, dialogando acerca dos desafios de

implementação desta modalidade de assentamento e as dificuldades da relação entre o campesinato local e o mesmo.

Geralmente, cientistas sociais, tratam o campesinato a partir de sua relação conflituosa com as classes sociais que lhe são antagônicas, ou analisam este modo de vida particular a partir das características convergentes entre seus membros, ou seja, pelo seu “caráter fortuito de la interacción de los individuos que las componen, que mantienen relaciones recíprocas y lazos cambiantes con su ambiente” (GALESKI, 1977, p. 134), atentando para suas relações de reciprocidade e a preocupação pela manutenção da harmonia social do grupo (SABOURIN, 2011). Porém, nossa intenção é demonstrar que internamente aos grupos sociais (no nosso caso, dentro da categoria de campesinato de fronteira) também há diversas formas de apropriação do meio ambiente, diversos saberes e visões de mundo que por vezes são conflitantes.

D’Incao e Roy (1995) chamam a atenção para as “invalidações recíprocas” e contextos de desqualificações do Outro no qual está inserido o campesinato. Os autores partem do pressuposto de que os camponeses tendem a reproduzir as relações de dominação em que foram socializados durante a vida. Consideram estas relações desfavoráveis ao desenvolvimento desses grupos, onde “deveria” haver uma organização duradoura para afrontar juntamente os problemas que decorrem dessa situação. Porém, estas relações de dominação, são processos que impedem os assentados de encontrarem uma visão comum das condições que lhe são impostas.

Concordamos parcialmente com D’Incao e Roy (1995), pois ao mesmo tempo que podemos verificar no PDS trabalhadores que durante sua trajetória foram imersos sobretudo em relações de subordinação, “trabalhando para fazendeiro”, em “terra de outro”, também existem assentados que já possuíam uma terra sua, que já participaram de movimentos sociais com ideais democráticos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e assim por diante. Ou seja, mesmo que relações de subordinação tenham perpassado (e ainda perpassem) pela vida de muitos assentados do PDS, não podemos afirmar deterministicamente que ali serão reproduzidas as mesmas.

Comerford (2003; 2014; 2015) é referência basilar para aprofundarmos a discussão sobre os conflitos entre os agricultores. Este autor explicita uma diversidade de itens geradores de tensões entre camponeses, destacando a importância da dimensão espacial dos conflitos, as formas de controle social e de “vigilância” da comunidade sobre a própria comunidade e

sobre as pessoas de fora. O autor discorre, sobre as *divisas* materiais e imateriais criadas entre os discordantes, e como isto representa um jogo indissociável de reciprocidade e conflito dentro de comunidades camponesas, tema que trataremos neste trabalho.

Fazendo um exercício de redução escalar de análise, podemos citar alguns autores que nos ajudam a entender a dimensão cotidiana do campesinato, seus valores ligados à escala espacial do lote enquanto AUA e escala temporal do dia-a-dia. Woortman (1990) analisa o campesinato a partir do que chama de ordem moral, suas concepções de mundo acerca do trabalho, parentesco e outras temáticas. Garcia Jr. e Heredia (2009), por sua vez, nos auxiliam no entendimento de lógicas de produção camponesa, desmistificando algumas incompreensões acerca da unidade de produção familiar.

Nos estudos específicos sobre o caso do PDS Virola Jatobá nos apropriamos dos estudos de Santos (2011); Mendes (2015); Mendes e Porro (2015); Porro; Porro e Assunção (2016); Assunção (2016); Santos Junior (2016) e Watrin; Porro e Silva (2017). Estes analisam temáticas variadas referentes ao assentamento, desde a ambientalização dos conflitos sociais na conformação do PDS à análises cartográficas da relação entre mobilidade e desflorestamento neste assentamento.

### 3.2 Cartografia e Paisagem

Paisagem, neste trabalho, será conceito atrelado a alguns pontos fundamentais: primeiro, à descrição do assentamento de forma geral, de sua estrutura paisagística, da disposição dos cultivos, das pastagens, estrutura das casas, das estradas, dos loteamentos e assim por diante. A paisagem estará diretamente aliada à cartografia e à fotografia, pois a paisagem enquanto conceito, a cartografia e fotografia enquanto métodos, serão nossa base de descrição do assentamento. A dimensão visual da paisagem, registrada pela fotografia, será discutida, sobretudo, através das descrições percebidas pela *visão horizontal*, enquanto a cartografia permitirá discussão com base em sua potencialidade principal, a *visão vertical*.

A paisagem de que falamos, vinculada à visão horizontal, é apreendida fundamentalmente pelos aspectos cognitivos do ser humano, visão, audição, olfato, paladar e tato. Todos participam do processo de reconhecimento e discriminação das paisagens (BERQUE, 2012; ANDREOTTI, 2013; TORRES; KOZEL, 2012; BRITO; BRINGEL, 2016). O vento forte ou fraco, a temperatura alta ou baixa, os odores destacados ou imperceptíveis no lugar, os sons, cores e formatos dos objetos espaciais, são todos apreendidos pelo ser humano

a partir de seus aparelhos sensoriais e cognitivos, e estes irão consequentemente definir e dar singularidade às paisagens.

Nesse sentido, as paisagens não somente são percebidas, mas tornam-se simbólicas, são dotadas de significados, dados pelos grupos sociais que as percebem (COSGROVE, 2012). Cultivos anuais, permanentes, pastagens, por exemplo, são rodeados de significações que somente serão apreensíveis se complementarmos o olhar vertical da cartografia com o olhar horizontal sobre paisagem.

Neste trabalho buscamos discorrer sobre a representação de espaços por parte do campesinato estudado, suas visões e conhecimentos sobre a paisagem, buscando suporte no que é geralmente chamado por geógrafos de paisagem cultural, como base teórica principal. Porém, este conceito, será utilizado aqui como ferramenta complementar e indissociável da cartografia e fotografia, com o objetivo principal de descrever o PDS Virola Jatobá, seja em sua materialidade, seja a partir dos simbolismos ligados à paisagem deste assentamento.

Dentro da discussão de paisagem podemos encontrar duas correntes que geralmente não se cruzam nos debates, a primeira ligada a uma abordagem geográfica que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; a segunda vinculada a uma perspectiva ecológica, que enfatiza a importância das variáveis espaciais sobre os processos ecológicos, e a importância destas relações em termos de conservação biológica (METZGER, 2001). Ratificamos então, nossa opção pela perspectiva cultural da paisagem, pois esta reúne as variáveis da interação humana com a natureza com as variáveis ecológicas acionadas por grupos sociais através do trabalho, do lazer, da religiosidade. Citando Heidrich e Gamalho (2012, p. 191), quando damos o enfoque no conceito de paisagem cultural queremos “selecionar as expressões humanas, o trabalho, as atitudes, as heranças, as etnias, as intersubjetividades, as representações, etc.”

A paisagem, sendo um conceito que singulariza-se por assumir um conteúdo fortemente visual e representacional (SOUZA, 2013), pode contribuir imensamente à nossa metodologia, alargando seu potencial de descrição, já composto pela cartografia e fotografia.

Souza (2013, p. 46), refletindo sobre a relação *forma-conteúdo*, par central na discussão sobre paisagem, afirma que “a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere”. É relevante perceber que este debate é propício

tanto para a cartografia quanto para a fotografia. Martins (2014b), por exemplo, destaca que além da aparência da fotografia, devemos interpretar o contexto da mesma e o que esconde-se nos bastidores daquele momento.

Seeman (2005) demonstra que não podemos nos deter na dimensão denotativa dos mapas, que existem “panos de fundo”, e que é preciso ir além das linhas, pontos e áreas expressas no mapa, pois estas, por vezes, ocultam um mundo multidimensional, com pessoas e relações sociais complexas. “Os mapas, de fato, contêm agendas escondidas e exigem leituras ‘entre as suas linhas’” (SEEMAN, 2005, p. 13964). O desafio central que se coloca, é então, a apreensão desta relação entre o que é visível na paisagem, e o que não é (BESSE, 2014), sendo o mesmo desafio válido para a cartografia e fotografia.

Heidrich e Gamalho (2012) afirmam que muitos significados da paisagem estão ocultos no cotidiano dos sujeitos e dos lugares, o diálogo e vivência em campo são então indissociáveis da análise aprofundada destas relações entre visível e invisível. Nosso trabalho de campo permitiu tornar visível as muitas contradições por trás de uma mesma paisagem. Como exemplo de especial contraste, vimos o quanto um área “bem queimada”, na terminologia camponesa, significava a fartura daquele ano ou a segurança alimentar ao agricultor, enquanto ao agente do órgão de fiscalização a tradução imediata era de crime ambiental.

O disciplinamento de nosso olhar durante o processo de pesquisa-ação nos possibilitou novos entendimentos na interpretação da paisagem. Aprendemos a detectar nas leituras marcadas pelo ambientalismo, a invisibilização dos conflitos sociais em jogo e, especialmente, a identificar a atribuição dos conflitos a falsos dualismos, como veremos nos próximos capítulos.

### *Mapeamentos de uso da terra*

Portanto, melhor qualificando nosso entendimento sobre a leitura da paisagem, também aprimoramos nossa leitura cartográfica. Os mapeamentos de uso da terra deste trabalho são interpretados a partir da *significação* que o pesquisador apreende em campo e elabora no processo de escrita, porém, objetiva-se também demonstrar o *sentido* que as comunidades locais atribuem a estes mesmos espaços, simbologias que podem explicitar uma maior riqueza e detalhamento, ou mesmo uma lógica diferente, do que as que expressam o significado dado pelo pesquisador.

Quem nos apresenta o par significação-sentido é Oliveira (2000). Baseado em trabalhos de F. D. Hirsch Jr., o autor faz esta diferenciação para elucidar o ponto de vista do pesquisador, que é constituído pela sua disciplina e formação acadêmica, e o do “nativo”, constituído por suas sabedorias práticas, que se constroem simultaneamente em suas vivências no lugar.

Os mapeamentos de uso da terra propostos aqui, diferente do modelo monopolizado pela visão do pesquisador, é a que entende que o choque e re-elaboração de conhecimentos na relação pesquisador-pesquisado é frutífera para ampliar os pontos de vista sobre o mesmo. Advogamos que, através de trabalhos de campo em profundidade e em longo termo, é possível nos aproximarmos do entendimento do saber local, ao melhor estudarmos o ponto de vista da família que gera esse conhecimento. Argumentamos que esse ponto de vista a partir do local pode ser expresso a partir de técnicas cartográficas, desde que o trabalho de campo nos permita interação adequada.

Em exemplo pertinente, Silva Junior et al. (2016) evidenciam um tipo de relação entre croquis e conhecimento camponês sobre a paisagem:

[...] a perspectiva local permite identificar o cacau com relativo sucesso, na medida em que os croquis revelam os diferentes estágios de crescimento do cultivo, desde fases iniciais (“cacau novo”, com um ou dois anos de cultivo) até estágios avançados de cultivo, com 20 anos de plantio, por exemplo. Essas duas áreas mencionadas no exemplo estariam, na imagem de satélite, agregadas a um mesmo tipo de classificação, obscurecendo a percepção de dois tipos de destinações econômico-ecológicas relevantes (SILVA JUNIOR et al., 2016, p. 596).

No croqui, o sensoriamento remoto permitiu aos autores localizar as áreas plantadas com cacau, porém, somente um sensoriamento próximo, proporcionado pelo trabalho de campo, lhes permitiu uma interpretação do sentido que essas áreas tinham para a família do agricultor, em cada fase da vida produtiva da plantação. Concordando com a valorização dada ao conhecimento camponês pelos autores, explicitaremos um pouco mais nossa abordagem a partir de um mapa:

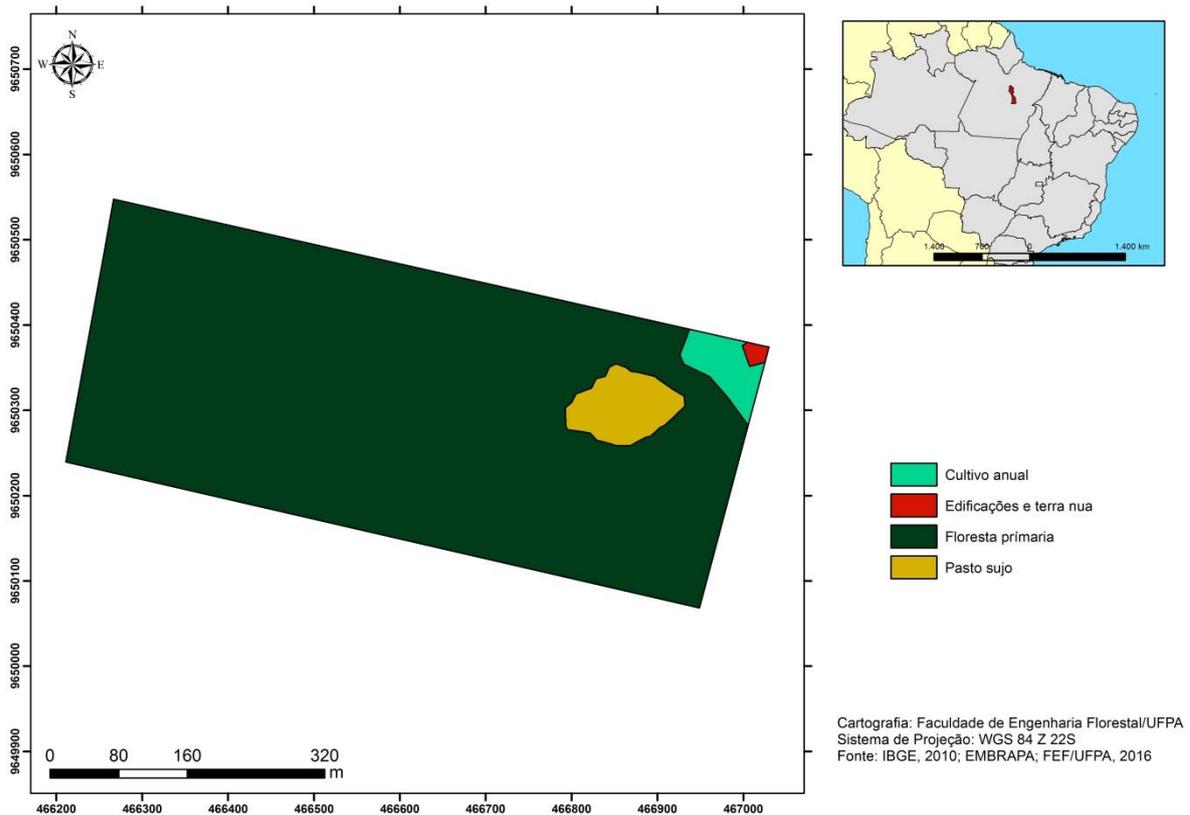


Figura 12: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Vanderley, agricultor assentado no PDS VJ. Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.

Gostaríamos de chamar a atenção primeiramente para a estrutura temporal da paisagem cartografada acima, pois mesmo que suas categorias de uso da terra (cultivo anual, edificações e terra nua, floresta primária e pasto sujo) estejam bem definidas espacialmente em 2016, elas possuem uma dimensão temporal que não está explícita no mapa, elas possuem uma carga sócio-histórica ligada à periodização econômica, história de constituição familiar e planejamento futuro da unidade familiar de produção, que não podemos apreender numa visão vertical (SILVA JUNIOR et al., 2016).

A paisagem é o resultado de um acúmulo de história (HOLZER, 1999), ela expressa uma construção histórica sobre o meio, ou seja, o conjunto dos recursos naturais presentes nesta AUA já sofreu diversas transformações até chegar no estado que está. Este desenvolvimento da paisagem pode ser perfeitamente visualizado, por exemplo, numa sequência de mapas que demonstrem as transformações desta AUA do ano 2000 a 2016. Todavia, os motivos que influenciaram essas modificações, o tipo de força de trabalho empregada e as dificuldades de supressão da floresta (dificuldades físicas e jurídicas), são

dados que não estão representados no mapa, mas são necessários para interpretá-lo e, enfim, explicar a paisagem visualizada.

A “mancha” de pasto sujo que se destaca na cor amarela no mapa, por exemplo, pode nos indicar uma pretensão de expansão do capim sobre a área de floresta primária em momentos futuros, consequentemente a pecuária poderia tornar-se a atividade principal desta unidade familiar de produção, contudo, estas informações só serão obtidas num contato “cara a cara” com o sujeito social de nossa pesquisa, entendendo esta paisagem não a partir da visão vertical fornecida pela cartografia, mas a partir de nossa interação com a visão horizontal (do chão) do camponês.

Por que estaria este pasto atrás de uma faixa de floresta? Seria devido à proximidade de uma fonte de água ou alguma característica de relevo ou da qualidade do solo? Ou seria a necessidade de ocultar uma supressão contra potenciais fiscalizações *in loco*? Quem ou o quê provocaria essa necessidade? A quem o agricultor tomaria como agente de fiscalização? Um vizinho, a AVJ, a SEMAS? Tópicos como estes fizeram parte dos diálogos travados em campo, durante a discussão sobre os mapas, e compuseram nossa interpretação da paisagem.

Aos poucos fomos percebendo as limitações da visão vertical e como

[...] a imagem – expressão da visão do alto – não tinha condições de expressar os sentidos só apreensíveis deslocando-se os entrevistadores ao nível do chão, ou seja, ao olhar horizontal e indexado por fragmentos de memória familiar (SILVA JUNIOR et al., 2016, p. 597).

Nesse sentido, o que buscamos, é esta complementaridade entre a visão vertical fornecida pelo mapa e a visão horizontal sobre a paisagem, num constante fluxo entre as interpretações do camponês e a do pesquisador.

Vanderley, em entrevista de 2017, demonstra que as perspectivas para seu lote são direcionadas a formação de pastagens e plantação de capim, que “não tem outro jeito”, haja vista que a qualidade da terra não favoreceu seu investimento na plantação de cacau. Sua idade já o impede de trabalhar de forma mais intensa, não possui filhos ou mulher para lhe ajudar, e sua renda não o possibilita de pagar alguma pessoa para lhe ajudar. Todas estas informações são importantes para que relacionemos o visível ao invisível, para que compreendamos a carga sócio-histórica que existe na formação do lote, as prospecções dos agricultores para seus cultivos e explicações para o atual estado de seus lotes.

Abaixo demonstramos a partir de uma planilha (com dados de trabalho de campo realizado em 2016) algumas das projeções de Vanderley para os anos de 2017 e 2018 em sua AUA. Nesta está contida primeiramente a categoria de uso da terra que o agricultor pretende modificar (em verde), posteriormente está expresso o tamanho da área que pretende transformar e o ano de sua pretensão (em cinza), em vermelho está o modo como pretende suprimir a área, e por fim, em azul, qual será o uso futuro que dará à área modificada.

NOME/LOTE	USO DA TERRA	2016	2017	2018	QUEIMA		USO FUTURO	
					sim	não		
Vanderley/064	Floresta primária 1	2,5 ha			X		Cultivo anual e capim	
	Floresta primária 2		2,5 ha		X		Cultivo anual e capim	
	Floresta primária 3			2,5 ha	X		Cultivo anual e capim	

**Planilha 2.** Planilha que destaca as perspectivas futuras para a Área de Uso Alternativo do lote de Vanderley<sup>31</sup>.

**Elaboração:** Arthur Brito. Dados de trabalho de campo, 2016.

De posse destes dados, o entendimento acerca da paisagem representada é qualificado, agora nós sabemos quais as intenções declaradas pelo agricultor para o futuro da AUA, sabemos que seu objetivo é suprimir áreas de floresta primária para plantar capim, aproveitando-se para anteriormente plantar um cultivo anual, que terá os estágios finais de seu desenvolvimento dividindo espaço com o capim, até o momento de colheita. E, para esta dissertação a se completar em Março de 2018, podemos ainda verificar em campo o processo entre o planejado e o executado entre os anos de 2016 e 2017.

Um ponto de extrema importância é perceber as virtudes diferenciadas da visão vertical e horizontal da cartografia e da paisagem, suas potencialidades, limitações e a forma como se complementam. Silva Junior et al. (2016), em estudo antropológico sobre croquis e imagens de satélite em assentamentos da região da Transamazônica, explicitam bem algumas virtudes da visão horizontal, quando afirmam que:

a perspectiva local pode oferecer descrições ricas na escala em que os processos classificatórios das imagens encontram grandes limitações, justamente nas coberturas de terra onde a variabilidade de usos se coloca em riqueza de possibilidades (SILVA JUNIOR et al., 2016, p. 596).

<sup>31</sup> Retiramos desta planilha o quadro que informava qual área foi inventariada para o licenciamento ambiental, haja vista que o mapa do lote de Vanderley ainda não possui a delimitação espacial desta área.

Estamos diante do encontro de duas perspectivas distintas. De um lado a visão vertical analisada pelo pesquisador e de outro a visão horizontal camponesa, dois olhares sobre a paisagem que podem divergir quando, por exemplo, a imagem de satélite descrever uma área como sucessão secundária (em repouso, em regeneração florestal) e o agricultor afirmar a mesma como espaço em uso (SILVA JUNIOR et al., 2016).

Nas diferentes visões acerca da paisagem do PDS há discrepâncias, sem dúvida, contudo, na relação entre pesquisador e pesquisado percebemos a potencialidade de ampliação dos pontos de vista sobre o PDS a partir desta troca de conhecimentos, demonstrando que a questão dos mapeamentos se enriquece de uma forma considerável ao agregar os conhecimentos espaciais locais. E disciplinando-se o pesquisador, a riqueza será ainda maior, a se analisar as diferentes visões dentre os sujeitos pesquisados.

No entanto, no caso específico do PDS Virola Jatobá, tanto a troca de conhecimentos quanto a própria veracidade da riqueza de informações obtidas serão fortemente marcadas pelo contexto de ameaças aos estatutos fundantes do campesinato, quanto de conflitos entre esses e categorias sociais historicamente antagônicas (pecuaristas e madeireiros ilegais). Portanto, estas são também variáveis a registrar e considerar em nossa metodologia e análise.

#### *Diferenças entre Cartografia e Análise de Paisagem*

Para que não haja dúvidas, vale esclarecermos algumas diferenças entre cartografia e análise de paisagem, para que a proposta de aliança entre estes dois instrumentos não obscureça suas diferenças. Seemann (2003; 2005; 2010) apresenta o debate acerca dos mapas não somente como um *produto* técnico que se limita a representações com base em dados objetivos, mas também como uma *metáfora*, englobando fatores imateriais, como os sentidos que as pessoas dão ao espaço e suas percepções de mundo.

O mapa, como um *produto*, é uma forma de representar o espaço a partir de técnicas que podem variar em sua complexidade. A *cartografia efêmera*, por exemplo, é um método que tem como base o próprio chão do local, onde a representação é feita com os materiais disponíveis no próprio lugar, folhas, gravetos, etc. (ACSELRAD; COLI, 2008). Neste tipo de cartografia a representação do espaço é feita através do desenho ou croqui, formando linhas feitas com esses objetos, o que difere de um mapa “oficialmente” reconhecido como tal porque não tem o indicativo das coordenadas geográficas e a escala, embora obedeça coordenadas e escalas próprias do autor ou autores. Esse produto cartográfico efêmero difere

da paisagem porque de toda maneira se constitui na representação de um momento, fixando o espaço num dado instante.

Ao contrário, paisagem é movimento, é o bater das folhas, o vento, o som das motocicletas em alta velocidade. O ser humano que vê a paisagem faz parte dela, ele é parte de sua estrutura, pois nela se insere e a modifica. Por outro lado, a cartografia é método que permite a representação estática, não compreende os elementos em movimento e não possui o ser humano como parte de sua estrutura física, mas representa os objetos espaciais produzidos por ele, por meio dos desenhos e imagens referencialmente posicionadas no sistema geográfico e proporcionalmente dimensionadas em uma escala.

Podemos afirmar também que no aspecto técnico da cartografia, a representação espacial não é mediada pelo aparelho cognitivo como na paisagem, mas sim por desenhos, imagens de satélites e sistemas de informações geográficas, ou seja, um mapa não é uma paisagem, pois não contém os cheiros, as características sonoras, e os outros aspectos que deveriam ser apreendidos e interpretados pelo ser humano numa paisagem.

A cartografia nos fornece uma visão vertical do espaço, um olhar “de cima”, um panorama geral da disposição dos objetos espaciais de determinado lócus. Já a análise de paisagem, a partir do olhar, mesmo que possa fornecer, em certa perspectiva, uma visão vertical (olhando certa comunidade do alto de um morro, ou observando um bairro do alto de um prédio), a vincularemos sobretudo à visão horizontal.

Sabendo disso, podemos afirmar que é em meio a esses diferentes pontos de vista sobre o espaço, que buscamos interligar cartografia e paisagem, como um auxílio mútuo entre suas diferentes potencialidades. Lembremos de Claval (2012), que quando cita as ideias de Alexander Von Humboldt, fala em “multiplicar os pontos de vista” referindo-se à questão da paisagem, afirmando a importância de olhar as paisagens “lado a lado”, comparando-as, olhar de baixo para cima, de cima para baixo, ou como sugere Junior et al., (2016, p. 601), olhar numa perspectiva “diagonal em movimento”, aliando as visões verticais e horizontais.

Quanto ao tipo de mapeamento utilizado no decorrer do trabalho, precisamos primeiramente perceber que existem variadas formas de mapear, e que há diversos níveis e intenções de participação dos agentes mapeados quando trata-se dos chamados mapeamentos participativos (ACSELRAD; COLI, 2008). Estes visam mesclar as sabedorias espaciais

empíricas das comunidades mapeadas aos conhecimentos técnicos da cartografia, num diálogo que terá como consequência um mapa.

Neste trabalho privilegiamos formas de mapear que contaram com certa participação da comunidade envolvida, como explicitamos no capítulo de metodologia, porém, não utilizamos o termo *mapeamento participativo*, mas *mapeamentos de uso da terra*.

A priori, nossa base cartográfica está pautada em duas modalidades:

- **A cartografia de escala:** que como o próprio nome já diz visa se apropriar de escalas bem definidas, e para isso utiliza-se de métodos mais sofisticados.
- **Os Sistemas de Posicionamento Global (GPS):** este modelo utiliza satélites para indicar ao usuário sua posição exata dentro de coordenadas conhecidas tal como latitude e longitude, oferecendo localizações consideravelmente precisas (ACSELRAD; COLI, 2008).

No debate técnico, acerca dos mapas, foram utilizado os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) como base para a coleta, armazenamento, produção e análise de informações espaciais, sabendo que os sistemas computacionais que compõem os SIGs possuem programas destinados a estes objetivos. No registro de paisagem, foram utilizados fotografia (imagem), pequenas filmagens (imagem e som) e anotações em caderno de campo (sobre sons, odores, cores da paisagem), isolada ou combinadamente.

Na análise e produção de imagens digitais, utilizamos as estruturas vetoriais de dados, ou seja, nos apropriamos de dados compostos por pontos, linhas e polígonos, utilizando sistemas de coordenadas XY para sua representação. Polígonos demarcando manchas no solo, ou curvas de nível contendo a altitude, são exemplos desse tipo de estrutura (FITZ, 2008).

Por outro lado também foi de relativa importância a utilização da estrutura matricial de dados. Utilizada nas imagens de satélite e fotografias aéreas, esta estrutura de dados é representada “por uma matriz (n, m) com “n” linhas e “m” colunas, em que cada célula denominada *pixel*, apresenta um valor “z” que pode indicar, por exemplo, uma cor ou tom de cinza a ela atribuída” (FITZ, 2008, p. 100).

### 3.3 Conflitos e Território

Buscamos a noção de conflito em Weber, quando discorre sobre luta, explicando que ela é uma relação social em que a ação é orientada pela intenção de fazer triunfar a vontade de determinado grupo social sobre a vontade de outros (WEBER, 2000).

Nesse sentido, o mesmo autor afirma que são variados os elementos que podem intervir nesta relação, da força física às capacidades intelectuais ou organizacionais, incluindo o carisma e as diferentes técnicas demagógicas (WEBER, 2000). Em nosso trabalho, um dos elementos intervenientes foi certamente a forma de adesão ou de rejeição às iniciativas de implementação da legislação ambiental. Inicialmente tomamos esse elemento como explicação entre grupos camponeses antagônicos e, posteriormente, ao verificarmos os falsos dualismos de que trataremos no capítulo seguinte, esse elemento nos levou a analisar os conflitos entre grupos sociais distintos, isto é, entre o campesinato e o setor privado ruralista.

Determinados autores analisaram o conflito como uma patologia, algo que acarretaria malefícios, mas que poderia ser eliminado das relações sociais. Pensamos por outro lado, baseados em uma interpretação mais funcionalista de conflito, que um certo grau de conflito constitui elemento essencial na formação e persistência de grupos (BIRNBAUM, 1995). O conflito então teria papel crucial no desenvolvimento (GIRARDI; FERNANDES, 2009) e resistência dos grupos sociais excluídos, em sua busca pela melhoria de condições de vida.

No caso do PDS Virola Jatobá, percebemos que o conflito tem, de fato, tido papel crucial na resistência de grupos sociais excluídos. No entanto, esse conflito que, ao início da pesquisa, tomávamos como relação social de camponeses contra camponeses, ao decorrer dos trabalhos de campo, nos permitiu distinguir duas estratégias principais adotadas por esses camponeses. Por um lado, há os que adotam como estratégia, para garantir sua autonomia, a luta contra a subordinação a madeireiros e loteadores ilegais. Por outro lado, há os que adotam como estratégia, também para garantir sua autonomia, uma aliança com esses mesmos madeireiros e loteadores ilegais. Ao final, veremos que o conflito real não ocorre entre membros dos grupos sociais excluídos de seus direitos, mas sim entre os excluídos e os que extrapolam seus direitos.

Não percebemos também o conflito como uma doença social que pode ser eliminada, concordamos com Max Weber no sentido de que o conflito é inerente ao mundo social, ele

não cessará jamais, entendendo que, da história antiga até os dias de hoje, não existiu período em que foi possível eliminar a luta na realidade (WEBER, 2000).

Estes conflitos fazem parte das diversas dimensões da realidade, circundam as relações econômicas cotidianas e históricas, em níveis locais, nacionais e internacionais, as relações étnicas e de gênero, fazem parte das relações políticas entre grupos do espaço urbano e rural e relacionam-se com a temática ambiental.

Na temática que envolve o que Acselrad (2010) chama de *conflitos ambientais*, pretendemos utilizar um referencial que mostre o contexto de ambientalização no qual se inserem os mais diversos grupos sociais. Lopes (2006), Teisserenc (2010a; 2010b) e Gonçalves (2011; 2012) dão um suporte importante para entender o contexto em que surge o destaque para a questão ambiental e a internalização deste discurso nas mais diversas dimensões da realidade.

Teisserenc (2010a), ao invés de conflitos ambientais, prefere o conceito de conflitos socioambientais, explicando que na Amazônia o processo de ambientalização modifica de tal forma a natureza dos conflitos sociais que estes passam a chamar-se socioambientais. Assim, dentre os novos discursos de desenvolvimento sustentável e de equilíbrio ecológico, adotados pelos mais diversos atores sociais, encontram-se contradições que não raramente dão origem aos conflitos, sejam de ideias ou físicos.

O conceito de conflito acima exposto é priorizado em nosso estudo numa dimensão que está associada ao contexto de ambientalização por que passa a Amazônia, ele está intimamente vinculado ao modo como os camponeses do PDS VJ se apropriam e usam a terra e os recursos florestais deste assentamento.

Há então oposições conscientes entre os assentados do PDS VJ, “a partir da ocasião em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses” (BRITO et al., 2011, p. 55). Estes são conflitos aparentemente entre camponeses do assentamento, que devem ser analisados com cautela, atentando para as práticas e os discursos desses agentes, e as compatibilidades e incompatibilidades que estes dois itens podem explicitar.

Alonso (2002), em estudo sobre conflitos ambientais, explica que não podemos nos guiar cegamente pelo discurso dos agentes estudados, que os conflitos não podem ser explicados apenas pelo recurso discursivo, mas que devemos analisar estes discursos

simultaneamente às linhas de ações destes grupos. Sobretudo, é importante analisar quais outros agentes podem estar envolvidos nessas linhas de ações, e qual a relação entre os discursos e as práticas.

Este conjunto de discursos serão tratados aqui como parte de *alegorias*, no sentido dado por Clifford (1998), entendendo que eles não pretendem representar a verdade em si, mas são carregados de uma interpretação moral e situacional sobre o contexto descrito.

Acsegrad (2010) chama a atenção para a relação entre a luta pelos recursos naturais e as reivindicações por direitos ambientais, melhorias de vida e justiça ambiental. Teisserenc (2010a), por outro lado, dá foco aos diferentes processos de territorialização que vem ocorrendo na Amazônia, afirmando que a ambientalização dos conflitos sociais acompanha-se de uma ambientalização do movimentos sociais, que apropriam-se de reivindicações territoriais para defender seus interesses.

Quanto aos instrumentos legais de coerção, é evidente no PDS que as relações entre comunidade e Estado são conflituosas, pois as partes possuem discordâncias estruturantes. Um dos vários fatores que ocasiona isto é o fato de que o assentamento foi construído para atender às necessidades e funções da instituição que o criou, enquanto ao mesmo tempo e no mesmo espaço, as famílias ditas beneficiárias possuíam e possuem agendas e objetivos diferentes. Estas diferenças eclodem ao Estado impedir as apropriações e usos de recursos nos processos de territorialização próprios do campesinato.

O Estado a partir de políticas de ordenamento territorial visa manter as funções para quais o assentamento foi criado, estas são ao menos três: minimizar o crescente índice de desmatamento das florestas da Amazônia, assentar populações tradicionais ou não, buscando um equilíbrio social e ecológico (MDA, 2006) e apaziguar os conflitos fundiários da região. Contudo, o camponês em questão possui como objetivo maior a sua reprodução social, o que não é garantido pelo simples fato de ter seu nome numa lista de beneficiários da chamada Reforma Agrária ou recipiente de apoios (fomento, crédito habitação) por ser assentado.

Na criação do assentamento os agricultores associavam a obtenção da terra a uma forma de livrar-se do cativo do patrão, no entanto, muitos passaram a ver a relação formal com o INCRA como uma relação de cativo (MENDES; PORRO, 2015), haja vista que o PDS possui uma variedade de normas que limitam ou objetivam instruir o trabalho familiar

camponês visando cumprir objetivos dos compromissos assumidos em prol do equilíbrio ecológico da fauna e da flora existente ali.

Uma contradição que por vezes aparece nestes processos é a sobreposição do natural ao cultural, quando a preservação da natureza passa a ser o objetivo principal do ordenamento territorial estatal sobre o PDS, e limita-se por diversos meios às práticas tradicionais de intervenção na terra construída historicamente pelas comunidades, prejudicando sua reprodução sociocultural (BENATTI, 1999).

Detalhe importante está no fato de que no processo de ordenamento territorial, tende-se a fazer uma homogeneização dos grupos sociais que vivem dentro dos limites do território. Eles passam a ser vistos como iguais, seja por estarem sujeitos às mesmas formas de controle, seja por diferenciarem-se dos agentes que estão fora dos limites do território (HAESBAERT, 2016). Todavia, acreditamos que apesar de serem igualmente contra o controle estatal sobre a supressão da vegetação, há uma relevante diferença na escolha da estratégia a adotar para enfrentar essa subordinação por parte dos agricultores do PDS VJ, e que estas diferentes visões sobre as normas refletem diferenças de ações e respostas às normas, o que relaciona-se aos conflitos entre os agricultores deste assentamento.

Estes ordenamentos territoriais em grande parte aparecem na forma de normatizações ambientais arbitrárias, no sentido vertical Estado-comunidade, e reforçam a necessidade de pensar o território a partir do essencial jogo de escalas:

[...] em primeiro lugar seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações [...] (HAESBAERT, 2016, p. 76).

O que percebemos em diversas normatizações é a assimetria das relações de poder entre Estado e comunidade, onde regras “de fora” são impostas aos agricultores, que se não as seguirem, são sujeitos a multas e outras formas de coerção. Esta situação reflete os aspectos materiais e simbólicos do território, pois as reivindicações dos agricultores ultrapassam os aspectos estritamente materiais de controle e uso do território, explicitando a farsa que é ter o “seu” território controlado por outros (HAESBAERT, 2016). Importante notar que estas relações de subordinação afetam diretamente um dos símbolos máximos do estatuto camponês: a autonomia do controle da sua força de trabalho na relação com os elementos da natureza presentes na terra construída enquanto território.

As dimensões materiais e imateriais acima expostas são também características do território. Ou seja, podemos dizer que o território enquanto relação de dominação e apropriação do espaço possui uma dimensão mais funcional e concreta (político-econômica) e outra mais subjetiva (cultural-simbólica), dimensões que não se excluem, mas explicitam que os grupos sociais se relacionam através de diferentes formas com “seus” espaços, seja num grau mais funcional, seja de modo mais simbólico. O território é então multidimensional (HAESBAERT, 2016).

Felício (2010) explica que cada território material do campesinato corresponde simultaneamente a um território imaterial, que contém os significados e representações deste grupo social, pelos quais ele trava conflitos em busca de espaço no campo ideológico.

Característica fundamental do território é também a multiescalaridade, ele não se restringe à escala dominada pelo Estado (SOUZA, 2013; HAESBAERT, 2016<sup>32</sup>), mas perpassa por outras escalas de poder envolvendo comunidades, bairros, vilas, etc., exemplos disto podem ser verificáveis em disputas por território entre gangues, entre supermercados concorrentes, ou até mesmo em conflitos de vizinhança por alguns metros quadrados. Nessa perspectiva concordamos que os territórios possam surgir sem vínculos com o Estado, assim como podem existir “territórios menores” dentro de “territórios amplos” geridos pelo Estado, estes podendo possuir comunicação ou não.

Acerca de nossas opções teóricas pelos conceitos de território e conflito, fazemos uma diferenciação na dissertação, utilizamos os termos *conflitualidades* (GIRARDI; FERNANDES, 2009; FERNANDES, 2015) e *território* (num primeiro momento) para abordar os conflitos territoriais (entre classes sociais distintas) que deram origem ao PDS Virola Jatobá. Seguindo este raciocínio, fizemos categorizações homogeneizadoras, tais como “território do campesinato”, “território do latifúndio” e “território do agronegócio”, utilizando escalas territoriais amplas para entender a *conflitualidade* entre estes grupos sociais.

---

<sup>32</sup> Apesar destes dois autores serem referência no Brasil na abordagem geográfica sobre território, encontramos em suas obras pontos de discordância. Exemplo disto é o fato de Haesbaert (2016) propor uma abordagem integradora do território, onde houvesse um equilíbrio na análise das dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais, sem valorizações de uma ou outra dimensão. Souza (2013), por outro lado, já afirma que o território é eminentemente político, mesmo que possua sua dimensão econômica, cultural e ambiental, estas são secundárias, seu núcleo são as relações políticas, ao mesmo tempo que se tentarmos equilibrar todas as dimensões da realidade dentro deste conceito, o sobrecarregaremos. Acerca deste tema, partimos do entendimento de Haesbaert (2016).

Nos dois capítulos finais desta dissertação, os termos território e conflito partem do reconhecimento multiescalar, mas tem foco inicialmente em uma única escala, destacamos que o “território do campesinato” pode não ser tão homogêneo quanto pode nos conduzir esta expressão. Daí caminhamos para uma análise que percebesse o território camponês a partir de seus *conflitos internalizados* no PDS VJ. Estas visões não se excluem, mas complementam-se e coexistem na “realidade”, a partir do entendimento da multiescalaridade do território e dos conflitos.

Para analisar as normatizações que são postas pelo Estado sobre o PDS VJ, utilizamos a noção de *desterritorialização in situ* (HAESBAERT, 2016), percebendo que estas normas acionadas a partir da escala estatal interferem nas relações territoriais cotidianas do assentamento, gerando expressões dos agricultores como: “aqui nós não mandamos em nada” ou “quem deveria mandar na minha terra é eu”<sup>33</sup>.

Haesbaert (2016), discorrendo sobre o processo de desterritorialização, que para ele não pode ser reduzido a simples perda material do território, afirma que há também um fenômeno de desterritorialização em que os grupos sociais não precisam ser deslocados fisicamente de seu território, uma desterritorialização na i-mobilidade, ou desterritorialização *in situ*. Neste caso, a supressão do território ocorre devido à “precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de suas expressões simbólico-culturais” (HAESBAERT, 2016, p. 251) no próprio lugar onde estão “fixados”.

Para Almeida e Marin (2010), há em curso vários processos de desterritorialização na Amazônia, que atingem violentamente o campesinato e as comunidades tradicionais, e devemos estar atentos às agroestratégias que dão suporte para estas redefinições de territórios, haja vista que existem interesses comuns entre os agentes do agronegócio e nossos representantes políticos nas câmaras dos deputados e senado, ou as vezes podem ser o mesmo agente (ALMEIDA; MARIN, 2010).

Na temática que invoca as relações de poder sobre o espaço entre o próprio campesinato, partilhamos do entendimento de Comerford (2003), quando afirma que as *divisas* são um dos fatores que comumente geram as encrencas, confusões e brigas que ocorrem no mundo camponês, o que para nós também invoca a questão territorial como

---

<sup>33</sup> A internalização do conflito, neste caso, se dá pela relação entre Estado-Camponês, mas pode acarretar situações conflituosas em relações Camponês-Camponês.

central. Estas divisas não possuem somente um caráter material e de proximidade (como em uma divisão de cercas que dividem dois lotes vizinhos), mas também uma concepção imaterial, por exemplo, a *divisa* de posturas diferentes na apropriação e uso da terra nos lotes, mesmo que estes lotes não sejam vizinhos fisicamente.

Na noção de divisa, como delimitação material do lote de cada um, podemos observar a noção de território e as divergências nas microrrelações: “É difícil eu caçar, mas se forem outros lá também eu não gosto, assim sem permissão” (Elderson, trabalho de campo, 2016). Esta fala destaca a possibilidade da entrada não autorizada de uma pessoa em determinado território, e o juízo contrário de Elderson à possível ação, que feriria o jogo entre acessibilidade e controle do território, característica das relações de poder que envolvem o mesmo (GOTTMANN, 2012). Neste caso, as ações “sem permissão”, envolveriam tanto a mobilidade de pessoas dentro de seu território, quanto a atividade de caça que seria praticada, afetando não só os recursos do mesmo, mas principalmente a autoridade do dono do lote. .

Também verifica-se a questão das *divisas* em outros aspectos: na relação entre pioneiros e novatos, ou seja, na diferenciação feita entre os agricultores, em princípio, segundo o tempo de vivência no assentamento. Elias e Scotson (2000) evidenciam como estas divisões temporais podem estar conectadas à discriminações espaciais. No caso estudado por eles, a aldeia era composta pelos “aldeões”, moradores mais antigos, que atribuíam características pejorativas ao loteamento, local onde residiam os moradores recém-chegados.

Nogueira e Suzuki (2013) estudam um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra onde a chegada de novas famílias causou alguns dilemas. Aos “agregados”, como eram denominados, foram atribuídos diversos problemas que surgiram no assentamento, dentre outros, a falta de coletividade da comunidade como um todo. No caso do PDS Virola, aos novatos se atribuíam vários problemas, no entanto, ao estudarmos os processos de territorialização como forma de organização, tivemos que revisar essa atribuição.

Diante dos conflitos entre camponeses no PDS, nos apropriamos também da noção de *territorialização* de Oliveira (1998) para explicarmos que existem diferentes territorializações em curso no PDS, baseadas em diferentes estratégias e valores que, a primeira vista, vinculam-se aos dualismos entre pioneiros e novatos, agricultura-pecuária e entre as associações AVJ e ALP. Devido à importância destes supostos dualismos que permeiam os conflitos do assentamento, utilizaremos o capítulo seguinte para descrevê-los, analisando-os

através do registro de seus discursos e práticas, enfocados nas Áreas de Uso Alternativo, onde seus contrastes são mais evidentes.

#### **4 – QUESTIONANDO DUALISMOS: DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE O USO DA TERRA NAS ÁREAS DE USO ALTERNATIVO DO PDS VIROLA JATOBÁ.**

Assim como nas Áreas de Reserva Legal, as formas de apropriação e uso das Áreas de Uso Alternativo influenciam e são influenciadas pelo contexto de conflitos no PDS. Optar por pastagens extensivas não é uma opção apolítica e desconectada dos discursos e valores sobre o pasto extensivo no assentamento, ela sofre interferência destes contextos mais amplos, assim como cria novos. Desse modo, neste subtópico nos pautaremos em demonstrar a relação os discursos e as práticas que envolvem o uso das Áreas de Uso Alternativo e os conflitos internalizados do PDS Virola Jatobá.

Notamos que as Áreas de Uso Alternativo, à primeira vista, nos induzem a alguns dualismos existentes nos discursos sobre o PDS, tais como a relação entre *pioneiros* e *novatos*; o antagonismo entre as associações AVJ (Associação Virola Jatobá) e ALP (Associação Liberdade do Povo); e os diversos valores acerca das *pastagens* e da *agricultura*. No entanto, quando se examina empiricamente as práticas nas AUA dos sujeitos representativos das partes dessas oposições, nem sempre os discursos se alinham às práticas, no que se refere a temáticas apresentadas como relevantes pelos entrevistados. Estas temáticas serão apresentadas em três subtópicos: 4.1 *AUA de pioneiro versus AUA de novato*, referindo-se a dualismo entre os sujeitos coletivos locais; 4.2 *agricultura versus pecuária nas AUA*, referindo-se a dualismo entre atividades exercidas na agricultura familiar camponesa e 4.3 *Associação Virola Jatobá versus Associação Liberdade do Povo*, referindo-se a dualismo entre formas organizativas comuns ao campesinato em áreas de assentamento na Transamazônica.

Como será evidenciado ao leitor deste trabalho, esta divisão em subtópicos não é rígida, e nem tínhamos a intencionalidade de que fosse, as temáticas se cruzam em diversos momentos e complementam-se, compondo nossas análises sobre as apropriações e usos da terra e da floresta, materializados na paisagem das Áreas de Uso Alternativo e suas relações com o contexto de conflitos internalizados no qual está inserido o PDS Virola Jatobá.

##### **4.1 AUA de pioneiro versus AUA de novato**

O tempo de moradia no PDS pode ser um fator de diferenciação social, sendo que os novatos por vezes são postos como grupo social antagônico aos autodenominados pioneiros,

não somente pela diferença temporal de residência, mas alegadamente por não terem sofrido as dificuldades do início do assentamento, por não terem recebido os ensinamentos de Dorothy Stang e também pela suposta forma diferenciada de intervir no ambiente do assentamento, o que também é interligado à questão do tempo de permanência pelos agricultores mais antigos.

No discurso de Josiney, rapaz de família pioneira do assentamento, os pioneiros querem “manter uma cultura do que era no tempo deles, querem que seja pro resto da vida, aí as pessoas que vão chegando, vai surgindo ideias novas, aí ele quer tocar a vida dele pra frente e os pioneiros querem que seja do jeito deles” (Entrevista, JOSINEY, 2017).

O *jeito pioneiro*, seria na visão de Josiney: “ah, não vamo mexer com criação de gado, vamo mexer só com lavoura branca, vamo mexer só com isso, com açaí, com plantação disso<sup>34</sup>” (Entrevista, JOSINEY, 2017), enquanto os novatos, distribuídos principalmente na gleba 132 que é “onde tem mais novato” (Entrevista, HELISON, 2017), e historicamente mais mobilidade de famílias, por onde já transitaram 456 famílias<sup>35</sup>, apesar de haver apenas 160 lotes (WATRIN; PORRO; SILVA, 2017), “eles lá praticamente mais querem mexer com pecuária, criação de gado” (Entrevista, JOSINEY, 2017).

Elias e Scotson (2000), em estudo sobre operários ingleses, destacam estas divergências entre os antigos e os novos, ou melhor, entre os estabelecidos e os outsiders. Neste estudo, os habitantes do *loteamento*, chegados recentemente na zona estudada pelos autores, por não agirem de acordo com os valores da “rede de famílias antigas” da *aldeia*, eram desqualificados pelos “aldeões” e excluídos de seus círculos sociais. Em nosso estudo, a alegação feita por pioneiros de que os novatos da gleba 132 não agem de acordo com os valores da “rede de famílias pioneiras” do PDS, está vinculada à forma de apropriação do lote. Quando se inaugurou a vicinal e loteamento da gleba 132, que foi regularizado juntamente com a gleba 107 como PDS, até mesmo antes das glebas 128 e 130 onde estavam a maioria dos pioneiros, um pecuarista de Quatro Bocas apoiou a entrada de várias das famílias, financiando transporte e estabelecimento. Para a 107, houve evento em que um ônibus financiado por pecuarista, chegou repleto de famílias e pertences, para se instalar no PDS,

---

<sup>34</sup> Como podemos notar no discurso pioneiro representado na fala de Josiney, não somente a lavoura branca representaria estas opções mais compatíveis ao jeito pioneiro, mas também os cultivos permanentes, evidenciados pelas plantações de cacau e açaí, por exemplo, que fazem parte das fontes de renda de alguns beneficiários desde os primeiros anos do PDS.

<sup>35</sup> No estudo referido, este cálculo desconsidera os ocupantes que saíram dos lotes, mas permaneceram em outros lotes no PDS.

sem que houvesse antes o processo regular no INCRA. Essa maior aderência a pecuaristas pode ser interpretada como uma apropriação da terra por vias outras que a tradicional luta pela terra. Os discursos sobre essa afinidade também ocorrem pela observação do maior número de lotes com pastagens, sem que mesmo haja gado no lote, havendo suspeitas de que esses pastos foram implantados para ser alugados para pecuaristas.

Becker (2008) explica que os grupos sociais criam regras próprias e tentam em determinados momentos e circunstâncias impô-las. Estas regras definem os comportamentos adequados e apropriados para determinado grupo, ou seja, definem o que é o “certo” a se fazer e o que é “errado”. Os outsiders, são então, as pessoas que ultrapassam estas fronteiras socialmente estabelecidas<sup>36</sup>. Por desviarem da conduta acordada, os outsiders podem ser alvo de diversas desqualificações, como nos mostram Elias e Scotson (2000, p. 106), dando um exemplo a partir da fala de um membro dos *estabelecidos*: “Somos quase todos da classe trabalhadora, mas de uma classe trabalhadora decente, não como a do loteamento”.

O exercício de relativizar estes discursos de desqualificação é importante, haja vista que em nosso estudo empírico percebemos a generalização homogeneizante do estereótipo pioneiro interligado à agricultura, em contraponto à figura do novato, vinculada pejorativamente à pecuária.

Dentro destas distinções entre pioneiros e novatos, a relação com Dorothy Stang parece ser ponto fundamental, assim, adotaremos, como um primeiro marco temporal de distinção entre pioneiros e novatos, o assassinato de Dorothy Stang. *O primeiro avanço pioneiro* seria então representado pelas famílias que conduziram as atividades nos primeiros anos do PDS, 2002, 2003, 2004 e 2005 (ano do assassinato de Dorothy), ou que chegaram nestas áreas antes mesmo da criação do PDS Virola Jatobá, em 2002<sup>37</sup>.

Assunção (2016) toma como referência temporal (para distinguir pioneiros de novatos no PDS Virola Jatobá) o início do Manejo Florestal do assentamento, entendendo como pioneiros todos que tivessem chegado até o ano de 2008 no assentamento. Em nosso estudo, assumimos outro marco temporal para esse primeiro período: a fase de completa ausência do

---

<sup>36</sup> Becker (2008) alerta para a relatividade destas relações, haja vista que um grupo estigmatizado como outsider, por outro, pode considerar este outro como outsider, invertendo as lógicas.

<sup>37</sup> A modalidade de assentamento PDS foi criada pela Portaria INCRA 477 de 1999, porém, o PDS Virola Jatobá foi instituído somente em 13 de novembro de 2002, por meio da Portaria INCRA/SR-01 nº 39, que autorizou a criação do PDS Anapu, na gleba Bacajá o PDS Esperança (PDS Anapu I e II) e na gleba Belo Monte o PDS Virola Jatobá (PDS Anapu III e IV).

Estado, com enfrentamento declarado, inclusive armado, de camponeses contra os pecuaristas e madeireiros que reivindicavam as mesmas glebas. Esse período terminaria com o assassinato de Dorothy, fator que acarretou uma intensificação da pressão da mídia sobre o governo, que passa a atuar, inaugurando ações de cunho ambientalista, voltadas para o Manejo Florestal Comunitário.

Consideramos as famílias que chegaram após o assassinato de Dorothy (2005) e antes do início do manejo florestal (2008) como um *segundo avanço pioneiro (2006-2008)*, como forma de demonstrar a importância do contato direto com a missionária, contato que os pioneiros do *primeiro avanço pioneiro (2002-2005)* tiveram e que supostamente os segundos não tiveram, a não ser em casos onde a família possuísse contatos com Dorothy antes de constituir morada no PDS Virola Jatobá.

Ao melhor entender os dados, vimos que havia aqueles que se autodesignavam pioneiros e eram por eles reconhecidos como tal, mas que haviam chegado após a morte de Dorothy. E, trabalhando os dados obtidos pela cartografia, vimos ainda que havia de fato uma diferença entre aqueles que haviam vivido a luta pela terra e participado do processo de formação política sob a orientação de Dorothy e aqueles que não, apesar de reconhecidos como pioneiros.

Temos então, o primeiro avanço pioneiro (famílias que chegaram antes de 2002, em 2002, 2003, 2004 ou 2005), o segundo avanço pioneiro (famílias que chegaram em 2006, 2007 ou 2008), e os novatos: famílias que chegaram a partir de 2009 no assentamento estudado. Em nossas análises, entendemos que podem existir diferenças entre um novato que tenha chegado em 2009 e outro em 2016, porém, no decorrer de nossas pesquisas de campo, vimos que tínhamos limitações de dados, pois só tínhamos dados cartográficos das famílias que buscavam licenciamento para supressão, isto é, que buscavam coletivamente uma forma de convivência com o controle do Estado. Apenas quatro famílias da gleba 132 fizeram os mapas conosco, essas eram as que no mapeamento realizado pela Embrapa apresentavam as maiores áreas de pastagens, inclusive pastagens abertas por moradores que os antecederam.

No entanto, isso apenas reforça os argumentos que apresentamos com os dados que temos, pois a tendência seria ainda mais reforçada se incluíssemos mais famílias da gleba 132: famílias novatas apresentam maiores áreas com pastagens abertas, mas suas AUAs podem não se diferenciar das AUAs dos pioneiros do segundo avanço. Além disso, com os últimos eventos ocorridos em 2017 – a invasão da Reserva Legal no PDS IV por famílias de fora e

pelos próprios assentados, que foge ao escopo desta dissertação, passamos a questionar não apenas o dualismo AUA de pioneiro e AUA de novato, mas mesmo o dualismo pioneiros versus novato também se verificou duvidoso. Assim, marcos temporais como ano de chegada ao PDS se mostraram frágeis como elementos de diferenciação.

Na amostra de 56 famílias que se apresentaram em assembleia como solicitantes de Licenciamento para supressão da vegetação para fins de agricultura familiar, vemos que é necessário aprofundada diferenciação. Nesse sentido, estruturamos uma tabela com dados acerca da quantidade de pastagem em cada Área de Uso Alternativo, conforme a categoria temporal que o assentado faça parte. A tabela tomou como base os dados oferecidos pelos mapas das AUA das 56 famílias que tiveram seu lote mapeado. A partir deles, utilizamos ferramentas do ArcGis para estimar o tamanho das áreas de pasto sujo (Pasto S.) e pasto limpo (Pasto L.) das Áreas de Uso Alternativo de famílias pioneiras e novatas, calculando as quantidades de pasto por lote e as quantidades totais de pasto, conforme a categoria (pioneiros ou novatos).

Tabela 1: Quantidade de pastagem nas Áreas de Uso Alternativo.

Nome	Pioneiros		Novatos	Total de pasto no lote
	Primeiro Avanço Pioneiro (2002-2005)	Segundo Avanço Pioneiro (2006-2008)	(2009-2017)	
Aleixo			Pasto L.: <b>2,7 ha</b> Pasto S.: <b>1,4 ha</b>	<b>4,1 ha</b>
Alúcio			Pasto L.: <b>1 ha</b> Pasto S.: <b>2,1 ha</b>	<b>3,1 ha</b>
Amorim			Pasto L.: <b>14,1 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>14,1 ha</b>
Antenor	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto L.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Aécio			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>0 ha</b>
Edivan		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>3,2 ha</b>		<b>3,2 ha</b>
Bino		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>0 ha</b>
Chicão	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>6,4 ha</b>			<b>6,4 ha</b>
Charles	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>

Silvana		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>11,1 ha</b>		<b>11,1 ha</b>
Dalva			Pasto L.: <b>1,7 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>1,7 ha</b>
Deuzair			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>0 ha</b>
Eliandro			Pasto L.: <b>3,6 ha</b> Pasto S.: <b>4,5 ha</b>	<b>8,1 ha</b>
Dirceu		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>0 ha</b>
Edir			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>9,3 ha</b>	<b>9,3 ha</b>
Edilson	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Heliodoro		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>0 ha</b>
Elton		Pasto L.: <b>2,8 ha</b> Pasto S.: <b>5,5 ha</b>		<b>8,3 ha</b>
Euvira	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>1,9 ha</b>			<b>1,9 ha</b>
Eldersom	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Ferdinando		Pasto L.: <b>1,5 ha</b> Pasto S.: <b>1,9 ha</b>		<b>3,4 ha</b>
Helison	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Jacó			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>4,1 ha</b>	<b>4,1 ha</b>
Miro		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>0 ha</b>
Ziraldo		Pasto L.: <b>1,4 ha</b> Pasto S.: <b>6,3 ha</b>		<b>7,7 ha</b>
Josué Alberto	Pasto L.: <b>5,5 ha</b> Pasto S.: <b>1,6 ha</b>			<b>7,1 ha</b>
Josinaldo	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Josivan	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>

Juarez	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0,4 ha</b>			<b>0,4 ha</b>
Zana			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>5,8 ha</b>	<b>5,8 ha</b>
Leandro			Pasto L.: <b>3,6 ha</b> Pasto S.: <b>4,4 ha</b>	<b>8 ha</b>
Lúcia			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>0 ha</b>
Serrafreire			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>3,1 ha</b>	<b>3,1 ha</b>
Hermanoteu	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>5,9 ha</b>			<b>5,9 ha</b>
Luisa			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>4,6 ha</b>	<b>4,6 ha</b>
Marcelo			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>3,3 ha</b>	<b>3,3 ha</b>
Mauro			Pasto L.: <b>2,4 ha</b> Pasto S.: <b>5,7 ha</b>	<b>8,1 ha</b>
Mariana			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>0 ha</b>
marivalda			Pasto L.: <b>6,5 ha</b> Pasto S.: <b>0,5 ha</b>	<b>7 ha</b>
Marta	Pasto L.: <b>0,5 ha</b> Pasto S.: <b>6 ha</b>			<b>6,5 ha</b>
Mena			Pasto L.: <b>7,5 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>7,5 ha</b>
Norma	Pasto L.: <b>9 ha</b> Pasto S.: <b>1,2 ha</b>			<b>10,2 ha</b>
Oswaldo	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Plínio			Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>0 ha</b>
Ramalho	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Regiane			Pasto L.: <b>2,0 ha</b> Pasto S.: <b>2,9 ha</b>	<b>4,9 ha</b>
Regis	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>			<b>0 ha</b>
Rosaria		Pasto L.: <b>11,2 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>11,2 ha</b>
Diana	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>1,3 ha</b>			<b>1,3 ha</b>
Vanderley	Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0,8 ha</b>			<b>0,8 ha</b>

Vanessa			Pasto L.: <b>1,6 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>	<b>1,6 ha</b>
Zaqueu	Pasto L.: <b>5,6 ha</b> Pasto S.: <b>1,3 ha</b>			<b>6,9 ha</b>
Zoni		Pasto L.: <b>0 ha</b> Pasto S.: <b>0 ha</b>		<b>0 ha</b>
Total e média por categoria	20 famílias. <b>Total de 47,4 ha de pastagens.</b>  <b>Média de 2,37 ha de pasto em cada AUA.</b>	11 famílias. <b>Total de 44,9 ha de pastagens.</b>  <b>Média de 4,081 ha de pasto em cada AUA.</b>	22 famílias. <b>Total de 98,4 ha de pastagens.</b>  <b>Média de 4,472 ha de pasto em cada AUA.</b>	
Mediana por categoria	<b>0,2 ha de pasto.</b>	<b>3,2 ha de pasto.</b>	<b>4,1 ha de pasto.</b>	

Fonte: : Arthur Brito. Dados obtidos a partir do projeto Automanejo e de artigo do Professor Roberto Porro<sup>38</sup>.

Entre aqueles que se autodesignam pioneiros e são do segundo avanço pioneiro, vemos que a média de área de pastagem em cada AUA é de 4,081 ha, apresentando mediana de 3,2 ha de pasto, sem nenhuma diferenciação estatisticamente significativa à AUA dos chamados novatos, que apresentam média e mediana de 4,472 e 4,1 ha, respectivamente. No entanto, se compararmos os mesmos dados em relação aos pioneiros do primeiro avanço, vemos que os mesmos apresentam diferença relevante, pois têm como média 2,37 ha e mediana de 0,2 ha de pasto.

Apesar de que as somas referentes aos valores obtidos junto aos Pioneiros do primeiro e do segundo avanço fossem bastante similares, vemos que apenas as médias dos Pioneiros do primeiro avanço apresentaram diferenças significativas comparadas às médias dos Novatos e Pioneiros do segundo avanço, conforme análise estatística solicitada ao professor Bruno Spacek, abaixo:

<i>Grupo</i>	<i>Contagem</i>	<i>Soma</i>	<i>Média</i>	<i>Variância</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>C. Variação</i>
Novatos	22	98,4	4,472727	13,98303	3,739389	83,60423
Pioneiros do primeiro Avanço	20	47,4	2,37	11,25484	3,354824	141,5537
Pioneiros do segundo Avanço	11	44,9	4,081818	21,53564	4,64065	113,6908

<sup>38</sup> Autor do manuscrito: Mobilidade, renda e desmatamento: diversidade e resiliência camponesa em assentamentos com ênfase ambiental em Anapu, Amazônia Oriental. Texto submetido à Revista de Economia e Sociologia Rural.

## ANOVA

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	49,56781	2	24,78391	1,714338	0,190498	3,18261
Entre Novatos e Pioneiros do segundo Avanço X Primeiro avanço	61,855	1	61,855	4,278598	<b>0,043786</b>	
Dentro dos grupos	722,842	50	14,45684			
Total	772,4098	52				

Nesse sentido, esses dados, aliados à interpretação de outros dados qualitativos obtidos com o trabalho de campo, nos levaram a eleger como critério de diferenciação uma aderência a um posicionamento político, no sentido de transformação nas relações de poder, quer seja expresso pela participação na luta pela terra, quer seja pela insubordinação às imposições na relação com a natureza. Através de entrevistas abertas, vimos que há uma vinculação entre menor área com pastagem tomado como indicador e uma trajetória com maior aderência a ações visando transformação nas relações desiguais de poder.

Na visão de Norma, presidenta da Associação que representa os pioneiros (Associação Virola Jatobá), os pioneiros diferenciam-se não só pela questão temporal, mas por terem relações mais sustentáveis com a natureza, aprendizado maximizado a partir do contato com Dorothy. Segundo ela, os novatos:

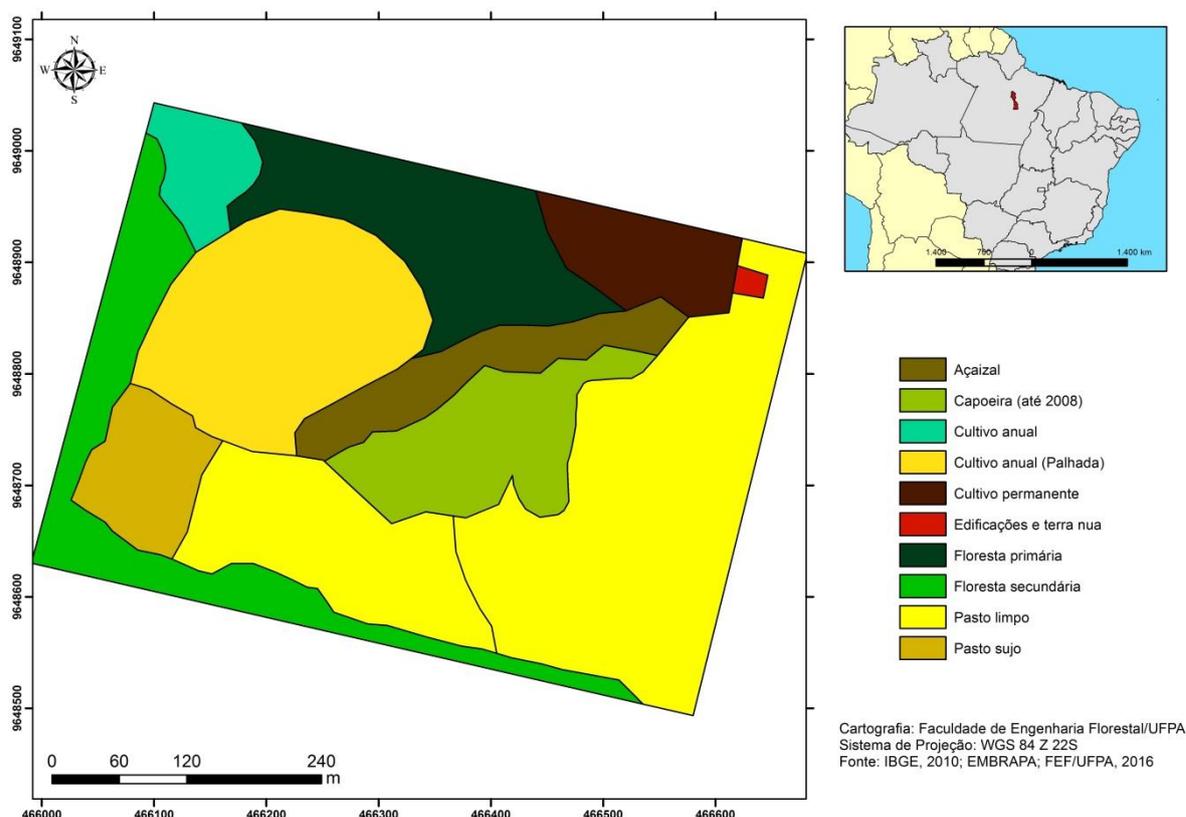
**[...] querem a terra mesmo pra trabalhar, mas sem tá preservando, igual os mais antigos. Pelo menos capim não era bem a ideia de plantar aqui, até inclusive, os [pioneiros] que pegou o lote com capim nem cercar não cercou, e aí eles mataram o capim pra plantar alguma coisa,** mas os novatos eles tão fazendo a derruba todo ano que é o que nós temos o direito de derrubar, aí eles utilizam e já querem criar o gado [...] (Entrevista, Norma, 2017).

Este discurso de Norma é rico em detalhes, pois demonstra pelo menos dois itens que interligam-se no discurso pioneiro, o primeiro corresponde à influência de Dorothy na criação das ideias comuns do início do assentamento, a afirmação de que o capim “não era bem a ideia de plantar aqui” foi construída simultaneamente por movimentos sociais, entidades como a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e organizações como a Comissão Pastoral da Terra, que pleiteavam a criação desta nova modalidade de assentamento. Mendes (2015, p. 100) ratifica que a ideia de PDS’s na Transamazônica “contrariava toda a proposta dos antigos projetos de constituição de pasto para a criação de gado, visando a manutenção da floresta em pé”.

Entendemos, assim como Mendes (2015), que havia um distanciamento entre os camponeses que deslocavam-se para o PDS e os idealizadores do mesmo. Mesmo que houvesse camponeses em meio à luta pela criação dos PDS, eram aqueles que já possuíam seus lotes em projetos de colonização, ou seja, a participação das famílias pioneiras na construção destas ideias iniciais do PDS só foi efetivada durante o estabelecimento destas no assentamento.

A segunda informação importante que podemos extrair da fala de Norma é a relação entre pioneiros e agricultura (como explicitou anteriormente Josiney), assim como a que supostamente existe entre novatos e pecuária. A agricultura, na visão de Norma, seria a mais coerente para a proposta de PDS, foi a atividade acordada nas ideias iniciais do projeto, pelas organizações e pelos pioneiros. O novatos não fizeram parte destes acordos iniciais, e sob a visão pioneira, possuiriam também esta característica de distinção: a intencionalidade pela plantação de capim.

Figura 13: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Norma, agricultora assentada no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA.

Porém, apesar de haver uma predominante aversão à pastagem no argumento de pioneiros, estes discursos, por vezes, chocam-se com o que está materializado na paisagem de suas Áreas de Uso Alternativo, como podemos notar no mapa de Norma, que além de ser uma das pessoas que chegou no PDS durante o primeiro avanço pioneiro, é a atual presidenta da associação que os representa (Associação Virola Jatobá).

Apesar de que na média e mediana dos pioneiros do primeiro avanço se observa uma coincidência entre discurso e prática, vemos que existem as exceções e exceções relevantes, a exemplo de outra liderança pioneira do primeiro avanço que vem recorrentemente vendendo ilegalmente o acapu e derrubando castanheira. Assim, discurso e uso da terra entram então em descompasso, demonstrando que nossa conclusão não pode pautar-se cegamente nestes *falsos dualismos* (pioneiros x novatos; lavoura branca x capim; AVJ x ALP), mesmo que estes sejam nosso ponto de partida.

Por exemplo, buscando uma análise mais aprofundada do lote de Norma, percebemos que de forma alguma seu discurso representa uma falsa aversão ao capim, mas é consequência de uma divisão social do trabalho baseada no gênero, onde o homem é o responsável maior pelas decisões e práticas nas roças e pastagens, enquanto a mulher é a responsável pela casa, quintal com fruteiras, horta e crianças. Assim, percebemos que gênero, geração, alinhamento político, trajetória de deslocamentos e outras variáveis são relevantes na investigação sobre conflitos envolvendo apropriação e uso da terra e recursos florestais. No caso das relações sociais de gênero, as decisões da mulher, ou melhor, os impedimentos para a sua participação na tomada de decisão sobre esses aspectos são marcadas por todo um histórico social:

Como historicamente já vinha ela desempenhando o papel de principal responsável pela casa e pelos filhos, o lar foi se tornando seu espaço por excelência, a ponto de a sociedade passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de necessidade financeira (PAULILO, 2004, p. 243).

Garcia Jr. e Heredia (2009) explicam que o homem, pai de família, centraliza por vezes as decisões acerca das atividades agrícolas, enquanto à mulher, mãe de família, cabe a responsabilidade pela organização do consumo. É corriqueiro, em campo e na própria academia, evidenciarmos esta divisão do trabalho baseada no gênero agregada a um discurso (sobretudo masculino, mas as vezes reproduzido pelas próprias mulheres) que desvaloriza o trabalho da mulher, seja em áreas urbanas ou rurais, onde ora o trabalho feminino é considerado somente uma “ajuda” ou um trabalho doméstico não-produtivo (PAULILO, 2004). Porém, Paulilo (1987), evidencia como a denominação pejorativa de “trabalho leve” em diferentes regiões do Brasil não está ligada ao desgaste que este causa, mas ao gênero que

o efetiva, sendo considerado “trabalho leve” o trabalho feito pela mulher, independente se for mais desgastante que o trabalho do homem.

Norma, em entrevista de 2016, afirmou que “ele (marido de Norma) trabalhava de soldador, *e eu nunca trabalhei não*”, demonstrando como a noção de trabalho acaba por erroneamente não englobar, em alguns discursos, as responsabilidades domésticas e os cuidados com as crianças a que muitas mulheres trabalhadoras dedicam suas vidas.

Norma também nos contou que: “eu fiquei dez anos aqui (PDS Virola Jatobá) só, só sem meu marido, e eu ficava com meu pai, ele que ficava aí comigo, aí assim, muito serviço foi ele mesmo que fez” (Entrevista, Norma, 2017). Este serviço, feito por seu pai, vincula-se aos primeiros tratamentos dados às pastagens e roças da Área de Uso Alternativo, trabalho que está tendo continuidade atualmente com seu marido, Antônio, agora, sem o auxílio de seu pai, falecido em 2016. Ou seja, o descompasso entre o discurso de Norma (contrário às pastagens) e o mapa de sua Área de Uso Alternativo, se dá principalmente pelo fato de que sempre quem estava afrente das “roças” eram os homens, seu pai e seu marido, enquanto Norma ficava responsável principalmente pelos deveres ligados à casa, às crianças, e atualmente (2017) às responsabilidades que o cargo de presidenta da Associação Virola Jatobá lhe proporciona.

Antônio também nos deu informação importante sobre as pastagens da Área de Uso Alternativo do lote, o marido de Norma nos contou que seu pasto cobria por volta de dois alqueires e meio dos quatro alqueires de sua AUA e que estava alugado para Amorim (novato, associado na AVJ), que lá colocou 19 cabeças de gado. Como pagamento, Amorim estava cercado o pasto de Antônio e Norma, com estacas de madeira, para que posteriormente fosse colocado o arame. Amorim precisou deslocar de seu lote para o lote de Antônio e Norma esta quantidade de gado pois estava “ajeitando” outra área de pasto em sua Área de Uso Alternativo.

Estas práticas de ajuda mútua não são raras, no mesmo lote de Norma pudemos participar de uma atividade em que Antônio, para transferir seus peixes de uma represa para outra, pediu a ajuda de Deivison (novato), associado na AVJ. Quando soube da ocasião, pedi para também ajudar, e fomos então à represa.

Figura 14: Represa no lote de Norma e Antônio (não explicitada no mapa do lote).



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2017.

Durante a atividade, conversas sobre diversas temáticas fluíam, e imerso na concretude do cotidiano em trabalho de campo, apesar do enquadramento pré-concebido pelas leituras anteriores, em nenhum momento me vinha à cabeça questões acerca de pioneiros e novatos. O fato da família de Deivison ter chegado no PDS em 2010 e ser novata não bloqueou relações com a família pioneira de Norma e Antônio. Assim, tomando este caso particular para análise, passei a perceber que a questão política e o posicionamento de cada ator social nos processos de transformação das relações de poder parece ser fundamental, independente do momento de chegada no PDS e da identificação como pioneiro ou novato.

Por exemplo, Deivison e sua família apesar de terem chegado num período por mim definido como o período característico dos novatos, são associados na associação que representa os pioneiros (AVJ), tendo trabalhado no barracão comunitário desta, possuindo lote nas proximidades e mantendo relações sobretudo com as pessoas ligadas à Associação Virola Jatobá. Ou seja, a família de Deivison não representa uma família pioneira, porém, as críticas aos novatos não direcionam-se a ela, haja vista que as críticas possuem como alvo os novatos (predominantemente da gleba 132) associados na Associação Liberdade do Povo.

Sabendo que a gleba 132 é a que concentra maior número de novatos, devido a seu alto índice de mobilidade, como já citado em Watrin; Porro e Silva (2017), poderíamos concluir que é também a gleba onde haveria a maior concentração de plantações de capim e intencionalidades para a criação de gado. Contudo, esta conclusão poderia ser precipitada pois notamos uma particularidade nesta zona: a análise simplista entre mobilidade e pastagens faz com que alguns pioneiros construam generalizações como “o pessoal da 132 tudo querem ser fazendeiros, criadores de gado”. Todavia, entrevistando moradores da 132, entendemos que alguns novatos da 132 estariam “pagando pelos pecados dos moradores anteriores”, pois não possuíam de início a intencionalidade de plantar capim e criar gado, mas receberam o lote já com estas características na paisagem, sem possuírem, por vezes, condições financeiras para “matar o capim e plantar alguma coisa” como fizeram muitos pioneiros.

De forma contrária, se um novato, com perspectivas futuras para a criação de gado, se apropriar de um lote que já possua a estrutura da paisagem voltada para o pasto, isto pode lhe poupar alguns esforços, pois suas intencionalidades estavam em compatibilidade com a Área de Uso Alternativo recebida. O detalhe importante que notamos na gleba 132 está exatamente aí, famílias novatas se apropriam de lotes na 132, e mesmo que não haja previamente a intenção de plantar capim, se por acaso o lote estiver coberto por ele, as mesmas podem ser desqualificadas por pioneiros, como “as famílias que querem ser fazendeiras”, ou “as famílias que estão acabando com a floresta”. Contudo, estas desqualificações tomam como verdade o que está materializado na paisagem, quando deveriam notar as intencionalidade das famílias que ali chegaram e chegam, haja vista que estas intencionalidades podem ser incompatíveis com a paisagem de pasto das Áreas de Uso Alternativo que receberam.

Figura 15: Áreas de Uso Alternativo com pastagem na gleba 132.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2017.

Foi perceptível para nós a diferença da paisagem da gleba 132 em relação às demais, a concentração de Áreas de Uso Alternativo com pastagens foi o que chamou a atenção num primeiro momento, não somente por haver pastagens, já que existem também nas demais glebas, mas pela predominância deste uso da terra, o que já me haviam alertado alguns assentados quando diziam que em percurso por esta gleba, facilmente podia-se perceber o maior nível de desmatamento. Ou seja, esta diferença paisagística era notável tanto na visão dos assentados quanto nas minhas impressões.

Outra impressão acerca da paisagem desta gleba pode ser verificada na foto exposta anteriormente, nesta há uma destaque e centralidade na pastagem, porém não é visível gado. Esta é imagem comum nesta gleba, exceto em alguns lotes específicos. Isto se dá em primeiro lugar pela falta de condições de muitas famílias novatas, entendendo que devido à intensa mobilidade nesta gleba os camponeses e camponesas recém-chegados geralmente não possuem um suporte financeiro para tal aquisição. Em casos de famílias que entram para residir no PDS, a apropriação do lote se dá ignorando o cadastramento e seleção feitos pelo INCRA e sem a interação com a Associação. De maneira geral, as pessoas investem todas

suas economias na compra de um lote no PDS, para posteriormente, a partir de seu trabalho, procurar repor o que foi investido.

Nesse sentido, a forma de apropriação ocorre de forma diversa à apropriação através da luta pela terra ou no intuito veiculado pelo INCRA, de distribuição de terras via reforma agrária. Mas sim, através da via privada, ou por pagamento próprio, ou com apoio de pecuaristas, o que no caso, a reposição do que foi investido ocorre mais pelo aumento de pastagem para aluguel ou criação própria quando as condições permitirem.

Uma estratégia comum nestas áreas de pastagens é alugar o pasto de terceiros, prática denominada de “meia”, onde determinada família que possua pastagem o aluga para o gado de outra família ou pecuarista externo ao PDS, durante um tempo acordado pelas partes, sendo repartido o número de crias nascidas durante o período entre as duas famílias participantes, ou faz-se o cálculo tomando como base os quilogramas que os animais obtiveram durante a estadia, nesses casos a forma de pagamento pode ser também acordada entre as partes, podendo ser paga em dinheiro (calculado a partir do preço da carne bovina relativa à metade dos quilogramas adquiridos pelos animais) ou em espécie.

Observamos que o aluguel de pasto nas AUA podem aparecer como estratégias de reprodução econômica do campesinato, como no exemplo da Área de Uso Alternativo de Norma. Porém, simultaneamente, haviam discursos de que pastos também eram alugados para fazendeiros das redondezas, o que seria também uma estratégia camponesa de garantir renda, mas que ao mesmo tempo poderia fortalecer relações de subordinação de camponeses aos fazendeiros. Nesse sentido, entendemos que a utilização de pastos das AUA para a reprodução de lógicas pouco congruentes com equilíbrio do meio ambiente e com os objetivos de reforma agrária, tendem a enfraquecer as relações internas no assentamento.

De toda maneira, o que argumentamos nesta seção é que há indicativos de que o dualismo AUA de novato e AUA de pioneiro seja falso quanto às diferenças na apropriação e uso de recursos naturais, visto que discursos e práticas não encontram correspondência em diversos momentos. Enquanto há considerável diferença entre a média e mediana da quantidade de pastagem das famílias do primeiro avanço pioneiro (2,37 e 0,2 ha respectivamente) e famílias novatas (4,472 e 4,1 ha), não há diferença significativa entre as famílias novatas e as famílias do segundo avanço pioneiro (4,081 e 3,2 ha), demonstrando que os discursos sobre o dualismo entre AUA de pioneiros e AUA de novatos diferem das práticas concretas observadas em campo e mapeadas por sensoriamento remoto.

O dualismo é questionado também a partir das famílias do primeiro avanço pioneiro que são exemplos de exceções, haja vista que não enquadram-se nos usos e/ou discursos sobre o uso da terra que caracterizam as famílias do primeiro avanço pioneiro, como veremos em outros exemplos afrente. Por fim, há indicativos também, através de entrevistas, que a mais relevante clivagem seja a opção política de apostar ou não na terra livre de patrão, buscando transformação nas relações de subordinação com o setor pecuário ou madeireiro.

#### 4.2 Agricultura versus pecuária nas AUA

O antagonismo que percebi entre pioneiros e novatos, nos primeiros trabalhos de campo, permanecia e aparecia naturalizado nas conversas. Nos discursos, as estratégias de apropriação, uso da terra e dos recursos florestais eram citadas como diferenças entre os beneficiários das diferentes glebas, “lá eles tem outra visão, diferente daqui” disse Josiney (Entrevista, 2017), referindo-se à gleba 132.

Esta *outra visão* estaria relacionada dentre outros fatores ao plantio de capim, supostamente priorizado pelos novatos. Porém, como explicação para o demasiado plantio de capim existem afirmações de que as terras nesta gleba (132) são ruins, o que é afirmado não só por moradores da 132, mas também por membros da AVJ, como Josiney:

Lá (gleba 132) é mais um barro, uma piçarra, pra mexer com plantação de mandioca ela dá um ano, no outro ano já não dá bem, o arroz também, então tem que pensar numa alternativa melhor, se dá capim, vou plantar capim, se dá mandioca, então eu acho assim, que eles tão pensando na coisa certa né, porque se não deu uma coisa tem que dar outra (Entrevista JOSINEY, 2017).

Nessa entrevista percebemos que a opção por plantar capim, tão criticada pela Associação Virola Jatobá, pode não ser necessariamente uma escolha espontânea dos novatos da 132, mas uma alternativa que condiz com a fertilidade e qualidade da terra. Elielsom, morador da Gleba 132, por exemplo, afirma que

as terras só natural desse tipo aqui, a gente broca, queima, planta, não é todo canto que presta pro legume, aqui mesmo ano passado eu plantei milho ali, nasceu, ficou um trem bonito demais, mas na hora da espiga, não deu nada, arroz do mesmo jeito, eu plantei quase uma lata de arroz ali, o arroz nasceu até desse tamanhozinho assim, aí deu uma amarelidão nele assim, morreu, não prestou pra nada (Entrevista ELIELSOM, 2017).

Elielsom, novato no PDS, residente da gleba 132 e associado na Associação Virola Jatobá, demonstra em sua fala a intenção prioritária pela lavoura branca, o que novamente nos dá margem para ratificar a relativização do dualismo que associa novatos e plantação de capim. Estes discursos sobre a fertilidade da terra na gleba 132, além de que vários novatos

que chegaram mais recentemente entraram para o lote já com pastagens implantadas por moradores anteriores, parecem ser relevantes para explicar a opção pela pecuária. Todavia, neste trabalho não podemos evidenciar tal relação por meio de testes pedológicos e análises de solo, devido à escassez de trabalhos sobre esta temática no PDS e nossas limitações como pesquisadores.

Explanando sobre a visão dos colonos com quem já conversou sobre pecuária no PDS, o Presidente da Associação Liberdade do Povo destaca que falta mais incentivo à agricultura no assentamento, e que a opção pela pecuária é consequência também desta falta de recursos.

Aí o que que ele pensa, se eu colocar semente de capim ela não vai “enjuquirar”<sup>39</sup>, aí eu posso ter com o que manter meus filhos através de um leite, de um queijo, criar um porco através de um soro, então no meu ponto de vista eles disseram assim pra mim (Entrevista RAMIRO, 2017).

Esta narrativa, de certa forma, complementa o discurso que descreve as terras na gleba 132 como inadequadas para agricultura de rotações, de modo que cria argumentos que legitimam as plantações de capim no assentamento. Uma questão que se levanta nos debates entre as partes conflitantes é se esta pastagem se aterá aos limites estabelecidos no Plano de Uso. Sem a intenção, a priori, de agregar juízos de valor às plantações de capim no PDS, entendemos que as decisões sobre esta atividade não estão somente no âmbito da *intenção individual*, haja vista que estes fatores expressos pelos assentados (má qualidade da terra para legumes, falta de mão de obra para evitar o “enjuquiramento”, falta de recursos para uma mecanização na terra e estabelecimento da pastagem por moradores anteriores) demonstram a complexidade que gira em torno da escolha das atividades produtivas nas Áreas de Uso Alternativo.

Se por um lado a opção pela pecuária é baseada nos diversos argumentos expostos anteriormente, a agricultura tem como um de seus argumentos o menor impacto ao meio ambiente, devido a seu caráter temporário, conseqüentemente sua maior compatibilidade à proposta política de desenvolvimento sustentável do assentamento. Porém, caso sejam utilizados todos os 3 hectares de supressão por ano nos 20 hectares disponíveis, tal como permitido no Plano de Uso aprovado, também a agricultura pode não ser sustentável. Na tecnologia tradicional atualmente adotada, pressupõe-se extensões maiores do que 20 ha para

---

<sup>39</sup> Enjuquirar é termo local que corresponde ao processo de crescimento desordenado da vegetação em determinado espaço.

garantir a sustentabilidade das rotações, com ciclos de mais de 15 anos, conforme a vegetação e relevo.

Além disso, esse debate sobre agricultura em oposição à pecuária depende substancialmente do sujeito que a pratica. Como exemplo de disputa pela manutenção do sentido político de assentamentos rurais, Nogueira e Suzuki (2013), estudando um assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em São Paulo, analisam o surgimento do *agregado*, sujeito que chega ao assentamento por consequência do recorrente fluxo migratório que ocorre após o estabelecimento das primeiras famílias, este sujeito passa a fazer parte do assentamento, sem ter participado do processo de acampamento e de assentamento, o que gera mobilizações por parte dos líderes antigos da comunidade para que o assentamento não perca gradualmente seus sentidos a partir da entrada destes novos grupos.

Em nosso estudo de caso, a lavoura branca e os cultivos permanentes, associados principalmente aos pioneiros, representariam parte dos ideais “corretos” para o assentamento, discurso pioneiro que não destaca somente os benefícios ambientais desta escolha, mas a dimensão política da opção pelos cultivos e desqualificação da pecuária que, na Amazônia, vincula-se historicamente à degradação em larga escala das florestas (FEARNSIDE, 1991).

De acordo com o levantamento qualitativo em onze Superintendências Regionais (SR) do Incra na Amazônia, foi verificado que o principal vetor direto do desmatamento nos assentamentos é a pecuária extensiva, sendo citada como fator principal em todas as onze SRs da Amazônia (ALENCAR et al., 2016). Rivero et al. (2009), por sua vez, analisou em três momentos (2000, 2003 e 2006) a relação entre desmatamento e pecuária em municípios da Amazônia. Para o ano 2000, a correlação foi de 0,6808; em 2003, de 0,7060; e em 2006, de 0,7768, o que demonstrou o aumento considerável da relação com o passar dos anos.

Para Walker et al. (1997), mesmo com as fortes restrições ao desmatamento na Amazônia, os pequenos produtores tem optado pela pecuária, por representar uma melhor forma de poupança e em face das dificuldades do meio rural, quanto ao transporte de produtos agrícolas. Zoni, nesse sentido, ratifica a dificuldade de escoar a lavoura para o centro urbano de Anapu, já que o mesmo não possui automóvel e no momento da realização da entrevista não havia um carro comunitário que levasse os produtos para a cidade: “eu não vou fazer um saco de farinha pro cara cobrar cem reais pra levar na rua, porque aí eu vou fazer a farinha só

pra ele, lá ele vem e vai trazer só o troco, porque os cem reais vai pra ele” (Entrevista, Zoni, 2017).

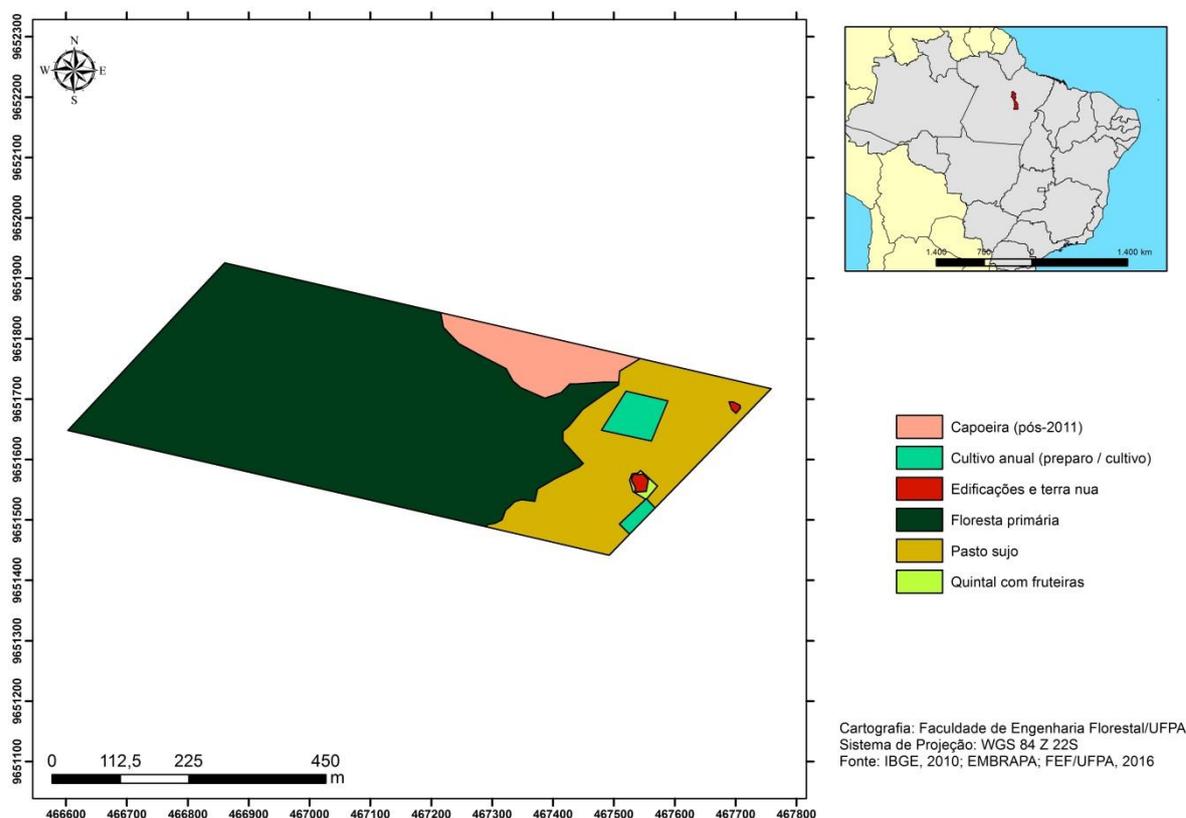
Acerca da criação de animais, Garcia Jr. e Heredia (2009, p. 228) explicam que estas atividades desempenham um papel de reserva e acumulação, podendo ser acionadas em momentos de necessidade, “por carência de alimentos fundamentais ou mesmo ameaça de fome, ou ainda por doenças ou visitas inesperadas”.

Pode até não dar lucro (gado), mas a gente tendo, aí o dinheiro tá seguro, tá rendendo todos os anos, é pouco, mas uma cria por ano né?... no dia que ele precisar, aqui hoje se eu precisar, se eu plantar mandioca e precisar hoje, adoecer aqui, primeiramente eu vou ter que trabalhar pra poder tirar dinheiro dela, e olhe lá, em Anapu pra mim vender é maior luta, farinha, porque vem farinha de fora, e você tendo dez gado aí, se Deus o livre adoecer e precisar de um dinheiro, você vai lá vende um e não tem trabalho nenhum, você tá com dinheiro, supriu um pouco da necessidade, a despesa dele é o pasto, tá ali, e você tá mantendo ele, não tem o trabalho que tem as outras coisas né? (Entrevista, HERMANOTEU, 2016).

As duas entrevistas anteriormente citadas, com Zoni e Hermanoteu, explicitam a complexidade das inter-relações pioneiros/lavoura branca e novatos/capim, haja vista que Hermanoteu, associado na AVJ, faz parte do grupo que chegou no PDS ainda no primeiro avanço pioneiro (2002-2005), todavia, de forma inversa ao discurso dos representantes da Associação Virola Jatobá, destaca na entrevista anterior as vantagens da pecuária, em comparação com a lavoura, que seria atividade mais trabalhosa e de mais difícil comercialização, em sua visão.

O argumento sobre relativa segurança da atividade pecuária, na entrevista de Hermanoteu, demonstra sua preocupação com os imprevistos do cotidiano, que podem demandar um gasto em curto prazo, o que seria solucionado com a venda de uma cabeça de gado, por exemplo. Entendendo que a estocagem de alimentos produzidos pelas lavouras também é possível e pode ser utilizada nesses casos de maior necessidade, nosso interlocutor explana ainda sobre a dificuldade em vender a produção da lavoura em Anapu, decorrente da concorrência com produções que, segundo ele, chegam também de outras regiões. Ou seja, a segurança da pecuária seria também relacionada a sua comercialização mais “segura” em comparação à lavoura. Além destas considerações, o gado também caminha por si só, evitando, por vezes, gastos com deslocamentos, da mesma forma que dispensa armazenamento e se autorreproduz (WALKER et al., 1997).

Figura 16: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Hermanoteu, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFPA.

Como podemos notar, Hermanoteu possui grande parte da floresta primária de sua Área de Uso Alternativo preservada, ela ocupa perceptivelmente mais da metade dos quatro alqueires representados no mapa, sendo a categoria *pasto sujo* a que ocupa a segunda maior extensão de terras em sua AUA, 5,9 ha, especificamente . Todavia, ficamos curiosos com a relação entre o tempo de moradia de Hermanoteu no lote (desde 2005) e a grande quantidade de floresta primária preservada que o mesmo possuía. Perguntando se sua renda advinha também de trabalhos fora de seu lote, recebemos a seguinte resposta: “trabalho, trabalho mais pros outros do que pra min, tem que arrumar um dinheiro né? a roça só dá mesmo pras despesas, não dá nem pro consumo todo” (Entrevista, HERMANOTEU, 2016).

O “consumo todo” de que fala nosso interlocutor são os gastos com roupas, calçados, remédios, explica posteriormente. Os trabalhos para os outros, por sua vez, são relacionados a diversas atividades, e diversos sujeitos. Nas fazendas vizinhas ao PDS trabalha fazendo cerca, plantando capim, no PDS, em determinados momentos, consegue serviços para roçar uma capoeira, por exemplo, também dentro do PDS, já trabalhou no Manejo Florestal, tanto no

período de vigência do acordo empresa-comunidade (2007-2013) quanto no Manejo Florestal Comunitário que ocorre atualmente.

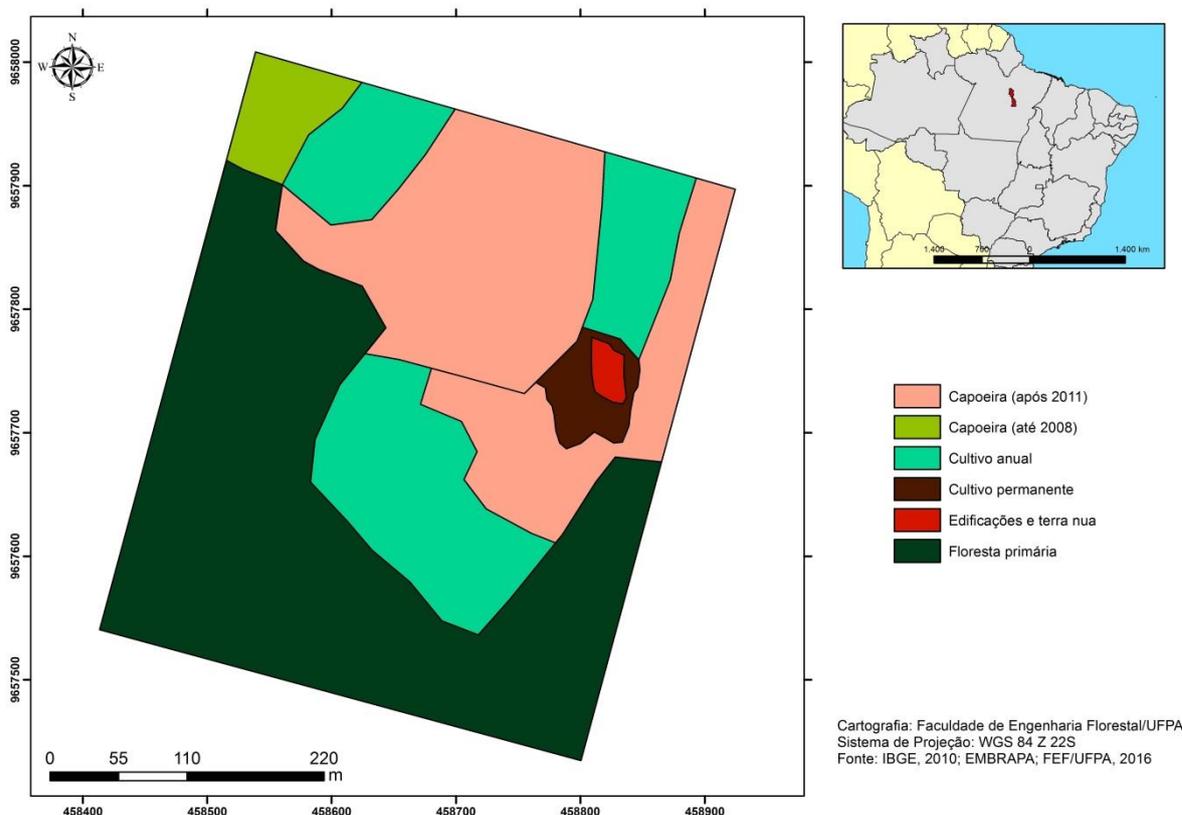
Nas conversas com Hermanoteu pudemos notar que a renda principal de sua família não advém de seu lote, mas é fruto da relação de trabalho com proprietários fora do PDS e outros moradores do PDS. Os cultivos são para consumo próprio e para os animais, e mesmo a área de pasto sujo foi formada recentemente e não possui gado, sendo ainda uma perspectiva futura de Hermanoteu.

A pecuária, como uma atividade que faz parte das prospecções do agricultor, parece não ser valorizada somente por esta segurança nos momentos de imprevistos e pelas outras vantagens citadas anteriormente, mas também por fornecer (no caso de Hermanoteu) um caminho mais viável para a libertação das relações subordinadas de trabalho, ou melhor, do “trabalho pros outros”. Destacamos então que nosso argumento central neste momento não é demonstrar que a opção pelo plantio de capim nas AUA é algo incompatível politicamente ao PDS, mas demonstrar que a disposição camponesa para afastar-se das relações de subordinação e do trabalho para os outros é o item central, independentemente se sua AUA for composta por agricultura ou pecuária. Ou seja, o uso da terra em determinadas AUA pode ser o mesmo, mas possuir intencionalidades políticas antagônicas.

Uma questão a considerar, no entanto, é a coesão do grupo e sua capacidade de organização social, que pode ter como indicador o estabelecimento de um Plano de Uso coletivamente definido. Durante vários anos, houve grandes debates sobre o percentual permitido de pastagens nas AUA, até que se chegou, por votação, ao montante de 3 ha, ou seja até 75% do lote pode ser ocupado por pastagem, aquém do que queriam os defensores da pecuária e além do que pretendiam os pioneiros. A pastagem limitada pelo controle social coletivo não representaria necessariamente um dualismo com a agricultura no extremo oposto, e nem deveria sinalizar um antagonismo ao PDS.

Da mesma forma que há a perspectiva de *trabalhar para si mesmo*, verificou-se discursos que desqualificam as plantações de capim por não fornecerem o alimento cotidiano, *o comer da própria comida*. Em entrevista que citamos anteriormente, Zoni destacou as dificuldades de comercialização dos legumes, mas apesar disso, não opta por pasto em seu lote, “não tem essas influências”, pois segundo o mesmo, *do capim ele não tira nada* (Entrevista, Zoni, 2017).

Figura 17: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Zoni, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA

Outro argumento da família para explicar sua rejeição por capim é a de que este cultivo é causador de dano definitivo para a terra, como explica a esposa de Zoni:

se cada vez que nós roçasse a juquirá aqui nós tivesse colocado capim e não mandioca, milho, arroz, nós não tava com esse tanto de mata aqui, porque nós estamos com 10 anos aqui, porque uma vez que você coloca capim aquela terra tá destruída (Entrevista, FRANCELINA, 2017).

Interessante notar que estes argumentos da família de Zoni e Francelina são similares ao discurso institucional de líderes da Associação Virola Jatobá, que demonstram insatisfação com as plantações de capim no assentamento. Contudo, mesmo que esta família se enquadre na categoria de pioneira, chegando no PDS no segundo avanço pioneiro (2006-2008), os mesmos são associados na Associação Liberdade do Povo que, dentre suas diversas características, vincula-se aos novatos e ao incentivo às pastagens.

De forma inversa, o argumento de Hermanoteu (pioneiro associado na AVJ) em relação à plantação de capim, se analisado rapidamente, poderia ser percebido por nós como compatível aos ideais defendidos pela Associação Liberdade do Povo, o que nos levaria a uma

compreensão de que existem divergências entre os discursos institucionais (AVJ e ALP) e os discursos de seus membros, havendo mesmo inversões de argumentos, quando percebe-se que associados da AVJ priorizam e possuem perspectivas para a pecuária em seu lote, ao mesmo tempo que associados na ALP expressam diversos pontos de vista defendidos por líderes da AVJ. Contudo, como já afirmamos anteriormente, o simples fato de haver pastagens em determinada AUA não pode ser fator determinante para compreender o posicionamento político da família que ali reside, podendo haver famílias que optam pelas pastagens na intenção de afastarem-se das relações de subordinação, enquanto outras formam pasto visando a manutenção das relações desiguais de poder entre campesinato e fazendeiros e madeireiros.

#### **4.3 Associação Virola Jatobá versus Associação Liberdade do Povo.**

Dentro do jogo de forças, para legitimar ou deslegitimar a pecuária no assentamento, percebemos que dois argumentos parecem ser principais, respectivamente: 1º A pecuária como uma estratégia de reprodução camponesa, mais viável economicamente que os cultivos, e 2º A pecuária como principal fator da derrubada da floresta, sendo atividade incompatível com o PDS.

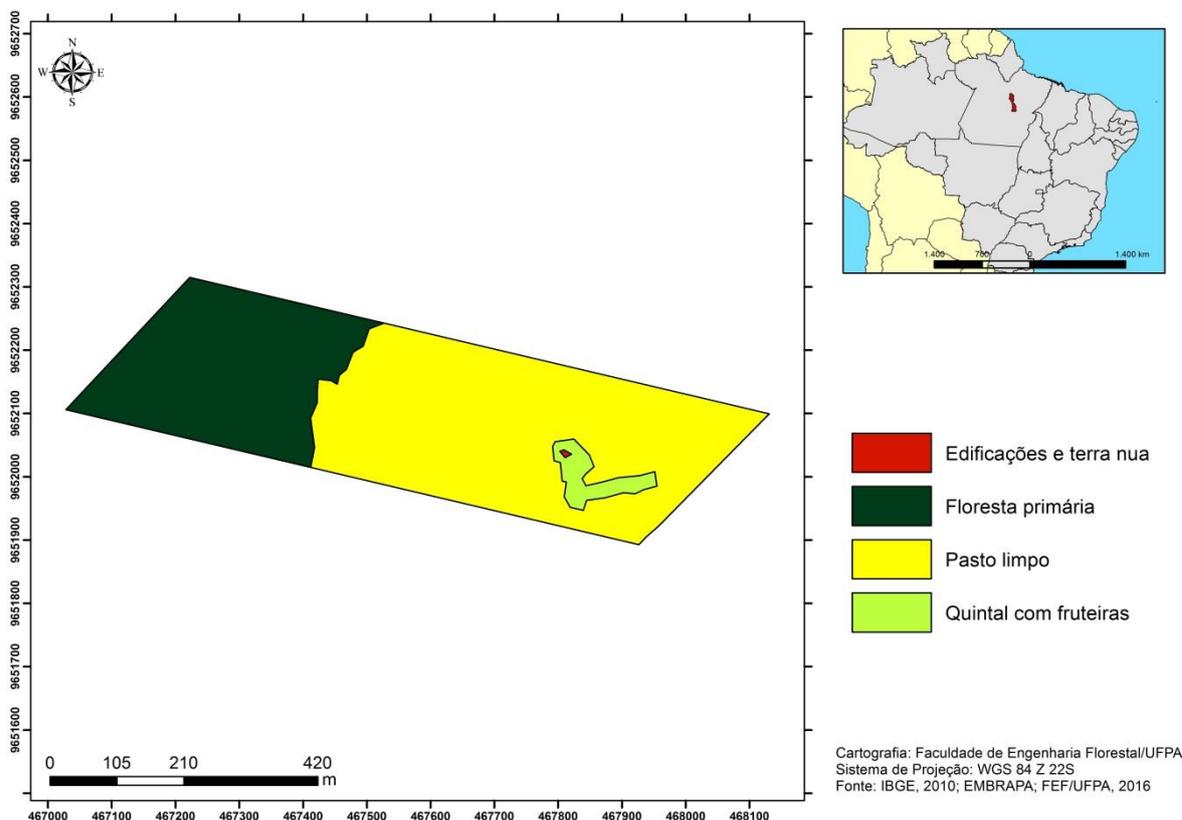
Estes dois argumentos parecem ser bem definidos quando trata-se do discurso da Associações, porém, são acionados de forma complexa por diversos assentados, independente de se designarem como pioneiros ou novatos, ou de vínculo em determinada associação. Daremos alguns exemplos a seguir afim de demonstrar a relativa clareza destes posicionamentos institucionais.

Em Abril de 2017, entreguei para Amorim (novato associado na AVJ) o mapa de seu lote, na ocasião, aproveitei que haveria reunião<sup>40</sup> no barracão comunitário da Associação Virola Jatobá para entregar alguns mapas dos lotes onde foram feitas as coletas dos dados espaciais para o licenciamento de supressão de vegetação, para fins de estabelecimento de roças. No momento da entrega do mapa, logo após recebê-lo, Amorim pôs-se a responder (em voz alta) críticas ou fofocas que possivelmente fizeram a ele em momentos anteriores: “e ainda dizem que no meu lote não tem mais mata”.

---

<sup>40</sup> Reunião sobre a situação do posto de saúde, das escolas e estradas do PDS.

Figura 18: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Amorim, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFPA.

Apesar de em nenhum momento eu ter exposto seu mapa para as pessoas que ali estavam, ou ter insinuado que havia pouca floresta primária em seu lote, Seu Amorim fazia questão de mostrar seu mapa para diversas pessoas, de forma que, em minha perspectiva, parecia tentar provar para quem pudesse, que seu lote ainda possuía floresta primária.

Neste mesmo dia, já no decorrer da reunião, Amorim pronunciou-se para falar sobre a piçarra que poderia ceder de seu lote para a melhoria das estradas, citando que haviam duas coisas em demasia em seu lote, piçarra e capim. Após afirmar isto, automaticamente, e sem que ninguém intervisse em sua fala, Amorim exclamou em tom exaltado: “porque lá nós come é capim!”, como se estivesse manifestando um argumento de defesa, todavia, o curioso é que em momento algum (durante toda a reunião) fizeram acusações sobre as plantações de capim de seu lote.

Figura 19: Representação horizontal da paisagem: Área de Uso Alternativo de Amorim.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

Amorim, novato e dono de um lote que possui 14,1 ha de Pasto, possui características de um *outsider*, interpretando os pioneiros do PDS como os *estabelecidos*. Porém, além de Amorim ser associado na AVJ, possui uma filha com Jaqueline, mulher de família pioneira. Estes dois fatores, a nosso ver, são de fundamental importância para compreender os motivos de Amorim não ter sido excluído dos círculos sociais construídos pelos pioneiros, um fator da ordem do parentesco, outro de ordem política. A associação na AVJ é justamente o que lhe garante a participação efetiva nas reuniões desta associação, todavia, a opção pela pastagem extensiva permanece sendo fator de crítica sobre seu lote.

Nossa suposição é a de que Amorim, além de já ter sido criticado (por pioneiros associados na Associação Virola Jatobá) pela prioridade dada ao capim em seu lote, sabia que estava discursando no barracão da associação que historicamente se pôs contrária ao gado. Deste modo, não seria surpreendente que Amorim exclamasse argumentos de autodefesa, mesmo que no momento não estivesse sofrendo uma crítica sequer. O contexto (reunião da Associação Virola Jatobá com associados e não associados) e o local (barracão da Associação Virola Jatobá) influenciavam então seus argumentos e atitudes.

Figura 20: Lote comunitário da Associação Virola Jatobá.



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

A criação da Associação Virola Jatobá remete-se às origens do PDS. Criada em 2003, foi construção idealizada e materializada pelos agentes que almejavam o projeto PDS, incluindo agricultores pioneiros que participaram da estruturação do barracão comunitário desta, em 2004. Ao mesmo tempo, a criação de uma associação é uma demanda estatal, haja vista que:

Os gestores estatais, num processo de mudanças sociais publicamente reconhecidas e estimuladas, **não dialogam com indivíduos. Eles impõem a afiliação a uma categoria socioeconômica, condição para ser** computada na ação estatal. Exigem então, para abertura do diálogo, a construção do representante delegado. Para que este representante seja legitimado e legalizado, **a construção de um nós** deve visualizar a dinâmica do processo ou do movimento social em jogo (PESSANHA, 2013, p. 21).

A construção de um “nós”, porém, não é tarefa fácil. D’Incao e Roy (1995) chamam a atenção para o fato de que para acessar políticas públicas exigia-se uma organização coletivista, a qual muitos camponeses não estavam acostumados. Se entendemos que algumas famílias possuíam trajetórias de vida imersas em relações de subordinação, a construção de

um “nós” e de relações igualitárias no seio de uma coletividade certamente deve levar isto em consideração.

O barracão comunitário, explicitado na zona esquerda da imagem ilustrada anteriormente, é local de reuniões dos associados na AVJ, de Membros da Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicos e Florestais do PDS Virola-Jatobá (COOPAF), reuniões com instituições externas como a Embrapa, UFPA e também com representantes da política local. O barracão também é local de festas e atividades de lazer como bingos e sorteios, bem como de capacitação, como as várias oficinas que ali ocorreram. Geralmente no barracão encontram-se estudantes e pesquisadores que fazem suas pesquisas de graduação ou pós-graduação, agricultores que param para pedir ou dar alguma informação, ou mesmo para descansar por alguns instantes assistindo algum programa na televisão do local.

Na extremidade direita da imagem podemos enxergar a construção (pintada de verde) onde ficam reunidos os documentos da Associação e os equipamentos em geral, destinados aos trabalhos no manejo florestal comunitário e à manutenção da associação. Essa secretaria e os vários equipamentos foram inicialmente apoiados pelo projeto PROMANEJO do IBAMA, bem como a cozinha e banheiros foram financiados pelo programa Florestabilidade da Fundação Roberto Marinho.

Vanessa, irmã da presidenta da Associação, foi durante o período da pesquisa a agricultora responsável pela manutenção do lote, fazendo a limpeza, organizando os compartimentos e auxiliando as pessoas que fazem estadia no barracão. Vanessa geralmente era a responsável também por fazer café, almoços e jantas das pessoas que ali ficam, recebendo dinheiro por estes trabalhos, haja vista que não recebe salário por cuidar deste lote.

Santos Junior (2016) explica que a direção da Associação Virola Jatobá foi historicamente composta por pioneiros, mas que após 2008 enfrentou dificuldades de instruir as regras de uso da terra aos novatos que chegavam. O autor afirma que estas normas

divergiam dos interesses dos novatos, os quais se tornavam cada vez mais numerosos e insatisfeitos com a direção da Associação Virola Jatobá, alegando que os pioneiros impuseram tais regras, visto que, o INCRA nunca havia repassado a eles essas normas (SANTOS JUNIOR, 2016, p.112).

Em 2011 as tensões se intensificaram com a aprovação de uma nova direção para a Associação Virola Jatobá. Nesta eleição, a direção foi ocupada majoritariamente por novatos, que demonstravam seu posicionamento a favor do uso da terra através da ocupação do lote com pastagem (SANTOS JUNIOR, 2016). Divergiam então, do posicionamento de muitos

pioneiros, que representados pela AVJ, evitavam o aumento das plantações de capim no PDS e davam prioridade aos cultivos temporários e permanentes.

O posicionamento acerca da pecuária, demonstrado por representantes da Associação Virola Jatobá, possui uma coesão no sentido de evitar o incentivo à plantação de pastagens no PDS, sendo fator de polêmica e, segundo Norma, um dos fatores que gerou a dissidência, que deu origem a uma nova associação.

Conforme nos contou Norma, em entrevista de 2017, na eleição de 2014 para presidente da Associação Virola Jatobá, pessoas da 107 e 132 votaram nela exigindo que a mesma os defendesse de forma *diferente*, “querendo uma modalidade de vida diferente, da que o povo mais antigo aceitou”. Queriam, por exemplo, que Norma defendesse a regularização dos quatro alqueires de pasto para as Áreas de Uso Alternativo. Todavia, como Norma não partilhava deste posicionamento, não defendeu esta proposta. A partir destes acontecimentos, segundo Norma,

esse povo me rejeitou como presidente, e foi que chegou na formação de uma outra associação, pra defender eles com a modalidade que eles querem, os 4 alqueires transformado em pastagem. Eles não querem fazer plantio de agricultura (Entrevista, NORMA, 2017).

Assunção (2016) nos informa que no ano de 2015 duas novas associações estavam em processo de formação no PDS Virola Jatobá: a Associação Vicinal Mutum<sup>41</sup> (AVM), associação não formalizada e a Associação Liberdade do Povo (ALP), associação já formalizada. O pesquisador nos conta que estas duas associações demonstraram diversas críticas a posicionamentos e ações da AVJ, defendendo uma maior liberdade de uso do lote, frente às normatizações que envolvem o PDS, e demonstram que a associação Virola Jatobá não representa seus interesses.

Como mencionamos em outro momento, é necessário relativizar e contextualizar os conflitos, analisando adequadamente os alegados dualismos entre pioneiros e novatos, agricultura e pecuária e entre associações, estes três eixos dos conflitos internalizados estão em constante articulação. A divisão que fazemos é uma tentativa de, de forma didática,

---

<sup>41</sup> Como a delimitação espacial de nosso estudo não engloba a Vicinal Mutum, não possuímos informações suficientes para analisarmos a relação da Associação Vicinal Mutum aos conflitos internalizados do PDS.

fragmentar momentaneamente *um todo*, em algumas partes significativas<sup>42</sup>, para assim explicar de forma detalhada as características deste mesmo *tudo*.

A discussão sobre “modalidade de vida diferente da que o povo mais antigo aceitou” foi aprofundada no subtópico sobre pioneiros e novatos, assim como os dualismos entre agricultura e pecuária expressos na fala anterior de Norma foram discutidos no tópico seguinte. Porém, estas temáticas vinculam-se diretamente às duas associações estudadas no assentamento (Associação Virola Jatobá e Associação Liberdade do Povo), como percebemos nos exemplos anteriores.

A Associação Liberdade do Povo<sup>43</sup> (ALP), criada em 2015 por assentados das glebas 132 e 107, tornou-se um forte símbolo de antagonismo à associação Virola Jatobá. Duas características principais demonstram isto: o primeiro antagonismo relaciona-se ao fato de que a AVJ representa ideias associadas ao grupo pioneiro de assentados, enquanto a ALP foi criada e é mantida por novatos, que concentram-se sobretudo na gleba 132. A segunda diferença, que acaba por gerar conflitos, é a relação que a ALP possui com a pecuária, sendo associação que vem incentivando a geração de renda dos assentados por meio desta atividade, enquanto a AVJ (com exceção do momento em que teve novatos em sua direção) historicamente buscava alternativas de renda mais compatíveis ao meio ambiente (ASSUNÇÃO, 2016). Uma terceira diferença é que a AVJ sempre manteve um diálogo com o INCRA, em maior ou menor grau conforme a mudança de servidores responsáveis pela Unidade.

Em estudo anterior a este (PORRO; PORRO; ASSUNÇÃO, 2016), foi verificado que a Associação Virola Jatobá, historicamente possui iniciativas tendendo a uma maior valorização da conservação ambiental e práticas agroecológicas. Estes dados foram analisados em termos comparativos, sendo que seus associados efetivamente possuem práticas em suas Áreas de Uso Alternativo que tendem a ser mais compatíveis com a proposta do PDS, em contraponto aos assentados que não possuem vínculo com esta associação, ou que estão ligados à Associação Liberdade do Povo. Contudo, queremos ressaltar aqui que práticas nem sempre correspondem aos discursos praticados nas e pelas Associações. Por exemplo

---

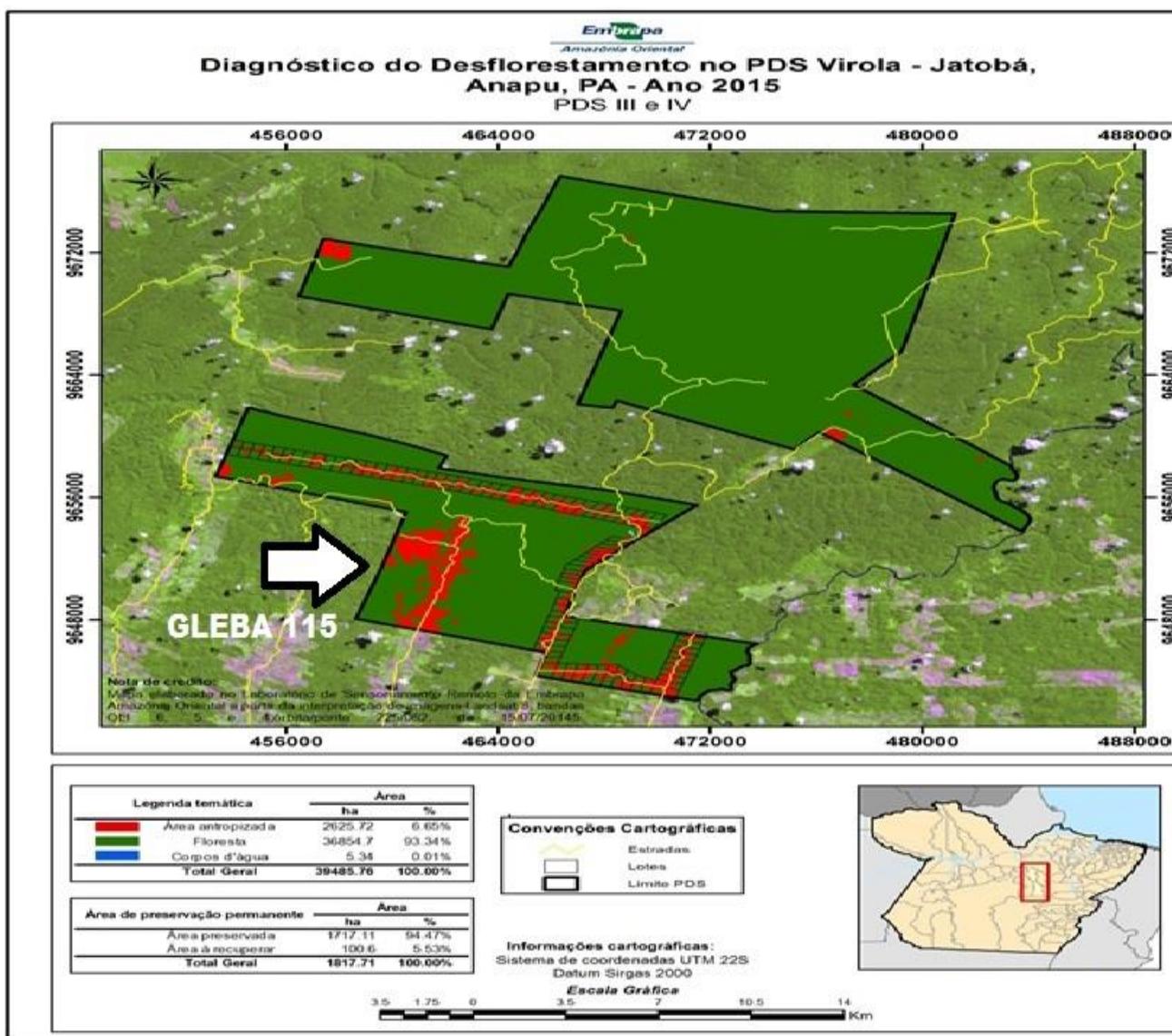
<sup>42</sup> Esta divisão em partes de forma alguma está explicitada na realidade, mas foi criada a partir de discriminações feitas sob a visão do pesquisador.

<sup>43</sup> Esta associação não possui sede ou barracão comunitário, as reuniões ocorrem na casa de determinados membros desta, por este motivo, não iremos apresentar uma fotografia que represente o local de reuniões desta associação.

curiosamente, no lote vizinho ao barracão, Vanderley (vindo para o PDS no primeiro avanço pioneiro 2002-2005, associado na AVJ) se expressa a favor de transformações nas normatizações, que seriam contrárias a posicionamentos da AVJ, e se aproxima do discurso que membros desta associação afirmam ser da ALP.

Em entrevista realizada em abril de 2017, Vanderley afirma que se dependesse de sua vontade, todos no PDS trabalhariam que nem o pessoal da gleba 115, gleba que apesar de oficialmente fazer parte do PDS Virola Jatobá, possui dinâmica diferente, onde o INCRA não conseguiu efetivar as normatizações ambientais do PDS e as unidades familiares de produção já ultrapassaram diversas limitações ao desmatamento.

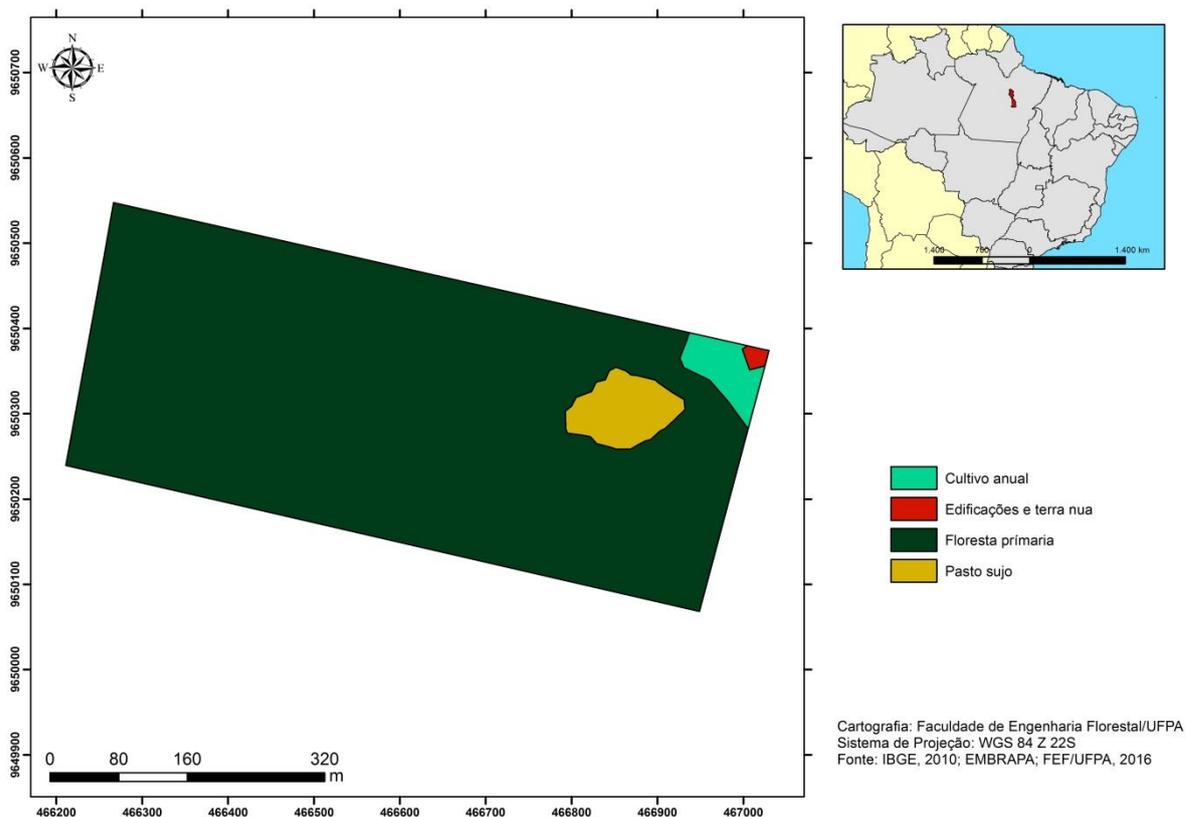
Figura 21: Diagnóstico do desflorestamento nos PDS Anapu III e IV, destacando área da Vicinal 115. Julho de 2015.



Fonte: Elaboração: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Amazônia Oriental. Modificações feitas por Arthur Brito.

Como podemos ver no destaque dado à gleba 115 no mapa, o desflorestamento nesta está visivelmente mais avançado que em outras glebas do PDS, a proposta de PDS além de não ter sido seguida pelos assentados, afeta diretamente os assentados de outras glebas que a seguem, haja vista que os desflorestamentos da gleba 115 entram na soma do desflorestamento geral do PDS Virola Jatobá, aumentando sua porcentagem. Nesta área, Vanderley possui parentes, e corriqueiramente em nossas conversas fazia a comparação entre o modo como as pessoas trabalhavam na terra em tal gleba, e como ele mesmo trabalhava em sua gleba.

Figura 22: Versão de mapa indicando as diferentes categorias de uso da terra em Junho de 2016, no lote de Vanderley, agricultor assentado no PDS VJ. O nome verdadeiro do proprietário do lote foi retirado por Arthur Brito para manter o anonimato dos assentados.



Fonte: Elaborado e digitalizado pela equipe da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA e revisado pela equipe da Faculdade de Engenharia Cartográfica da UFRA.

Observando o mapa, do lote de Vanderley, notamos que apesar de ser um dos lotes que possuía a maior porcentagem de floresta primária preservada, seu dono expressa ter a vontade de trabalhar da mesma forma que os agricultores da gleba 115, pois: “esse negócio de ficar preservando isso aí pra quê? tem 4 alqueires de terra, fica aí quantos anos pra desmatar isso?” (Entrevista, VANDERLEY, 2017). Este exemplo demonstra a importância de

visualizarmos o mapa de determinada família entendendo as perspectivas desta mesma famílias para seu lote, pois o mapa pode nos induzir a equívocos.

O lote de Vanderley é exemplo importante por representar uma exceção dentro das famílias do primeiro avanço pioneiro, pois apesar de sua área de pasto compor somente 0,8 ha de sua Área de Uso Alternativo e não somar porcentagem significativa ao total de pastagens de sua categoria apresentado na tabela sobre a quantidade de pastagens, a intencionalidade de Vanderley demonstra que não podemos interligar determinadamente o segmento pioneiro ao discurso de equilíbrio ecológico e rejeição às pastagens.

Então por que o lote de Vanderley, em 2016, possuía quase que sua totalidade de sua AUA preservada? Entendemos que um dos fatores que explicam a disposição das categorias de uso da terra no lote de Vanderley é a força de trabalho disponível no interior de seu lote, como ele mesmo evidencia: “eu tô velho, não dou conta de nada, não dou conta de plantar” (Entrevista, VANDERLEY, 2017).

Vanderley se enquadra na categoria de “cutiã”<sup>44</sup>, termo que segundo os agricultores do PDS denomina os homens solteiros do assentamento, sendo as vezes agregados adjetivos como o de *velho*, tornando-se esta pessoa um “cutiã véi”. Esta categoria não necessariamente vincula-se à falta de força de trabalho no lote, tendo em vista o exemplo de Zivaldo que, apesar de cutiã, dispõe da ajuda de três filhos e uma filha (todos na transição da juventude para a fase adulta), que moram com o mesmo. Ou seja, o cutiã não possui mulher, mas pode ser novo ou velho de idade, possuir filhos ou não.

No caso de Vanderley, ele é o único morador de seu lote, e devido às limitações de sua força de trabalho e falta de condições financeiras para pagar outras pessoas para que “mexam” em seu lote, até Junho de 2016 possuía quase a totalidade preservada. Porém, em 2017 já providenciou algumas supressões na área de Floresta primária de sua AUA, haja vista que o mesmo conseguiu dinheiro trabalhando para o projeto Automanejo, e pôde pagar para duas pessoas, o suficiente para que “fizessem” uma roça, plantassem milho e capim na mesma.

Vanderley demonstra compreender que grande parte dos conflitos entre as associações Virola Jatobá e Liberdade do Povo são decorrentes da polêmica que circunda a pecuária, mas

---

<sup>44</sup> Notei também que para alguns, o termo feminino equivalente é: “cutiara”.

não hesita em demonstrar que apesar de ser associado da Associação Virola Jatobá, possui suas perspectivas centradas na pecuária:

Não é que eu sou a favor do cara lá (Ramiro, presidente da Associação Liberdade do Povo), mas eu queria que essa briga (AVJ x ALP) acabasse **e todo mundo investisse numa coisa só, capim, que não tem outro jeito, principalmente lá (gleba 132) onde eles tá, que lá a terra não vale nada, é mil vezes mais ruim que essa daqui, a terra lá é só pra capim mesmo**, não sei como implantou um PDS numa terra “véia” ruim dessa, era pra ter botado numa terra boa, **se era pra trabalhar com lavoura**, era pra ter botado numa terra boa (Entrevista, VANDERLEY, 2017).

Na fala de Vanderley é interessante perceber que existe um entendimento de que ser a favor da pecuária é quase a mesma coisa que ser a favor do “cara lá”, por este motivo nosso interlocutor inicia sua fala justificando-se. *Ou seja, não é que Vanderley seja a favor do cara lá, mas pretende investir na pecuária*, e mais, em sua visão todos deveriam fazer o mesmo.

O tom de determinismo que é colocado por nosso interlocutor, alegando que “não tem outro jeito”, esta diretamente ligado à sua compreensão acerca da qualidade da terra do PDS, que para ele é uma terra ruim e não é compatível com a proposta originária do PDS, a de que os beneficiários trabalhassem prioritariamente com lavoura. Quando Vanderley utiliza o “se era” na frase “se era pra trabalhar com lavoura, era pra ter botado numa terra boa”, demonstra sua compreensão acerca da proposta inicial de PDS, que não propunha a formação de pastagens extensivas, mas sim o trabalho com cultivos, sejam, permanentes ou temporários, proposta mais compatível com o ideal de sustentabilidade de um assentamento ambientalmente diferenciado.

O presidente da Associação Liberdade do Povo (Ramiro), de forma semelhante a Vanderley, explica que a terra na gleba 132 não é adequada para a plantação de leguminosas, mas se houvesse um investimento em maquinários para a população daria para contornar este problema. Como estes desejados recursos não surgem no assentamento da forma almejada por Ramiro, ele exclama que:

nós (novatos, sobretudo da gleba 132) precisamos ser visto aqui, **nós precisamos ser respeitados**, então entre todos, **é uma alternativa que eles (novatos, sobretudo da gleba 132) vê que eles não tem outra a não ser essa (pecuária)** (Entrevista, RAMIRO, 2017).

O respeito que precisa ser garantido pelos novatos, no discurso de Ramiro, é temática corriqueira, e parece ser pauta da Associação Liberdade do Povo, haja vista que os novatos, segundo o presidente, não podem ser julgados por ele nem por Norma (presidenta da AVJ), “nós não podemos crucificar essas famílias que não estão em RB (no Registro de

Beneficiários do PDS Virola Jatobá), dizer que eles não tem o direito que quem tá tem” (Entrevista, RAMIRO, 2017).

Norma nos afirma que não é o foco da Associação Virola Jatobá, dizer “derruba e faz pastagem”, mas que o posicionamento da Associação Liberdade do Povo seria diferente, que seus membros (sobretudo novatos) tenderiam a incentivar estas práticas:

O que a gente ouve de lá é assim “a gente vai transformar os 4 alqueires em pastagem, porque o que dá dinheiro é gado, essa agricultura que a gente fica morrendo aqui trabalhando e não ganha nada”, aqui pela AVJ jamais a gente ia falar isso, e lá é o comentário que fala, eu não tenho certeza porque eu não vi falar (Entrevista, NORMA, 2017)

Norma explica que não pode afirmar com toda certeza que este é o posicionamento da Associação Liberdade do Povo, pois somente ouviu os comentários acerca de tais afirmações, mas destaca que “aqui pela AVJ a gente jamais iria falar isso”. De todo modo, é fundamental que notemos que estes comentários, narrativas ou fofocas, não são de modo algum algo neutros, eles fazem parte do contexto de maximização das tensões no assentamento<sup>45</sup>.

Frases como “a gente ouve de lá”, “lá é o comentário”, demonstram o potencial da fofoca como um fator que potencializa as pré-concepções acerca do Outro, sendo o Outro neste caso, a Associação Liberdade do Povo, seus membros e representantes. Estes antagonismos (mesmo no que diz respeito às fofocas) fazem parte do que chamamos no início deste capítulo de falsos dualismos, que para nós são falsos pois: primeiro, interligam rigidamente os autodesignados pioneiros aos cultivos permanentes e anuais e os designados novatos à pecuária, o que demonstramos, a partir de diversos exemplos, que não é tão simples, sendo o dualismo o nosso ponto de partida para a análise, mas não o de chegada.

Se por um lado existe significativa diferença entre o uso da terra das famílias do *primeiro avanço pioneiro (2002-2005)* e as *famílias novatas (2009-2017)*, o que foi por nós demonstrado a partir da tabela sobre as quantidades de pasto no PDS, este dualismo não pode ser explicado pela simples divisão entre *os que plantam capim e os que não plantam*, mas deve ser contextualizado à dimensão política que embasa esta opção pelo pasto.

Em segundo lugar, interligar a Associação Virola Jatobá e seus membros *de forma determinante* a um tratamento equilibrado da natureza e a Associação Liberdade do Povo e seus membros a atividades predatórias e incompatíveis ao ideal de PDS, também foi um

---

<sup>45</sup> Ver o subtópico *territorializações conflituosas entre camponeses?* do capítulo 5, lá exploramos um pouco mais a relação entre as fofocas e os conflitos do assentamento.

dualismo que consideramos necessário melhor detalhamento, haja vista que demonstramos primeiramente que não há significativa diferença entre os usos da terra para pastagem entre as famílias do segundo avanço pioneiro e as famílias novatas. Posteriormente explicitamos alguns exemplos de famílias do primeiro avanço pioneiro que, apesar de serem exceções, exemplificam usos da terra e discursos que não são compatíveis aos ideais de um PDS.

Em terceiro lugar, os dualismos não se sustentam quando percebe-se que existem mesmo contradições entre o discurso institucional das associações e seus representantes, ou seja, os antagonismos entre discursos e práticas sobre usos da terra não envolvem somente a relação entre as duas associações estudadas e seus membros, mas também a própria composição interna das associações, que possuem exemplos diversos e discursos e práticas sobre o uso da terra.

A análise dos conflitos internalizados no assentamento, a nosso ver, não deve tomar como conclusão os dualismos evidenciados nos rumores que abundam e mesmo nas entrevistas, mas há necessidade de se investigar as conexões contraditórias que existem entre os três eixos analisados neste capítulo: a relação entre pioneiros e novatos, agricultura e pecuária e Associação Virola Jatobá e Associação Liberdade do Povo. Estes são eixos centrais do conflito entre os camponeses do PDS Virola Jatobá e devem ser analisados a partir de suas conexões contraditórias e clivagens políticas que embasam as ações dos segmentos camponeses.

## 5 CONFLITOS INTERNALIZADOS E TERRITÓRIO.

### 5.1 Desterritorialização in situ e campesinato: mobilidades, i-mobilidades e normatizações ambientais.

Partimos do entendimento de que o migrante pode vivenciar múltiplas experiências de desterritorialização no decorrer de suas trajetórias de vida (HAESBAERT, 2016). No caso estudado, o camponês migrante, expulso (do Nordeste) e atraído para a Amazônia, tendo passado por diversos deslocamentos dentro da própria região amazônica, em meio a processos de grilagem de suas terras, exploração do trabalho e conflitos sociais, pode ser, em certa medida, um exemplo.

Consideramos desterritorializações pois para o camponês migrante a mobilidade é uma atividade-meio, não é um fim em si mesma, o camponês é um trabalhador que busca *entrar* na terra, tornar-se dono, e *manter-se* nela, como um produtor de alimentos fundamental para a sociedade brasileira, mesmo que para isto tenha que migrar (OLIVEIRA, 2001; 2007). Certamente há situações associadas aos ciclos de vida familiar em que o jovem camponês se desloca, num rito de passagem, para construir-se enquanto homem (WOORTMANN, 2009), ou mesmo em busca de melhoria que consolide sua unidade familiar. No entanto, as variáveis que levam a esse tipo de deslocamento, que seriam associadas a uma expansão do território camponês, diferem substancialmente das variáveis associadas aos deslocamentos compulsórios, as quais associamos à ideia de desterritorialização.

Não podemos esquecer que as desterritorializações deste campesinato migrante podem ser acompanhadas de estratégias simultâneas de reterritorialização, onde no decorrer destes processos, há intensa mobilidade espacial e a diversidade de ocupações profissionais (BRINGEL, 2015). A luta por assentamentos de reforma pode ser compreendida como uma forma de territorialização deste campesinato (IONE, 2011), ou re-territorialização, se pensarmos a partir dos processos des-re-territorialização pelos quais o campesinato em deslocamento pode passar no decorrer de sua trajetória.

A luta pela construção de uma modalidade diferenciada de assentamento, em Anapu, foi uma das muitas tentativas de re-territorialização do campesinato na Amazônia, possuindo diversas características específicas de seu contexto. Uma delas foi ambientalização dos conflitos (LEITE LOPES, 2006) por estes camponeses, por movimentos sociais, por entes do setor privado e pelo próprio governo, o que funcionou como estratégia política que objetivava a criação deste tipo específico de assentamento.

As reivindicações de acesso à terra tinham como base a incorporação do discurso ambiental, influenciadas pelo debate em escala global sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e conservação da natureza. Apresentaram-se então, como alternativa aos desmatamentos das extrações de madeira e da formação de pastagens nas fazendas do município (MENDES; PORRO, 2015).

Como contraponto à explícita incapacidade dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), na Transamazônica, de dar conta de sua metas, desde a década de 80, surgem movimentos sociais, como o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu, que com o apoio de famílias camponesas que continuavam a chegar à rodovia, reivindicam uma efetiva reforma agrária, incompatível com o modelo de colonização proposto pelos governos militares<sup>46</sup>.

Para atender a demanda por terra de parte dos grupos sociais que migravam para a região de Anapu, Dorothy Stang e Comissão Pastoral da Terra (CPT), em conjunto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anapu, solicitaram ao INCRA, em 1997, áreas para Reforma Agrária, 72 mil ha na Gleba Belo Monte (que viria a ser o PDS Virola Jatobá) e 62 mil da Gleba Bacajá (PDS Esperança), ação que maximizaria as tensões entre os diferentes grupos sociais do município.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável geraram grandes incômodos aos grupos hegemônicos locais, pois do ponto de vista espacial, reestruturariam relações de poder a partir da criação de novos territórios e conseqüentemente de uma re-territorialização do campesinato migrante. Haesbaert (2016) utiliza os termos *territorializações desterritorializantes* para exemplificar estes processos, onde, neste caso, a conquista dos PDS's viriam a efetivar territorializações camponesas que desterritorializariam fazendeiros e madeireiros que dominavam ilegalmente aquelas terras sob Contratos de Alienação de Terras Públicas cancelados.

Todavia, estes processos não são tão simples, Haesbaert (2016) explica que do mesmo modo que a mobilidade espacial não pode ser sinônimo de desterritorialização, a fixação, ou imobilidade não deve ser simplificada analisada como territorialização, ou re-

---

<sup>46</sup> Analisar a colonização dos governos militares como sinônimo de reforma agrária seria incompatível, haja vista que uma das principais causas para a efetivação do golpe civil-militar de 1964 foi a tentativa de frear a proposta de reforma agrária do governo de João Goulart (NAPOLITANO, 2015).

territorialização, podendo existir territorializações na mobilidade e desterritorializações na imobilidade.

A mobilidade espacial de camponeses pode representar uma desterritorialização para estas famílias, conforme os diferentes contextos, mas ao mesmo tempo, sua “fixação” na terra também pode, desde que haja uma precarização de suas relações sociais de reprodução, sejam materiais e/ou simbólicas. Entendemos então, que o controle sobre os territórios não necessariamente se faz pelos grupos sociais “de dentro” do mesmo, mas pode ser efetivado “de fora”, ou de forma mista.

Antes de darmos exemplos específicos acerca de precarizações que englobam o cotidiano das famílias do PDS, gostaríamos de relatar um evento singular, que para nós mostrou-se simbólico, no sentido de ser “[...] uma parte que tem o poder de sugerir um todo: por exemplo, a cruz para a cristandade e a coroa para a monarquia [...]” (TUAN, 1980, p. 26).

Em Abril de 2017, conheci, no barracão comunitário da Associação Virola Jatobá, Célia e Aldenir, casal de moradores da gleba 107, que estavam de retorno de viagem a Altamira. Aldenir sofreu acidente de moto no PDS e quebrou a perna, teve então de fazer operação em Altamira, retornando ao PDS após alguns dias. Neste retorno, pegaram carona até a entrada do PDS Virola Jatobá, onde chegaram de tarde, mas de lá não conseguiram outra carona para levá-los a seu lote. Como Aldenir não queria correr o risco de acidentarse de moto novamente, não aceitou as diversas caronas oferecidas. Decidiram assim, andar da entrada do PDS ao barracão da AVJ<sup>47</sup>, onde passaram a noite.

No outro dia, como já havia me apresentado ao casal e conversado sobre variados assuntos na noite anterior, decidi acompanhá-los até a gleba 107, onde ficaria na casa de Edilson. Sem previsão de carona para a gleba onde moravam, o casal decidiu ir andando, pois não queriam passar a Sexta Feira Santa longe da família. Logo me prontifiquei a perguntar se podia acompanhá-los, já que também iria para aquela gleba. O casal demonstrou que não haveria problema algum, e assim partimos do barracão da AVJ para a gleba 107<sup>48</sup>, a pé.

---

<sup>47</sup> Este percurso possui em torno de 6 km.

<sup>48</sup> O percurso do barracão para o centro da Gleba 107 possui em torno de 18 km.

Figura 23: Aldenir e Célia (Gleba 132).



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2017.

Após 15 minutos de caminhada um carro nos ofereceu carona até a casa de Saulo, na gleba 132, ajuda fundamental, já que Aldenir estava andando de muletas e Célia carregava uma bolsa e um saco com 3 gatos<sup>49</sup>, que levava para seu lote, com a finalidade de tornar a casa mais protegida das cobras que no período chuvoso aparecem com mais frequência.

Apesar da carona, ainda havia um longo caminho até a gleba 107. Durante o percurso, diversas foram as pessoas que paravam para solidarizar-se com a situação do casal e oferecer carona, nesse sentido, conflitos entre pioneiros e novatos, ou entre associados da AVJ da ALP, pareciam não fazer sentido, ou no mínimo, não eram “acionados”. Parávamos em casas de famílias que o casal não conhecia para pedir água e descansar alguns instantes, em todos os locais de pausa, sem exceção, haviam gestos de solidariedade em relação a nós três, mas prioritariamente a Aldenir.

---

<sup>49</sup> Dar animais ao outro é uma forma de solidariedade, haja vista os benefícios que os animais podem trazer ao lote. Em campo percebemos, por exemplo, que dar gatos para parentes não é prática incomum, do mesmo modo que um mesmo animal pode variar de dono, conforme a sua idade, sua disposição para caçar, a necessidade de espantar cobras em determinado lote e assim por diante.

O percurso, na minha percepção, era extremamente árduo, porém, Aldenir, com um ótimo senso de humor, afirmava que *gostava muito de andar*, explicando que Deus tinha lhe dado duas pernas boas e muita disposição. Célia também explicava que “Deus dá o frio conforme o cobertor” (Conversa<sup>50</sup>, CELINA, 2017). Desse modo, o percurso era desgastante, mas suportável, conforme a metáfora. Conseguiriam, então, chegar em seu destino sem muitas dificuldades, não somente por estarem sendo fortalecidos por sua fé, mas por objetivarem passar a Sexta Feira Santa com seus filhos, como já havia citado.

Desta curta e intensa experiência pensamos em outra metáfora, que faz analogia à precariedade da mobilidade do camponês do PDS Virola Jatobá. Porém, esta mobilidade de que falamos, é a que vai na direção da “melhoria” de vida, que parece estar com problemas para avançar. O êxito da agricultura, pecuária e manejo florestal, como estratégias de reprodução do campesinato, parece andar de muletas no PDS.

A trajetória de camponeses migrantes, caracterizada pela intensa mobilidade, no momento da suposta garantia da terra, momento de estabilizar-se, fixar-se e pensar o futuro, parece ter tido suas pernas quebradas pela ausência/presença de um Estado que ausenta-se da criação de infraestrutura para a saúde, educação, transporte e renda no assentamento, ao mesmo tempo que faz-se presente na criminalização e burocratização de práticas produtivas destes mesmos camponeses.

Abordaremos afrente, um exemplo empírico desta presença estatal, especificamente: as normatizações ambientais que visam instruir a ação dos assentados do PDS Virola Jatobá, com o objetivo de demonstrar como o excesso de normatizações acaba por gerar uma desterritorialização do camponês, sem tirá-lo do lugar.

#### *As limitações à produção agrícola no PDS sob o olhar do geógrafo*

Muitas famílias camponesas, em sua chegada ao PDS, conceberam o acesso e a permanência neste projeto de reforma agrária segundo a “[...] noção de direito à *terra para quem nela trabalha*, sem admitir que restrições devidas à conservação ambiental seriam exigidas [...]” (MENDES; PORRO, 2015, p. 101. Grifo das autoras), logo, quando eram comunicadas sobre as normatizações ambientais, em visitas de servidores do INCRA ou da prefeitura de Anapu, tendiam a questionar as relações de poder estabelecidas:

---

<sup>50</sup> Faço uma discriminação entre *entrevista* e *conversas*, para tentar demonstrar de forma mais sucinta, o “grau” de informalidade do diálogo.

“Lá na área de reserva você não pode tirar cipó, você não pode isso, não pode aquilo”, e meio mundo de “não pode, não pode, não pode!”, Aí eu digo, moço, é o seguinte, sinto muito, eu vou ser grosseira com o senhor, eu digo eu que moro aqui dentro, eu roço juquirá, dou minha cara pros maribondo morder, esporar, pé pra cobra, pé nos toco, o dia todinho no sol quente, se eu não tiver direito de eu ir bem ali cortar uma vara, pois olha, pois que outro aqui não tem não senhor! (Entrevista, FRANCELINA, 2016).

Francisca nasceu na região Nordeste, assim como a maioria dos moradores dos PDS, sua trajetória é representativa deste campesinato de fronteira, que tem se recriado a partir da mobilidade do trabalho, com uma variedade ocupacional e espacial que lhe é típica (GUERRA, 2013; HÉBETTE, 2004c). Ao relatar o comunicado do servidor da prefeitura de Anapu quanto às normas do PDS Virola Jatobá, no ano de 2006/2007, ela retrata a não conformidade em relação às leis que a impediram de trabalhar como almejava antes de chegar ao assentamento. Essas limitações envolvem as normas ambientais específicas deste projeto de reforma agrária, as diretrizes do Código Florestal Brasileiro e as regras de apropriação dos recursos criadas pelos próprios assentados.

Nessas modalidades, em teoria, ao ser efetivado numa Relação de Beneficiários, o agricultor receberia a Área de Uso Alternativo para realizar as atividades que garantiriam sua produção e reprodução, por meio da lavoura branca, cultivos permanentes, extrativismo ou criação de animais. Em seguida, deveria se formalizar seu direito à terra a partir do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU). Porém, a não conformidade, na fala de Francilene, vincula-se ao fato de que essas restrições são impostas “de fora”, e impossibilitam a agricultora que “mora aqui dentro” e “roça juquirá”. Ou seja, impedem quem tem o direito legítimo de trabalhar na terra.

Dentre as muitas normatizações ambientais, gostaríamos de exemplificar quatro, que interferem nas atividades agrícolas das famílias nas Áreas de Uso Alternativo: o limite de supressão da cobertura vegetal em 3 ha/ano, seja destinado para fins agrícolas ou de pastagem, este último devendo ser rotacionado, preferencialmente por meio de manejo e não podendo ultrapassar o limite de 15 ha; a obrigação de não desmatar as Áreas de Preservação Permanente, que correspondem às concentrações de açazais, às cabeceiras dos rios, aos igarapés e olhos d’água e às áreas declivosas e topo de morros; a proibição à venda não legalizada de madeira; e a Instrução Normativa 08/2015 da SEMAS, que exigiu diversos condicionantes e documentos inacessíveis aos assentados para que legalizassem suas roças, como imagens de satélite, o Cadastro Ambiental Rural e a Certidão Negativa de embargo ambiental.

Tendo em vista todos estes requisitos, notamos que existem tempos de ação descompassados entre as instituições estatais e o campesinato. Diferente do tempo da burocracia estatal e institucional, gostaríamos de destacar *o tempo do campesinato* como o tempo da *necessidade do alimento cotidiano*, onde não há, no contexto exposto, condições efetivas para que esse último tempo dependa do primeiro. Em situações ainda mais extremas, nota-se que os próprios agentes governamentais possuem dificuldades para acompanhar, em tempo hábil, os requisitos expostos nas IN's, como na anteriormente exposta.

Diante das normas explicitadas anteriormente, termos como “prisão”, “cativeiro”, e “vigilância” são comumente expressos pelos camponeses assentados, referindo-se ao sentimento de impotência frente às regras impostas pelas diferentes escalas institucionais. Contudo, verificamos que os discursos se contrapõem em alguns momentos: ora o PDS é um assentamento excessivamente vigiado por instituições federais como o INCRA e IBAMA, que visam conter o desmatamento; ora é o local da ausência destes órgãos, onde determinados assentados infringiriam as normas ambientais sem punições.

Exemplo concreto desta vigilância que contempla escalas nacionais, estaduais e municipais, é o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), uma proposta tático-operacional que objetiva minimizar o desmatamento e reduzir as degradações da natureza na região e em outras regiões do Brasil. Porém, esta vigilância não é uniforme, homogênea, maximiza-se conforme as “regiões críticas”, zonas que possuem as maiores taxas de desmatamento da Amazônia Legal. Isto explica a prioridade que é dada ao município de Anapu, que está selecionado como área prioritária na terceira (2012-2015) e na quarta fase de execução do plano (2016 a 2020) (PPCDAM, 2016). Por consequência temos a vigilância vigorosa de instituições e órgãos sobre as áreas de floresta primária do PDS Virola Jatobá.

A vigilância nestes assentamentos possui um caráter multiescalar, mas que não se restringe somente às instituições, ela acontece tanto nos monitoramentos exercidos pelas entidades federais, como o IBAMA e INCRA, por programas de combate ao desmatamento, mas também na dimensão referente ao controle entre vizinhos. Neste último caso, nos referimos à observação e vigilância feita entre os próprios assentados, onde o ato de vigiar conecta-se ao de conhecer as famílias que moram no assentamento, saber se novas famílias estão sendo assentadas, o que está acontecendo nas glebas, ou dito de outra forma, “mapear” o local onde se vive.

O processo de *vigiar*, quando é referido ao mundo camponês, está diretamente vinculado ao de *narrar* os acontecimentos observados, para fins de controle social (COMERFORD, 2014). Desta forma, sabendo que observa e é observado, o assentado agrega juízos morais sobre tais observações e, por vezes, um caráter hostil é atribuído àquele que observa, que passa a fazer parte de uma vigilância que pode prejudicar a família vigiada (COMERFORD, 2003; 2014). Citaremos um exemplo empírico que traduz estes processos.

Vanessa, assentada do PDS Virola Jatobá, devido a problemas de saúde ocular, necessitou realizar uma cirurgia em Altamira, município vizinho de Anapu. Para isto ausentou-se de seu lote e do PDS por alguns dias. Como reside apenas com um neto de quinze anos de idade, que passa metade do mês ausente estudando na Escola Agrícola de Anapu, o seu lote ficou temporariamente desabitado. A agricultora precisou então justificar sua ausência ao INCRA mediante atestado, o que segundo ela é “muita burocracia”, “frescurada” e acarreta em humilhação.

Na mesma viagem, Vanessa preocupava-se simultaneamente com as narrativas que sua ausência poderia gerar entre as famílias assentadas, pois o “o povo daqui cagueta<sup>51</sup> muito em reuniões” (Conversa, Vanessa, 2017), e a possibilidade de “caguetarem” que seu lote estava abandonado ou improdutivo, devido a sua ausência, era seu receio. A partir deste exemplo, verifica-se então, as duas dimensões da vigilância a que estamos nos referindo: a externa, representada aqui na figura do INCRA (mas podendo ser representado por outras instituições conforme o contexto); e a interna, evidenciada entre os moradores da comunidade.

A temática da vigilância está contida no Plano de Uso do PDS Virola Jatobá, que diz que “cada morador é um fiscal de sua área e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável como um todo, cabendo a qualquer um denunciar à Comissão de Representantes do PDS irregularidades que estejam sendo praticadas dentro do entorno do assentamento” (PU, 2016, p. 8). Contudo, *vigiar* a terra, para muitos assentados, não que dizer ter o controle sobre a mesma, ela pode ter outro dono. Nas palavras de Célia: “Aqui nós somos os vigias das terras do INCRA” (Entrevista, CÉLIA, 2017).

---

<sup>51</sup> Termo utilizado para demonstrar que as pessoas do PDS tornam públicos os erros das outras a partir de comentários; neste caso, em reuniões que ocorrem no barracão, ponto de encontro da Associação Virola Jatobá e da Cooperativa de Produtores Orgânicos e Florestais (COOPAF).

O não sentir-se “dono” do lote é então comumente relatado pelos assentados, que além da inquietação ao Contrato de Concessão do Direito Real de Uso, concebem os órgãos oficiais como os reais possuidores destas terras. As terras são *do* INCRA, mas dificilmente são *nossas*, por vezes o termo *dono* é associado ao *Outro*, sendo o *eu* um simples “agregado” (Entrevista, SERRAFREIRE, 2016).

Conflitos entre os próprios assentados são comumente influenciados por estas normas. Existem diversos grupos que contrapõem-se implícita ou explicitamente às regras dos PDS, e que ao possuírem estratégias de ação diferentes para sua reprodução frente a estas limitações, defendem seus ideias em oposição às estratégias do *Outro*. Há agricultores que dialogam acerca do respeito ao meio ambiente, contudo infringem as normatizações do assentamento; os que possuem quase que a totalidade do lote preservado, mas desejam que as normatizações sejam revisadas, flexibilizadas ou mesmo eliminadas, existem discursos contraditórios às práticas e vice-versa, coerências e incoerências (do ponto de vista do pesquisador), o que dentro dos objetivos de cada família camponesa pode possuir outros significados, dando suporte para seus objetivos.

Na temática sobre as vigilâncias externas, há a localização desigual das Áreas de Preservação Permanente entre os lotes<sup>52</sup>, bem como as determinações rígidas à criação de animais e do gado. Ficou acordada em assembleia a supressão de três ha ao ano em áreas da AUA sob cobertura de floresta (mediante autorização do órgão ambiental e do respeito à legislação vigente) para os beneficiários que não possuam alternativas de garantir sua alimentação (PU, 2016).

Na dimensão comunitária da vigilância estão envolvidas múltiplas escalas de poder no controle dos espaços, sobre o que (não) é permitido criar, produzir ou extrair. Associa-se a isto às narrativas dos “caguetas”, que podem indicar que determinado assentado está infringindo determinadas normas, tais como a supressão em Áreas de Reserva Legal ou a ultrapassagem dos 15 ha acordados para pasto no Plano de Uso do PDS. O medo da vigilância envolve a relação entre as diferentes escalas, haja vista que os “caguetas”, por exemplo, podem acionar os órgãos responsáveis pelas punições daqueles que desrespeitam estas normas.

---

<sup>52</sup> Isto porque há vários cursos d’água e áreas com relevo declivosos nos PDS. Se estas APPs encontram-se dentro de um lote, o que é bem comum, os 20 ha destinados à agricultura são comprometidos.

Para nós, essas restrições possuem um caráter espacial importante, seja nas limitações de áreas, como no controle das mesmas, que envolvem múltiplas escalas e podem prejudicar a soberania alimentar e mesmo seus direitos identitários enquanto camponeses, haja vista que a *roça*, enquanto fonte central de alimentação e reprodução econômica campesina, é também um conhecimento (ou saber-fazer) sobre o território, fazendo parte do que Fernandes (2015) denomina de dimensão imaterial do território, envolvendo o controle sobre a construção e legitimidade do conhecimento campesino.

Em termos geográficos, chamamos de território um espaço controlado e delimitado a partir de relações de poder por um determinado grupo ou um conjunto de grupos sociais. Eles são construídos – ou destruídos – em diferentes escalas espaço-temporais, podendo ser permanentes ou cíclicos; compreender uma rua ou um país (SOUZA, 2013). Para Haesbaert (2016, p. 97), territorializar-se significa “[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais [...]”. Assim, territórios e territorializações são construções distintas que envolvem lógicas diversas e habitualmente conflitantes.

Sem adentrar, por enquanto, na discussão acerca da heterogeneidade dentro o campesinato do assentamento, podemos afirmar que ao menos duas territorializações distintas são verificadas no PDS Virola Jatobá: a territorialização do Estado, afirmada explicitada no controle espacial exercido pelo poder estatal em suas múltiplas esferas e instituições e a territorialização que envolvem os valores simbólicos, econômicos e culturais dos assentados.

Não ter o controle sobre o espaço que habitam, ou não ser “dono” do seu território, lhes subtrai direitos conquistados por meio da dura luta pela terra e por uma territorialização; restringir a prática intergeracional da *roça* lhes minimiza o direito ao conhecimento tradicional camponês. Para “Hermanoteu”, “então o problema aqui é esse todinho, o pessoal impor o que eu vou fazer dentro do que é meu”. Segundo “Francelino”: “aqui nós não somos donos de nada.” (Entrevistas realizadas em 2016).

A afirmação de “não ser dono de nada” é claramente vinculada às imposições externas impostas sobre a apropriação e uso da terra nas Áreas de Uso Alternativo, o que indica que o camponês expressa ainda estar numa relação de subordinação, porém, o patrão não seria mais o dono da fazenda, mas o INCRA.

Nesta relação com o INCRA, entre vigiar as terras *para ele* e ter as terras vigiadas *por ele*, uma pauta comum aos assentados é a revolta ante a subordinação de sua força de trabalho. Mendes (2015) observa em alguns relatos de assentados do PDS Virola Jatobá que nos diálogos em que a temática da autonomia surgia, era como se o INCRA simbolizasse um novo tipo de patrão. Sendo assim, a quantidade de trabalho disposto pelas unidades familiares de produção nas Áreas de Uso Alternativo também é representada dentro desta relação de subordinação: “Aqui tem gente com coragem demais pra trabalhar, *mas o Incra não deixa*” (Conversa, ALDENIR, 2017).

A nosso ver, há uma diferença entre ser dono da terra (juridicamente) e sentir-se dono da mesma. No caso estudado, o assentado não é juridicamente o dono, pois não lhe é conferido o título definitivo de propriedade, ele é um concessionário, recebendo o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso. Porém, entendemos que *não ser dono* para estes camponeses, vincula-se mais à ameaça da possibilidade de sua não reprodução enquanto indivíduos ou grupos camponeses com autonomia para controlar a força de trabalho da unidade familiar de produção e à falta de controle espacial em seus lotes, do que simplesmente à titulação que possam ter.

Acreditamos que estas limitações, se descompassadas com a realidade das famílias camponesas, podem causar desterritorializações aos assentados. Segundo Haesbaert:

[...] assim como a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da ‘imobilização’, pelo simples fato de que os ‘limites’ de nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob o controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2016, p. 236-237).

A desterritorialização, explanada anteriormente, não é a da expulsão de um grupo de um espaço para outro – caso que pode acontecer com os assentados que desobedecem algumas das regras ambientais do PDS –, mas refere-se à desterritorialização *in situ*, quando não há deslocamento físico, mas a precarização das condições de vida e das expressões simbólicas, econômicas ou políticas dos sujeitos no local onde estão, quando não possuem o controle dos espaços que habitam.

É interessante perceber que as desterritorializações *in situ* comumente influenciam as desterritorializações físicas de assentados, que desistem e abandonam o PDS, pois não conseguem se adaptar às normas “ambientalmente diferenciadas” desta modalidade de assentamento. Nestes casos, tanto as limitações às produções agrícolas, quanto as vigilâncias

às suas atividades, motivam a busca de outro lugar para se viver e trabalhar, o que demonstra o caráter ambíguo da mobilidade, que pode representar uma desterritorialização e ao mesmo tempo uma forma de resistência, uma fuga da situação precária que ali estabelecia-se.

É de suma importância deixar claro que a desterritorialização na i-mobilidade, de que fala Haesbaert (2016), possui como característica importante: o controle por outros, sobre a mobilidade dos sujeitos desterritorializados, todavia, em nosso caso empírico, a principal característica do processo de desterritorialização não remete-se ao controle sobre a mobilidade do campesinato (ele continua possuindo a liberdade sobre seus deslocamentos), mas à precarização de suas condições de vida *in situ*, como já foi dito anteriormente.

Haesbaert (2016) demonstra que a desterritorialização é indissociável de uma territorialização ou reterritorialização, assim como o inverso também o é. Ser desterritorializado, mesmo que *in situ* (neste caso, o campesinato estudado), pressupõe uma territorialização de outro agente, grupo social, ou instituição. A territorialização será então desigualmente distribuída, não deixará de haver sempre o lado dos controladores e dos controlados (HAESBAERT, 2016).

*A territorialização desterritorializante* seria efetivada então (em nosso caso estudado) pelo Estado, por meio de seu excesso de normatizações, por onde aumenta seu domínio e nível de controle sobre o território do assentamento. Apesar destas dificuldades, camponeses e suas famílias resistem e tentam exercer suas atividades produtivas; e não veem o desmatamento da mesma forma que as políticas oficiais. Segundo Amorim:

O desmatamento conforme o tamanho pode 'prejudicar'. Por que se a gente não plantar arroz, não plantar feijão... Aí se for mexer com arado a gente vai morrer de fome, aí a gente desmata pra fazer a roça e não morrer de fome. [...] Eu penso em um dia ser o meu patrão. Mesmo aqui que é 'pegano', eu gosto daqui. Eu já passei muita vergonha trabalhando para os outros. Quando a minha mãe vem aqui ela já chega chorando. Já me viu tão machucado trabalhando para os outros, 'Meu filho para de trabalhar para os outros'. Eu tenho que trabalhar hoje pra parar de trabalhar para os outros um dia. (Entrevista, Amorim, 2016).

A trajetória de Amorim também é similar a de muitos beneficiários dos PDS. Deslocam-se sozinhos ou com seus pais, atraídos pela chance de adquirirem um lote agrícola para trabalhar, pois o "cativeiro da terra" sempre fora preponderante nos locais em que habitavam. Chegaram, portanto, com o objetivo de serem "donos" do seu trabalho, de suas escolhas e do seu território. Porém, hoje se sentem limitados por outro tipo de cativeiro: o ambiental.

Martins (2013) demonstra como no período escravocrata a terra poderia ser “livre”, já que o trabalho era cativo, da mesma forma que diante de trabalhadores migrantes livres, e de uma futura libertação dos escravos, havia a necessidade de tornar a terra cativa. Ou seja, a Lei de Terras de 1850, estabelece a propriedade fundiária unicamente pela compra, e assim mantém um modelo de sociedade onde a coerção laboral de camponeses, não se dá através de um cativo, mas é supostamente “livre” para ser ofertada aos grandes proprietários.

Em estudos antropológicos há autores que analisam o termo *cativeiro* a partir dos significados estabelecidos pelos nativos. Velho (1995, p. 24), por exemplo, estudando as frentes de expansão na Transamazônica na década de 1970, afirma que

[...] a representação [dos camponeses acerca] do cativeiro – em oposição à da libertação – vinha acentuar a existência de algo que lhes tolhe a ação. Sobretudo, o controle sobre a vida, o trabalho e o tempo.

Ou seja, o cativeiro pôde ser associado a toda situação entendida como demasiada exploração e perda de autonomia<sup>53</sup>. Daí as expressões terra cativa e terra liberta serem consideradas um binômio de oposições.

Velho (1995) sintetizou ainda as análises que buscaram uma tradução acadêmica para o cativeiro. Segundo ele, a noção foi relacionada a fenômenos como a escravidão, a expropriação (da terra, em especial), a proletarização, o autoritarismo e o capitalismo, quase sempre advindo do exterior os malefícios causado à comunidade pelo cativeiro. Verifica-se então duas características importantes que podemos interligar com nossa empiria: a primeira reflete a forte relação feita do cativeiro com experiências anteriores das famílias camponesas, como podemos exemplificar no relato de Josué Alberto, em entrevista de 2016:

Regra fulano de tal, se não cumprir essa regra vai punido, vai tirado do lote, rapaz isso é ameaça, nós não tamo mais que nem naqueles tempos antigos que a gente só vivia ameaçado o tempo todo, nós precisamos viver mais livre.

A outra característica é a representação do causador do cativeiro como um agente “de fora”, externo à comunidade, podendo materializar-se na figura de estrangeiros, do Estado, ou mesmo de leis. Nesse sentido, “libertação do cativeiro seria libertação do domínio das leis” (VELHO, 1995, p. 26), o que em nosso lócus empírico não significa a “libertação” total das leis vigentes (se é que isto seja possível), mas a fuga dos excessos de normatizações que acarretam a precarização dos meios de vida dos assentados.

---

<sup>53</sup> A expressão comumente fazia referência ao cativeiro do período escravocrata. Para outros agricultores, existiria ainda a crença, baseada na cultura bíblica, da volta do cativeiro por meio da Besta-Fera, personagem do Apocalipse (VELHO, 1995).

Para Scott (2009, p. 247) a expressão *cativeiro* relaciona-se a “[...] qualquer controle direto da força de trabalho familiar, por outro, fora do grupo doméstico”. Percebe também que mesmo quando os sujeitos da pesquisa não utilizam a noção de “*cativeiro*”, eles identificam o fator limitante e criam outros termos para se referir a tais restrições. No PDS Virola Jatobá, como explicitamos anteriormente, além de “*cativeiro*”, termos como “*ditadura*”, “*prisão*” e “*vigilância*” são utilizados com a mesma significância.

Interpretamos que o “*cativeiro ambiental*” simboliza para os agricultores a ausência da autonomia e domínio sobre o território que vivem, diante da Legislação atual. Entendemos que este processo de significação possui estreito vínculo com a importância que os debates sobre a questão ambiental ganham no final do século XX, em especial na Amazônia<sup>54</sup>. Neste contexto, o Estado apoia-se em um aparato jurídico-burocrático das relações de poder, evidenciadas no controle sobre as múltiplas escalas do território.

Destacamos a *vigilância* como característica central e particular, que a partir do excesso de limitações às práticas produtivas de camponeses, pode, provocar-lhes a des-territorialização *in situ* e, acarretar posteriormente, o deslocamento para outros espaços. Ou seja, uma des-re-territorialização (HAESBAERT, 2016).

Compreendemos que a “*libertação*”, enquanto seu oposto no binômio (VELHO, 1995), deve levar em conta o respeito ao saber-fazer dos agricultores sobre o território que vivem, evitando o equívoco em equiparar o desmatamento de assentamentos àqueles praticados nas grandes fazendas, sob o risco de perpetuar injustiças sociais e ambientais (ACSELRAD, 2010). Como explicamos anteriormente, não se trata da permissão absoluta do desmatamento, ou da simples desobediência das leis vigentes, uma vez que os camponeses têm também um direito a um ambiente saudável e à sustentabilidade de sua produção. No entanto, questiona-se a falta de alternativas para o consumo, possível legalmente apenas com a autorização de atividades produtivas, em porções maiores de terra, até que os assentados estejam aptos, de fato, a complementarem suas rendas, seja com o manejo florestal comunitário ou com os seus Sistemas Agroflorestais .

---

<sup>54</sup> São diversas as pesquisas que destacam novas dinâmicas sociais na Amazônia frente à questão ambiental. Teisserence, (2010a) destaca os novos processos de apropriação do discurso ambiental como forma de legitimação e resistência de territórios. Já Benatti (1999) demonstra como a gestão de Unidades de Conservação comumente baseia-se numa ação estatal que pode ser compreendida com a analogia de um “*Leviatã ecológico*”. Nahum (2012), por sua vez, evidencia as mudanças de ações e representações acerca da região pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), que a partir dos anos 90 atribuem especial atenção aos aspectos ambientais.

Estas famílias compreendem que não foram e não são as principais responsáveis pelo desmatamento em Anapu, por isso, sentem-se injustiçadas diante de tais proibições, sobretudo da roça, atividade cultural transmitida entre as gerações. Todavia, a criminalização do camponês migrante, como um agente central da devastação à natureza, não é algo recente, no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia de 1975, como exemplifica Hébette (2004a), já encontravam-se termos e acusações às práticas camponesas, o que no contexto atual não desaparece, mas explicita-se com nova roupagem.

Por fim, verificamos que os conflitos internalizados, entre os camponeses do PDS, estão diretamente ligados à situação de desterritorialização *in situ* exposta anteriormente. Apesar de haver consenso entre o campesinato de que o excesso de normatizações ambientais é algo que prejudica sua reprodução, diversas são as estratégias - por parte dos segmentos camponeses - de ação frente a estas normas, o que, a nosso ver, acarreta em conflitos entre modelos distintos de gestão territorial, na relação Estado-Campesinato, mas também, na relação Campesinato-Campesinato, como veremos no capítulo seguinte.

## **5.2 Territorializações conflituosas entre camponeses?**

Territorializações, reterritorializações e desterritorializações não são processos excludentes, mas articulados. Com essa afirmativa, iniciamos este tópico com o objetivo de demonstrar que diversos processos de territorialização estão em curso no PDS Virola Jatobá. A desterritorialização *in situ* do campesinato e a territorialização estatal, de que falamos anteriormente, tratam-se de processos aliados a outros, que por sua vez vinculam-se a outros, e assim por diante, nas mais variadas escalas e dimensões da realidade.

Cientes de que é inviável discorrer sobre todos os processos de territorialização existentes ali, gostaríamos de dar ênfase, neste tópico, no que estamos interpretando como uma *estruturação heterogênea de territorializações camponesas* dentro do assentamento. Ou seja, dentro do assentamento haveriam diferentes estratégias de gestão territorial em construção, por parte de diferentes segmentos camponeses, o que acarreta em diferentes territorializações, envolvendo relações de junção e separação, solidariedade e conflito entre os assentados.

Apesar do clima de tensão, que estava latente nas discussões sobre a relação entre Associação Liberdade do Povo (ALP) e Associação Virola Jatobá (AVJ)<sup>55</sup>, fui à gleba 132 tentar uma conversa informal com alguns moradores e, se possível, com Ramiro, atual presidente da ALP. Pela manhã fui à casa de Clay, vizinho de Ramiro, com o objetivo de conversar com sua família, mas também para descobrir se Ramiro estava em casa, se possuía alguma posição contrária a estudantes em seu lote, ou algo que pudesse me deixar receoso.

Claramente eu considerei conversas anteriores com Letícia Valência<sup>56</sup>, que não teve uma experiência agradável ao conhecê-lo, pois este recusou-se a recebê-la, de forma hostil. Da mesma forma, também levei em conta conversas com assentados ligados à Associação Virola Jatobá que, de antemão, expuseram suas visões sobre o presidente da ALP que, para alguns, ganhou merecidamente o apelido de “João Confusão”.

Antes de relatar a minha tentativa de comunicação com João gostaria de destacar a questão dos apelidos que, a priori, podem parecer algo casual e desprezível, mas que possuem relação com os conflitos internalizados no PDS.

O apelido “João Confusão”, por exemplo, traz consigo a carga de posicionamentos divergentes entre as associações AVJ e ALP, fazendo parte de um processo de *desqualificação do Outro*.

É importante ainda observar que da série de termos referentes a conflitos agudos derivam **qualificativos pessoais ou familiares: baderneiro**, encrenqueiro, brigador, briguento, violento, e ainda expressões como **gosta de confusão**, gosta de matar, características de pessoas bravas, valentes, bem como de gente brava, raça de gente brava, e ainda **lugar de gente brava** (COMERFORD, 2003, p. 68, grifos nossos).

A expressão “Baderneiros” também foi verificada no PDS, direcionada de pessoas associadas na AVJ às pessoas da Gleba 132 e 107, especificamente a Francelino e Francelina, filho e mãe, vinculados à ALP, os dois possuindo posicionamento político explicitamente antagônico a diversas ações e projetos da associação que representa os pioneiros.

Apesar de todos os relatos coletados, como o de Delma: “Lá na (gleba) 132 que tem mais bagunça, o povo lá é mais estressado” (Entrevista, DELMA, 2017), seria um equívoco considerar que as fofocas e insinuações são unilaterais, pelo contrário, elas são recíprocas e fazem parte de um contexto de forte antagonismo político entre os membros das duas associações do PDS Virola Jatobá.

---

<sup>55</sup> Me refiro principalmente ao período de trabalho de campo realizado durante o mês de Abril de 2017.

<sup>56</sup> Uma outra mestranda da UFPA.

A fofoca, segundo Elias e Scotson (2000), pode possuir o caráter depreciativo e o caráter elogioso, sendo impossível desconectar essas duas dimensões, quando percebe-se que a fofoca depreciativa pode ser ao mesmo tempo um autoelogio e a fofoca elogiosa possa conter características de exclusão de grupos sociais e de corte de relações. Por exemplo, quando Delma afirma que “o povo da gleba 132 é mais estressado”, está se autointitulado como não-estressada, da mesma forma que ao afirmar que em tal gleba há mais bagunça é um autoelogio não só à pessoa em si, mas às outras glebas que supostamente possuem menos bagunça.

Nesse sentido, as fofocas são, em certa dimensão, uma faceta dos próprios conflitos, não algo separado ou posterior, mas uma atividade que dá continuidade ao conflito por outras vias (COMERFORD, 2003). Francelino, por exemplo, referindo-se principalmente às informações sobre o manejo florestal comunitário do PDS que chegavam distorcidamente aos agricultores, destacou em 2016, sua opinião sobre as fofocas mentirosas no PDS: “essa é que dá o problema da desunião, muita mentira” (Entrevista, FRANCELENO, 2016).

Sobre a temática das inverdades e fofocas, uma narrativa, feita pela presidenta da Associação Virola Jatobá em Abril de 2017, nos chamou muito a atenção. Norma nos contou que ouviu falar que a Associação Liberdade do Povo iria mudar de nome, que iria passar a se chamar *Associação Passe Livre*, nome que estaria indicando que haveria certo “passe livre” aos associados desta para infringir as normatizações do PDS, “diz que é o passe livre pra plantar tudo de capim”.

Sabendo de todas estas narrativas, teria de ser cauteloso no diálogo com Ramiro se, acaso, conseguisse um momento de entrevista ou uma conversa informal com o mesmo. Quando estive na casa do vizinho de Ramiro pedi a ele que o apresentasse a mim, logo então fomos à sua casa. Quando consegui conversar informalmente com o presidente, ouvi um discurso que contrasta com a narrativa sobre o “passe livre”. O presidente da ALP afirmou que, em sua visão, espera que todos os colonos trabalhem de forma legal, sendo garantido o direito dele, mas também “a maneira de documentação de como esse projeto (PDS) foi e tem que ser conduzido” (Entrevista RAMIRO, 2017). Em conversa com Francelino, um dos fundadores da ALP, pude perguntar diretamente se havia uma proposta de mudança de nome da Associação Liberdade do Povo, e o mesmo afirmou que não.

Estes discursos conflitantes serão tratados aqui como *alegorias*, no sentido dado por Clifford (1998), ou seja, eles não representam a verdade em si, mas são carregados de uma

interpretação moral sobre o contexto descrito. Dessa forma, é necessário que relativizemos e contextualizemos estas narrativas, fazendo o exercício de comparar os pontos de vista, sem cair num “psicologismo”, onde o ponto de vista subjetivo dos entrevistados é tomado como a verdade do lugar (BEAUD; WEBER, 2007).

Alonso (2002, p. 123) explica que “Nem sempre as estratégias e linhas de ação podem ser descritas a partir apenas da enunciação dos agentes”, que podemos encontrar diferentes contradições na análise entre o discursos e as ações do grupos sociais estudados.

“Os significados de um relato etnográfico são incontroláveis” (CLIFFORD, 1998, p. 94), por isto, eles não falam a partir de si mesmos, falam sempre dentro de um contexto (BEAUD; WEBER, 2007). E mais além, a própria escrita etnográfica é alegórica, a interpretação que fazemos das culturas é uma construção sobre o Outro, sendo um imenso equívoco acreditarmos que a nossa interpretação é a verdade em estado puro sobre as sociedades e espaços que estudamos (CLIFFORD, 1998).

D’Incao e Roy (1995), explanando sobre seus trabalhos de campo em assentamentos rurais, falam sobre um jogo de imagens, onde haveriam: as imagens que os líderes (do assentamento) fazem sobre si; do grupo dos líderes sobre si; do grupo dos líderes sobre os outros; imagens dos outros sobre si mesmos e sobre o primeiro grupo (dos líderes); e ainda a imagem diversa destes grupos sobre o pesquisador e a imagem que este pesquisador faz sobre si. Ou seja, o campo de disputa pela legitimidade e validação destas imagens como verdadeiras é central na temática dos conflitos no PDS Virola Jatobá.

De forma geral, a questão da gleba 132 ser vista pelos demais como o local dos baderneiros, das pessoas ligadas à confusão e ao “passe livre” para a plantação de capim, demonstra que a categoria de “Outro” pode se referir não somente às pessoas, mas também ao “Outro” lugar, divisão que faz parte dos mapeamentos morais e de reputação feitos entre os grupos antagônicos (COMERFORD, 2003).

Nos diálogos com os moradores do PDS é notável o conteúdo espacial que expressam, e mais interessante ainda é como este conteúdo possui uma representatividade que vincula-se às relações sociais conflituosas entre os assentados. Exemplo disto é a fala de Aleixo (Conversa, 2016), quando expressa que: “o pessoal da (gleba) 132 tudo querem ser fazendeiro, criadores de gado”.

Analisando esta fala, em conjunto com as vivências obtidas em aproximadamente três meses de trabalho de campo, percebemos que a gleba 132 do PDS Anapu IV possui, para alguns assentados de outras glebas, uma simbologia ligada a excesso de desmatamento (e conseqüentemente infração das normas), e à criação de gado acima do limite.

Pelos mapas elaborados e demais registros de paisagem, é possível verificar que de fato existem mais áreas de pastagens. Pelos relatos daqueles moradores e pesquisadores que acompanharam a entrada e a forma de apropriação na 132 com apoio de pecuaristas e não via o INCRA, os distinguem objetivamente dos demais moradores do PDS. Assim, a apropriação e o uso dos recursos naturais tem concretamente um diferencial em relação aos demais moradores, inclusive diferente dos novatos de outras glebas. No entanto, nenhum desses fatores em si justificariam a fama de baderneiros a priori. O que gostaríamos de destacar, nesse caso, é o entendimento de que esta “fama” da gleba 132, relaciona-se diretamente com os conflitos que verificamos em campo.

Comerford (2003) nos dá um exemplo deste conteúdo espacial, expresso nas relações sociais de divergência, quando discorre sobre a comunidade da Seriema (MG). Esta possui duas zonas distinguidas por seus habitantes: “a Seriema *de cima*, onde moram os Salustianos, os Mendes e os Assunção, e a *de baixo*, onde moram outros Assunção, mas também os Faria e algumas outras famílias descritas como menores” (COMERFORD, 2003, p. 52).

Os *de baixo* reclamam que os *de cima* não estão ajudando no mutirão para construir o novo campo de futebol, mas que depois vão querer usá-lo. Nem deveriam, porque jogam muito mal e só atrapalham, complementam, lembrando que o time da Seriema é o pior do município e perdeu todos os jogos no campeonato. Por causa dos *de cima*, dizem os *de baixo*. Assim, aos poucos vai se tornando mais cômodo e talvez até mais seguro manter uma certa distância entre as partes de *cima* e de *baixo*, cada uma com seus coordenadores de CEBs, seus candidatos, seu lugar de rezar (COMERFORD, 2003, p. 52).

Assim como no exemplo acima, no PDS Virola Jatobá os conflitos também ganham um caráter de separação de alguns aspectos que envolvem as glebas. Na fala anterior de Aleixo, por exemplo, ele deixa claro que, na sua visão, as pessoas da 132 pretendem tornar-se fazendeiras, o que denota que elas se diferenciariam de Aleixo, não só pelo aspecto econômico ligado às pastagens extensivas mas, até certo ponto, culturalmente, por possuírem (segundo ele) intenção de tornarem-se fazendeiros, objetivo que não faz parte de sua vida.

Estas taxações, segundo Comerford (2003), fazem parte de um “mapeamento”<sup>57</sup> feito pelos assentados, para que se tornem conhecidos os “territórios de parentesco” do assentamento, assim como as relações entre as famílias e os diversos espaços que compõem o lugar.

Assim, a construção discursiva subjacente ao processo que vai tomando os contornos de uma *fissão* vai mostrando um pouco de seus parâmetros e dinâmica: **as tensões aparecem relacionadas a ações coletivas e a modalidades de disputas que acabam adquirindo um caráter público (formais ou informais, sérias ou lúdicas); e vai se consolidando em uma reputação ou fama (uma construção descritiva e narrativa centrada em juízos de valor, não necessariamente “objetiva”) que se refere não a tal ou qual pessoa ou família, mas a um subconjunto de pessoas e famílias associadas a uma subdivisão do espaço geográfico, uma reputação coletiva** dos que moram, nesse caso, na parte de *cima* e na parte de *baixo* – uma coletividade que pode ser agrupada sob o nome de alguns nomes de família, ainda que esses nomes não cubram a totalidade das famílias que ali se fixaram e se localizaram (COMERFORD, 2003, p. 55/56, grifos nossos).

Quando Comerford (2003) fala da *fama*, na citação acima, está mostrando que não há como desvinculá-la (nesse caso) de uma representatividade do espaço, já que há uma ligação intrínseca entre estes dois itens, a fama está então associada a determinado espaço e vice-versa. No caso do PDS, estudado por nós, a fama aparece ligada à gleba 132 a partir do conjunto de simbologias que Aleixo expõe em sua fala, ao mesmo tempo que na mesma fala de Aleixo também é implícita a ideia de que o “pessoal da 132”<sup>58</sup> possuiria uma *reputação coletiva*, vinculada ao fato de pretenderem virar fazendeiros.

Comerford (2015) explica que os próprios termos: “pessoal”, “turma”, “raça”, são utilizados para discriminar as coletividades, ou seja, quando escutamos a frase “o pessoal de lá”, estamos diante de delimitações, que são feitas a partir de critérios de familiarização ou desfamiliarização que variam bastante. Entendemos que estas insinuações criam uma *dimensão territorial*, mesmo que não criem o território materializado, mas criam os significados que os delimitam, ao associar e discriminar, nas narrativas, certos lugares, pessoas, ou mesmo famílias, realizando uma espécie de demarcação moral (COMERFORD, 2014).

---

<sup>57</sup> Essa noção de mapeamento é muito mais uma metáfora acerca da apreensão cognitiva das famílias camponesas que possuem um vasto conhecimento sobre as relações sociais do seu lugar, do que o mapeamento num sentido técnico.

<sup>58</sup> A referência ao “pessoal” de lá, mostra que eles são diferentes do “eu”, ou no mínimo “estranhos” a min, diferenciação que pode ser ocasionada entre os assentados por divergências na dimensão política, econômica ou cultural, mesmo que estejam dentro do mesmo assentamento.

Grande parte das temáticas sobre as discordâncias entre associações estão contidas em narrativas e fofocas do PDS, não é raro surgir nas conversas e entrevistas com os agricultores, a afirmação de que determinada associação pretende eliminar a outra, ou até que haveriam intenções de implantar uma certa divisão territorial. “Ele (RAMIRO) tava querendo que *dividisse*, que o pessoal de lá (das glebas 132 e 107) só se associasse na ALP” (Conversa, ALDENIR, 2017). A evocação da dimensão territorial, desta narrativa, é extremamente rica, haja vista que as relações de poder que envolvem o território e as territorializações dão base para a fixação, uso e posse dos grupos sociais, mas também para a separação destes, os processos territoriais, de forma complexa, articulam o domínio sobre uma determinada extensão (HEIDRICH, 2015).

Se este intuito de separação, estivesse realmente entre os objetivos da ALP, demonstraria que os conflitos internalizados no PDS estariam alcançando dimensões em que seriam propostas divisões territoriais conforme a coesão social dos grupos de assentados. Ou seja, suas visões comuns ou divergentes sobre as formas de se apropriar e usar a terra, seus vínculos políticos com uma ou outra associação e suas diferentes perspectivas para o futuro (ou falta delas), seriam fator de sociação e ao mesmo tempo de separação, relações de poder que se materializariam no espaço, seriam então verificáveis na paisagem e demonstrariam que existiriam territórios camponeses distintos no PDS.

Se nos trabalhos de campo pudemos perceber os conflitos internalizados no PDS e suas características de separação entre os grupos camponeses, por outro lado, não podemos afirmar que estas divisões são coerentes com a divisão de glebas do assentamento. Ou seja, compreendemos que não existem territórios distintos entre os segmentos camponeses do PDS Virola Jatobá, mas que existem demarcações morais, valores políticos e práticas sobre o uso da terra que diferenciam-se e entram em conflito.

Nesse sentido, entendemos que o PDS Virola Jatobá, visto como um território delimitado fisicamente pelos limites estabelecidos pelo Estado, estaria contido por diversas estratégias de territorialização camponesa, que seriam reflexo dos conflitos internalizados entre os camponeses do assentamento.

Os dualismos expostos no capítulo 4 desta dissertação são peças-chave para compreender estas territorializações. O dualismo agricultura versus pecuária verificado entre as famílias do primeiro avanço pioneiro e da categoria dos novatos mostrou-se item fundamental nas clivagens sociais internas ao PDS, envolvendo o choque entre os valores

estabelecidos pelas famílias do primeiro avanço pioneiro para o PDS e as ideias e práticas sobre o uso da terra associadas às famílias novatas, que estatisticamente demonstraram possuir maior área de pastagem e maior supressão de mata em suas AUA.

Contudo, as territorializações distintas no PDS parecem demonstrar maior antagonismo entre os novatos que concentram-se na gleba 132 (associados na Associação Liberdade do Povo) e as famílias do primeiro avanço pioneiro associadas na Associação Virola Jatobá.

A gleba 132 é a que concentra o maior número de novatos do PDS e, junto à gleba 129, as maiores taxas de supressão das Áreas de Uso Alternativo (WATRIN; PORRO; SILVA, 2017). É a gleba onde se encontra a sede da ALP e a maior porção de seus associados, sendo também a zona que possui diversas *famas e reputações coletivas*<sup>59</sup>, dadas por famílias de outras glebas do assentamento, como já explicitamos em momentos anteriores.

Francelino faz uma colocação supondo que a gleba 132 é mais excluída que as outras, onde haveria um ocultamento consciente de informações às famílias, por parte de membros da AVJ: “Pra lhe falar a verdade muita das vezes tem reunião que acontece lá no barracão e aí a gente só sabe quando alguém vem brincar de bola aqui aí o povo fala” (Entrevista, FRANCELINO, 2016).

Interessante notar que dentre as diversas estratégias territoriais analisadas por diversos geógrafos, o controle da informação é uma característica importante, aliada ou não ao controle dos fluxos de pessoas, mercadorias, etc. No caso do PDS não seria incomum se houvesse esta discriminação no momento de divulgação de informações sobre as reuniões da Associação Virola Jatobá, haja vista que geralmente quando enviam pessoas para passarem o recado sobre reuniões ou eventos da AVJ, estas não são “neutras”, mas possuem desavenças com famílias da gleba 132.

Outros fatores que interferem na divulgação de informações sobre reuniões e eventos são a distância entre as glebas, o tempo que se leva para dar o recado e os gastos com gasolina, entendendo que dezenas de quilômetros separam a sede da Associação Virola Jatobá

---

<sup>59</sup> Aqui estão alguns exemplos que expressam estas reputações coletivas: “o pessoal da (gleba)132 tudo querem ser fazendeiro, criadores de gado” (Conversa, ALEIXO, 2016); “Lá na (gleba) 132 que tem mais bagunça, o povo lá é mais estressado” (Entrevista, DELMA, 2017) e “eles lá praticamente mais querem mexer com pecuária, criação de gado” (Entrevista, JOSINEY, 2017).

das glebas 132 e 107. Diante disto, também é corriqueira a reclamação de moradores (da gleba 107) que residem nos lotes mais afastados, afirmando que as informações não chegam e que o recado é repassado somente até o lote de Edilsom (vice presidente da AVJ), na gleba 107.

Ou seja, há inúmeras relações sociais que servem de base para demarcações morais e políticas no PDS. Em nossa visão, são inúmeros os fatores que contribuem para a estruturação de diferentes territorializações entre o campesinato deste assentamento, teremos então que explicitar melhor os critérios que nos fazem compreender tal fenômeno.

Souza (2015) explica que apesar do território necessitar de uma base material de suporte e referência, ele não pode se confundir com ela. Um território pode ser conquistado e destruído, seus limites podem ser totalmente modificados, sem afetar contudo, sua base material. “Os territórios são no fundo, antes relações sociais [de poder] projetadas no espaço que os espaços concretos” (SOUZA, 2015, p. 61), afirma o autor, nos fazendo refletir sobre a seguinte questão: será que ao invés de territórios concretos e estruturados, não estariam sendo construídos distintos processos de territorialização no PDS? Tentaremos aprofundar a discussão afrente.

A territorialização, por ser um processo, nos daria margem pra pensar em *processos de reorganização social*, que implicariam segundo Oliveira (1998, p. 55, grifos nossos) na:

- 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora<sup>60</sup>;
- 2) **a constituição de mecanismos políticos especializados;**
- 3) **a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais;**
- 4) **a reelaboração da cultura e da relação com o passado.**

Não concordando com todos os quatro pontos na análise do PDS, acreditamos que os três últimos itens são de fundamental importância para o entendimento dos processos visualizados em campo. O item dois, por exemplo, poderia ser relacionado à criação da Associação Liberdade do Povo, que é uma instituição política especializada, no sentido de que foi criada para atender interesses específicos de grupos camponeses que não sentiam-se contemplados pelas iniciativas da Associação Virola Jatobá.

---

<sup>60</sup> Acreditamos que este item não é pertinente para entendermos os processos distintos de territorialização no PDS, haja vista que interpretamos que as territorializações estão sendo construídas por grupos camponeses, que não nos dão indicadores para pensar que estariam passando por uma transformação de distinção étnica, onde haveria um segregação entre diferentes identidades culturais. No entanto, há fortes indícios de que está ocorrendo processos de distinção pelas opções políticas que adotam cada um desses grupos.

Criada em 2015, por assentados das glebas 132 e 107, a Associação Liberdade do Povo parece causar polêmica até mesmo por sua nomenclatura. O termo *liberdade*, que nomeia a instituição, parece ter relação com a temática cativo/liberdade (a qual nos aprofundamos no subtópico passado), deixando implícito que esta associação buscaria tal liberdade, ou ao menos fora criada com este fim.

Todavia, como já afirmamos, o próprio nome é causador de polêmica na visão de membros da AVJ:

Criaram a ALP, Associação Liberdade do Povo, pelo menos eu não vejo cabimento nenhum de uma associação com esse nome aqui, porque eu acho que não tem ninguém que tenha o direito impedido, direito de ir e vir impedido por nada, nem por ninguém (Entrevista, HELISON, 2017).

Nestes embates recíprocos, o discurso da associação Liberdade do Povo dá ênfase na desigualdade que haveria entre os assentados, os moradores da gleba 132 por vezes se autodenominam de excluídos ou desprivilegiados, em comparação à membros da AVJ que residem nas glebas 128 e 130 e 107.

Consideramos que a criação da Associação Liberdade do Povo, como um exemplo de mecanismo político especializado de que fala Oliveira (1998), visa (do mesmo modo que a AVJ) garantir direitos para os assentados, todavia, segundo Ramiro (presidente da ALP), haveria uma diferença:

O que eu vejo é o seguinte, a AVJ ela tá voltada simplesmente às pessoas que estão dentro da área de PDS que estão sobre a documentação legal em RB, a diferença é, na Liberdade do Povo nós não trabalhamos simplesmente com quem tá em RB... nós não podemos crucificar essas famílias que não estão em RB, dizer que eles não tem o direito que quem tá tem (Entrevista, RAMIRO, 2017).

Ramiro nos contou ainda que haveriam discriminações que ocorrem “de dizer de quem pode e de quem não pode, ou só fulano vai ser atendido, fulano não vai ser” (Entrevista, RAMIRO, 2017). Esta suposição relaciona-se ao discurso de que muitas famílias que estão nas glebas 132 ainda não fazem parte do Registro de Beneficiários (RB) e, por isso, são supostamente tratadas por membros da AVJ como as “que não podem”, ou as que “não serão atendidas” pelos benefícios do governo.

Curiosamente, as famílias que originalmente se apropriaram da 132, quando o INCRA regularizou a gleba para assentamento, foram as primeiras a constarem em RB, antes mesmo que os pioneiros. Assim, tiveram todos os benefícios do governo antes dos demais. No entanto, com a rotatividade das famílias, muitas das que saíram dos lotes não deram baixa nos

cadastros do INCRA, assim como muitas das que entraram não o fizeram formalmente através do INCRA. O não atendimento por parte da AVJ tem relação, por um lado, com não ser conivente com a perda de controle sobre os processos de apropriação e uso do lote: entrada fora dos parâmetros do órgão responsável e uso fora dos parâmetros do PU acordado. Por outro lado, essa falta de conexão com a fama ligada à pecuária na gleba, criou um ciclo vicioso, da qual se aproveitaram pecuaristas e madeireiros ilegais, que encontraram ali uma porta aberta para se conectarem e de alguma maneira se beneficiarem dos recursos do PDS.

Percebemos então que a Associação Liberdade do Povo representa, no PDS, o mecanismo político especializado que objetivaria a efetivação de uma nova territorialização camponesa, dando suporte para as ideias de famílias novatas, sobretudo, da gleba 132, e demonstrando o objetivo da apropriação da terra via pecuária como suporte central. Porém, não é a pecuária em si, como discutido no capítulo 4, que promove a fundamental dissensão, mas sim como a apropriação e uso da terra pela pecuária se realiza. Uma maior aderência a atores sociais historicamente antagônicos aos camponeses para realizar seus intentos provoca a separação entre estes novatos e os pioneiros da primeiro avanço.

Pensamos que esta territorialização é conflituosa por fazer-se presente na alteridade e contraponto à Associação Virola Jatobá, que representa as ideias e estratégias de apropriação e uso da terra das famílias pioneiras, sobretudo das famílias do primeiro avanço pioneiro, haja vista que, como demonstramos anteriormente através da tabela sobre a quantidade de pasto nas AUA do PDS, não há diferença significativa no uso da terra para pastagens entre as famílias novatas e as famílias do segundo avanço pioneiro.

O item três citado em Oliveira (1998), a nosso ver, relaciona-se ao antagonismo entre associações, e seus posicionamentos distintos no controle dos recursos ambientais. Para Ramiro, presidente da Associação Liberdade do Povo, o modo de tratar o meio ambiente varia atualmente, conforme a associação:

[...] hoje eu vejo mais a AVJ, por mais que eu diga que existem alguns erros em termos de administrações do meu ponto de vista, **eu vejo que ela ta sendo uma das associações que ela ta mais está protegendo a questão do meio ambiente**, eu tenho que ser sincero nas minhas palavras, por que? o que eu vejo é que ela tem recursos pra se trabalhar [...] (Entrevista, RAMIRO, 2017).

Ramiro afirma que se a ALP possuísse recursos, talvez não se diferenciasse tanto da AVJ na questão de preservação do meio ambiente, mas que atualmente esta é uma das diferenças entre as associações, o que não quer dizer que todos os membros da AVJ possuam

práticas equilibradas com a natureza ou que todos os membros da ALP tendam a práticas de degradação massiva da natureza. Porro; Porro e Assunção (2016), por sua vez, comprovaram por meio de mapeamentos e porcentagens, que existe um potencial para experiências agroecológicas associado aos lotes dos sócios da AVJ, o que não é evidente para os não-sócios.

Na tabela sobre a quantidade de pastagens nas AUA do PDS, exposta no capítulo 4 desta dissertação, demonstramos que existe significativa diferença entre as famílias do primeiro avanço pioneiro e famílias novatas quanto a utilização de pasto em suas AUA. Enquanto as primeiras famílias do PDS demonstraram média e mediana de 2,37 ha e 0,2 ha de pasto, respectivamente, as famílias novatas apresentaram 4,472 e 4,1 ha. Essa diferença seria ainda maior se entre os novatos contabilizados nessa amostra constassem os novatos da 132, onde os pastos são mais frequentes e em maior extensão. Porém, estes não participaram da proposta de mapeamento com fins de solicitação de licenciamento para supressão de vegetação.

O exemplo das pastagens é simbólico, pois ratifica a existência de propostas diferenciadas de controle dos recursos entre pioneiros do primeiro avanço e novatos. Apesar de existirem exceções, como também analisamos anteriormente, estes dados refletem-se também nas ideias defendidas pelas associações que representam estes segmentos camponeses.

Outra diferença, entre estas territorializações, é a de que as estratégias acionadas pela Associação Virola Jatobá e famílias do primeiro avanço pioneiro, possuem relação direta com instituições e órgão externos ao PDS, tais como Embrapa, UFPA e INCRA, enquanto a Associação Liberdade do Povo e seus membros rejeitam a relação com seus agentes, frequentemente afirmando que a intervenção destes órgão no PDS maximiza a vigilância e controle sobre os recursos do assentamento, logo, sobre a suas Áreas de Uso Alternativo e práticas produtivas.

Como forma de exemplificar que esta rejeição por agentes externos, citamos o exemplo do Manejo Florestal Comunitário. Vinculado à Associação Virola Jatobá e aos pioneiros, este projeto possui como proposta central, o benefício dos assentados com documentação regular pelo manejo sustentável dos recursos florestais do PDS, mas é majoritariamente criticado por membros da ALP, que afirmam ser este projeto causador da maximização da vigilância e impedimentos em seus lotes (ASSUNÇÃO, 2016).

Na visão de determinados membros da Associação Liberdade do Povo, a solução seria o término das atividades do projeto, como ratifica Francelino (membro da ALP), em entrevista de 2016:

se isso aí pudesse um dia dá aquela trancadinha, o ministério publico trancasse ele assim por uns cinco anos, vocês podiam vir, vocês iam ver como é o desenvolvimento do assentamento, ia ver como todo mundo ia ta trabalhando [...] (Entrevista, FRANCELINE, 2016)

Assunção (2016), a partir de questionários socioeconômicos, verificou que a maior porcentagem de posicionamentos contrários ao Manejo Florestal Comunitário partiam de associados à ALP, associação cujo posicionamento tem incentivado a pecuária para geração de renda dos assentados, atividade contraditória dentro de um PDS, por demandar supressão florestal permanente em grandes áreas.

Neste contexto, parece-nos estar implícito que a redefinição do controle sobre os recursos naturais pela ALP somente poderia ser efetivada a partir da negação do projeto de manejo florestal, e se possível, de seu término.

A redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, torna-se *re-definição* pois as famílias do primeiro avanço pioneiro demonstram historicamente (retirando algumas exceções) a não opção pelas pastagens extensivas e a baixa supressão de floresta primária em suas Áreas de Uso Alternativo, o que inverte-se se notarmos que a pecuária parece ter papel fundamental na proposta política da Associação Liberdade do Povo, e a busca por projetos de pecuária por parte do presidente da ALP parece ser um indicador, como veremos mais afrente.

O item quatro citado em Oliveira (1998) relaciona-se, em certa dimensão, à relação entre famílias do primeiro avanço pioneiro e novatos. A reelaboração da cultura possui, para nós, relação com os novos valores e práticas sobre o uso da terra que atingem diretamente os valores estabelecidos pelas famílias do primeiro avanço pioneiro.

Entendemos que dentro de uma dimensão cultural do território as estratégias de controle vinculam-se também aos artifícios utilizados para manter os valores e as estruturas sociais passadas, ou impor novas. Nesse sentido, segundo Josiney, os pioneiros objetivariam “manter uma cultura do que era no tempo deles, querem que seja pro resto da vida” (Entrevista, JOSINEY, 2017). Nosso interlocutor também narra que a “cultura pioneira” está diretamente ligada com a escolha *do que plantar*, sendo a lavoura branca e os cultivos permanentes os itens centrais da atividade pioneira.

Como demonstramos no capítulo 4 desta dissertação, essa “cultura pioneira”, se vinculada determinantemente aos cultivos, é relativa, todavia, há uma coerência entre as famílias do primeiro avanço pioneiro na rejeição de pastagens extensivas, o que lhes garantiu menor média e mediana de área suprimida por pastagens em suas Áreas de Uso Alternativo, se comparada às famílias novatas.

A opção por pastagens extensivas, evidente sobretudo na categoria das famílias novatas, demonstra não só uma afronta aos valores estabelecidos pelas primeiras famílias, mas à sua relação com o passado de luta pela terra e de formação política sob a orientação de Irmã Dorothy. Os valores construídos sobre a pecuária não eram favoráveis então à implementação desta prática no PDS.

Nas tensões entre pioneiros e novatos, suas diferenças de valores não podem ser desvinculados do território, pois a forma diversa como organizam seus territórios reflete a alteridade de suas concepções, a terra não é apenas lugar de produção, mas é também suporte de uma visão de mundo (BONNEMAISON, 2012).

Edilsom, um dos moradores mais antigos do PDS, explica que mesmo antes de tornar-se assentado no PDS, já preferia trabalhar com legumes. Em relato, sobre os 12 anos em que trabalhou em Goianésia (antes de deslocar-se para o PDS em Anapu), deixou implícito o seu não interesse pela plantação de capim. Nas palavras dele: “eu gosto é de mexer mais é com legume, aí a terra era fraca, aí eu tive que vender porque *só tava prestando pra capim, não tava dando legume de jeito nenhum, aí eu tive que vender*”.

Interessante notar como Edilsom não cogita a possibilidade de trabalhar com capim, ele “teve que vender”, para procurar outra terra que lhe oferecesse condições para plantar legume. Esta ordem morais (WOORTMANN, 1990), que alguns camponeses e camponesas trazem consigo de outros lugares, associam uma carga positiva às lavouras, agregando simultaneamente cargas negativas às plantações de capim. Nesse sentido, uma figura central, que ajudou na estruturação destes valores (que os pioneiros supostamente possuem) de uso da terra, foi a missionária Dorothy Stang e seus ideais.

Esses morador mais velho aqui, tudo entrou já conhecendo irmã Dorothy, sabendo qual era o projeto do PDS, como que era a ideia do PDS, então, entrou já sabendo e apoiou, queria mesmo realmente que fosse igual ela pensava, esses novatos não né, que foi entrando não conheceu mais ela, assim...eles entram de forma irregular, não tem nem como a gente orientar, e aí quando vem pra falar “que negócio disso, ficar preservando madeira” (Entrevista, NORMA, 2017).

As concepções de desenvolvimento sustentável, preservação da natureza e agricultura sustentável, compatíveis com a proposta de PDS, foram desenvolvidas com os pioneiros a partir de ideais defendidas por Dorothy. Para Lorena (mulher de Edilsom), a missionária teria demonstrado a importância da preservação, mas “no começo nós não entendia essas coisas, pensava que passando por cima de tudo que era bom” (Entrevista, Lorena, 2016).

Visando demonstrar as diferentes propostas de territorialização dos segmentos camponeses do PDS, extraímos o termo *identidade territorial* de Haesbaert (2013). Trata-se de uma identidade que possui a referência e alusão ao território como aspecto fundamental, tanto em seu caráter simbólico como no material, uma forma particular de organizar e conceber a identidade do grupo social mediada pelo território. Ou seja, certa *identidade territorial pioneira*, singularizar-se-ia pela escolha *do que cultivar*, mas sobretudo pelo modo *como cultivar*, ou seja, por seus ideias particulares, que são representados pela Associação Virola Jatobá.

A ALP, por outro lado, possui relação direta com os novatos, sendo novato o próprio presidente da instituição, possuindo menos de três anos de moradia no assentamento. Mas também vincula-se ao incentivo à pecuária. Ramiro (atual presidente da associação), em entrevista concedida em 2017, explica que estava com a intenção de levar um projeto para gado para os assentados que tivessem interesse:

eu venho trabalhando nesse propósito porque não existe ainda no momento, nós não temos como ir atrás de um projeto de agricultura, porque nós temos dificuldade em termos de maquina, nós não temos como gradear, o que cultivar, onde comercializar, então a única alternativa nossa é essa, que criamos dentro da legalidade esse pequeno projeto pra que ele traga um sustento pras famílias (Entrevista, RAMIRO, 2017).

As territorializações, demonstram-se então distintas, por apresentarem diferentes propostas políticas, estarem baseadas em valores distintos e possuírem instituições que possuem estratégias distintas de ação. O questionamento sobre os processos de territorialização, no contexto de ebulição dos conflitos internalizados e antagonismos no PDS, parece ser pertinente, no sentido de que a partir destas delimitações e discriminações sociais e espaciais, feitas pelos grupos camponeses do PDS, estariam sendo produzidas outras concepções de como se apropriar e usar os recursos ambientais, novas perspectivas futuras (e re-significações do passado) estariam sendo estruturadas e re-estruturadas.

O surgimento de uma novo modelo de gestão territorial no PDS, ligada à ALP, aos novatos, e à novas concepções sobre o assentamento, se não objetivar o fim da modalidade

PDS ou o descumprimento de todas as normas estabelecidas para a conservação do meio ambiente, não deve ser tomada como algo maléfico, um malefício a priori. Mas pelo contrário, pode ser vista como um desafio à democracia, haja vista que a tolerância à diversidade de ideias, práticas e visões de mundo do “Outro” é fundamental para a criação de relações mais democráticas. Por outro lado, se esse “novo” modelo mostrar-se a serviço do “velho” esquema de camponeses, em alta rotatividade sobre os lotes, abrindo a floresta para uma roça seguida de pastagens a serem apropriadas pela frente econômica de pecuaristas e grileiros, veremos que apesar dos discursos, o modelo nada tem de novo.

Cabe então ao pesquisador, buscando no diálogo entre teoria e prática, colocar seu conhecimento a serviço da transformação social. Neste sentido, a diversidade de territorializações dentro do PDS contém um desafio ao diálogo, uma difícil, mas não impossível, tentativa de lidar/conviver com a alteridade de estratégias, de visões de mundo, de visões sobre a terra, e de concepções sobre o Outro, itens fundamentais na construção de um cotidiano mais tolerante às diferenças e mais intolerante às injustiças sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos sociais fazem parte do história da Amazônia, eles envolvem o choque entre diferentes concepções de mundo, relações com o meio ambiente, temporalidades distintas e entre as diversas perspectivas para o futuro e estratégias para alcançá-las que os grupos sociais possuem. Contudo, é de extrema importância notar que os grupos sociais também podem possuir tensões internas, entre os próprios membros de uma coletividade que possui semelhanças de trajetórias, de visões de mundo e de temporalidades.

Na segunda metade do Século XX, os conflitos no espaço amazônico, passam por um gradual processo de “ambientalização”, conforme o debate ambiental vai tomando proporções e importância global. Este processo possui como características principais a penetração da dimensão ambiental nas diversas esferas da realidade social, nas instituições, movimentos sociais e vida cotidiana, assim como a apropriação do discurso ambiental pelos diferentes grupos sociais, como forma de legitimar seus discursos e objetivos.

A criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá insere-se neste contexto de ambientalização dos conflitos sociais, onde os conflitos envolviam posseiros, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo na missionária Dorothy Stang uma figura chave, fazendeiros, madeireiros e o governo. Porém, com o estabelecimento das famílias no assentamento, começam a surgir diferenças internas entre o campesinato do PDS, diferenças de uso da terra em suas Áreas de Uso Alternativo, diferenças de tempo de moradia, diferentes posicionamentos acerca das normatizações do PDS, diferenças que, por vezes, geram conflitos entre as famílias camponesas.

Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar os conflitos entre as famílias do PDS Virola Jatobá, acerca das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, verificando a relação que estes conflitos possuíam com as Áreas de Uso Alternativo (AUA) das famílias camponesas do assentamento.

Demonstramos, a partir de mapas das Áreas de Uso Alternativas das famílias assentadas, como os conflitos entre camponeses no PDS giram em torno de falsos dualismos como: agricultura versus pecuária; pioneiros versus novatos; e Associação Virola Jatobá versus Associação Liberdade do Povo. Explicamos que estes dualismos são nosso ponto de partida para a análise dos conflitos, mas não o de chegada, haja vista que não representam a complexidade de relações que existem dentre o campesinato do assentamento.

Entendendo que nos falsos dualismos a categoria de pioneiro era vinculada (pelos assentados) à agricultura e a de novato à pecuária, demonstramos como existem incompatibilidades entre discursos e práticas sobre o uso da terra, mesmo que as clivagens sociais entre as famílias do primeiro avanço pioneiro (2002-2005) e famílias novatas (2009-2017) demonstrassem ser consistentes, tanto na dimensões de valores políticos quanto nas práticas sobre o uso da terra no PDS.

Haviam então, complexas relações entre as associações e seus membros, os posicionamentos discursivos e práticas sobre o uso da terra entravam em choque e demonstravam que os dualismos não possuíam poder explicativo suficiente em determinadas relações, ao mesmo tempo que percebiam-se fortes antagonismos e conflitos entre estratégias políticas e discursos entre associações e camponeses.

Também foi evidenciado por nós que a definição de “conflitos internos” não era adequada para explicar os conflitos no PDS, haja vista que os conflitos analisados podiam ser maximizados e mesmo causados por fatores e atores sobre os quais a comunidade tem pouco ou nenhum controle, ou seja, agentes externos. Dessa forma, utilizamos o termo *conflitos internalizados* para demonstrar como seria um equívoco analisar estes conflitos a partir de separações rígidas entre agentes e relações sociais de fora e de dentro do PDS Virola Jatobá.

Como exemplo empírico, destas relações entre elementos internos e externos ao assentamento, explanamos sobre as normatizações ambientais que restringem as práticas produtivas destas famílias camponesas nas Áreas de Uso Alternativo. Tomamos como base os discursos das famílias camponesas, quando expressavam a falta de domínio e controle sobre suas Áreas de Uso Alternativo, recobertas por normatizações ambientais que, em excesso, tornavam precárias as condições econômicas e culturais de reprodução daquele campesinato. A partir da noção de *cativeiro* e do conceito de desterritorialização in situ, demonstramos como estas normatizações - que simbolizavam a relação Estado-Campesinato - interferiam nas relações entre o campesinato (do PDS Virola Jatobá) e o meio em que vivem, a ponto de diminuir seu controle sobre o território, sem precisar deslocá-lo dali.

Por fim, analisamos os conflitos internalizados no PDS a partir do conceito de território, demonstrando que há diferentes estratégias de territorialização camponesas no PDS Virola Jatobá. Estas estratégias possuem diferenças de posicionamento político e estão representadas por associações antagonicas, ao mesmo tempo que explicitam propostas

distintas de controle social sobre os recursos ambientais e de reelaboração dos valores e relação com o passado.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. 24 (68), 2010, p. 103-119.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 13-44.
- ALENCAR, Ane; et al. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. Brasília, DF: IPAM, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. Pp. 141-183. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.
- ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens culturais**. Tradutores: Bellenzier; et al. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- ASSUNÇÃO, Helder do Nascimento. Interações entre agricultura e manejo florestal: uma análise do uso da terra, meios de vida e sustentabilidade no projeto de desenvolvimento sustentável Virola Jatobá em Anapu (PA). **Dissertação de mestrado**. PPGCA/UFGA, 2016.
- BAINES, Stephen G. O EIA-RIMA da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as Populações Indígenas. In: MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa e HERNADEZ, Francisco des Moral. **Painel de especialistas: análise Crítica do Estado do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 2009. p. 70-74.
- BEAUD, Stéphane.; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.
- BECKER, Howard S. **observação social e estudos de casos sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de Sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luzia X. de Borges. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENATTI, José Heder. Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2 - dezembro 1999, p. 107-126.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239-244.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia**. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymon (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 247-282.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA e ROSENDAHL (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.

BOURDIEU, Pierre e BOURDIEU Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo (Orgs.). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2006, p. 21-54.

**BRASIL**, Decreto nº 6040 de 7 de Fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará**. Tese de Doutorado. UFPE. 2015.

BRITO, Daguinete Maria Chaves; et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

BRITO, Arthur Erik Monteiro Costa de; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Paisagem e relação campo-cidade em assentamentos de reforma agrária na Amazônia: o caso de Palmares II, Parauapebas/PA. In: MACEDO, Cátia Oliveira; et al. (Orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016, p. 209-226.

BRUMER, Anita; et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. **ANAIS VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas-PE. 2010, p. 1-20.

CENDALES, Lola; et al. A semente tem sua própria dinâmica: sobre as origens e os rumos da Investigación-acción participante (IAP): entrevista com Orlando Fals Borda. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida-SP: Editora ideias & Letras, 2006, p. 55-92.

CIOCCARI, Marta. Os trabalhadores rurais e a ditadura militar no Brasil. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rubém (Orgs.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1º Ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.153-174.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA e ROSENDAHL (Orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 245-276.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. SANTOS, José Reginaldo (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família** : sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 57 n. 2, p. 107-142, 2014.

COMERFORD, John Cunha. Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Mata mineira. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, ANA; DANIESE, Daniese (orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais**: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. 1ºed., Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 29-44.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?. **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2002, p. 203-215.

DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2º ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

D’INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. **Nós cidadãos**: autonomia e participação popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). **AMAZÔNIA**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 207-222.

FELÍCIO, Munir Jorge. O território imaterial do campesinato. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2º Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 195-214.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GALESKI, B. **Sociología del campesinado**. Barcelona : Ediciones Península, 1977.

GARCIA Jr., Afrânio Raul; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 213-244.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galos balinesa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 185-213.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULOLO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, Vol. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 339-366.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: contexto 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e a interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, /Vol. 52, supl. 1, p. Fev. 2015, p. 125-146.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu: 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 233-244.

HÉBETTE, Jean. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004a, p. 331-354.

HÉBETTE, Jean. O Estado e os movimentos migratórios. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004b.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004c.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2º ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 269-287.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; GAMALHO, Nola Patrícia. Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS). In: VERDUM, Roberto; et al. (Orgs.). **Paisagem**: leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 189-206.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

IBGE. **Cidades**. Histórico de Anapu, Pará. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/anapu/historico>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

LOCATEL, Celso Donizete. Fronteira: natureza e cultura. **Revista Formação** – Edição Especial – n.13 v.2, 2006, p. 163-172.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Associações camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: HÉBETTE J. MAGALHÃES S. e MANESCHY M. (orgs.). **No mar nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002a, p. 277-289.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE J. MAGALHÃES S. e MANESCHY M. (orgs.). **No mar nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002b, p. 235-274.

MARQUES, Gilberto de Souza; MARQUES, Indira Rocha. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3º ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2º Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014a.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014b.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Metodologia para implantação dos Projetos de desenvolvimento sustentável. In: **Projeto de Desenvolvimento Sustentável –PDS**, Governo Federal. 2006.

MENDES, Josilene Ferreira. **O direito vivo na luta pela terra**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2015.

MENDES, Josilene Ferreira; PORRO, Noemi Miyasaka Sakiara. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVIII, n. 2, p. 97-114, abr.-jun. 2015.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 8º ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, Campinas/SP, v1, n1/2, Dez. 2001, p. 1-9.

MICHELAT, Guy. sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: \_\_\_\_\_. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, P. 191-211.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 3ª fase (2012-2015)** pelo uso sustentável e conservação da Floresta. Brasília: MMA, 2013.

MOREIRA, Edna Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de, MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades Vol.1**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-208.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos planos de Desenvolvimento. **Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XVII, nº 985, 25 de julio de 2012, p. 1-14.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001, p. 185-2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labour Edições, 2007.

OLIVEIRA, Joao Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo** O. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 15, 2000. P. 17-36.

PAULA, Elder Andrade de. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2º Ed. Editora da UFRGS, 2009.

PAULILO, Maria S. Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**- nº 28/1987. Sem numeração de páginas.

PAULILO, Maria S. Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 229-252.

PESSANHA, Delma. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**, v.16, n.1, 2013, p. 15-42.

PORRO, N. S. M.; PORRO, R.; ASSUNÇÃO, H. N. Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS Virola Jatobá. **Retratos de assentamentos**, Araraquara, v.19, n.2, p. 188-214, 2016.

PU. **Plano de Utilização dos recursos naturais do PDS Virola Jatobá, Anapu – Pará**. Anapu, 11 de Junho de 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUTDT, Luc. A pergunta de partida. In: **MANUAL de investigação em ciências sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2008. p. 29-48.

REIS Jr., Dante, Flávio Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia. In: STEINKE, Valdir Adilson; REIS Jr., Dante Flávio; COSTA, Everaldo Batista (Orgs.). **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e multimídias – LAGIM, UnB, 2014, p. 11-44.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Ione Vieira dos. Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: um estudo de caso no PDS Anapu – Estado do Pará, Brasil. **Dissertação de mestrado**. MAFDS/UFPA, 2011.

SANTOS JUNIOR, Cezário Ferreira dos. Segurança alimentar em projetos de assentamento de reforma agrária com ênfase ambiental: estudo de caso no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, Transamazônica, Estado do Pará. **Dissertação de mestrado**. MAFDS/UFPA, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio mundo”. In: GODOI, M. A. M.; MENEZES, M.A.; ACEVEDO MARIN, R. E. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução social. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 245-267.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a Geografia Cultural no Brasil. In: Almeida, Maria Geralda de; Ratts, A.J.P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, v. , p. 261-284.

SEEMANN, Jörn. Metáforas espaciais na Geografia: cartografias, mapas e mapeamentos. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 13955-13971.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e Cultura: abordagens para a Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Temas e caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 115-156.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, nº 7. Presidente Prudente, 2005, p. 1-21.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 23-48.

SILVA JUNIOR, Roberto Donato da; et al. Do uso e cobertura da terra à experiência etnográfica: croquis e imagens de satélite na Amazônia rural brasileira. **Etnográfica**, outubro de 2016, 20 (3): p. 583-606.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, 2011, p. 568-573.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 319p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2º ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 53-68.

TCHAYANOV, Alexander. Teoria dos Sistemas econômicos não-capitalistas (1924). **Análise social**, ano 12, n. 46,p. 477-502, 1976.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica**. Niterói, n. 29, p. 153-179, 2010a.

TEISSERENC, Pierre. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010b.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12º Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida-SP: Editora ideias & Letras, 2006, p. 251-166.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salete. A paisagem sonora da Ilha dos Valadares: percepção e memória na construção do espaço. In: DELOIZY, F. B. e SERPA, A. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA, Edições L'Harmattan, 2012. p.167-190.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. 1º ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisa sociais, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. O cativo da Besta-Fera. In: VELHO, O. G. O. **Besta-Fera: recriação do mundo. Ensaios críticos de antropologia**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995. p. 13-43.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WALKER, R. T.; et al. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.

WATRIN, Orlando; PORRO, Roberto; SILVA, Thamyres Marques da. Desflorestamento e mobilidade em lotes de Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, PA. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 42, n. 1, p. 57-69, jan./abr. 2017.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4º ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WOORTMANN, Klaas. "Com Parente Não se Neguceia": O Campesinato como Ordem Moral. **Anuário antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; et al (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

## ANEXOS

## Anexo 1: Boletim informativo sobre a Manejo Florestal no contexto da cooperação empresa-comunidade.

**ASSEFA ANAPU PARA**

## PDSs de Anapu em Foco

**Parceria Empresa & Comunidade para o Manejo Florestal Sustentável** 5



Diante da necessidade de fazer uso sustentável dos recursos florestais existentes em toda a área de reserva legal dos PDSs de Anapu, vêm sendo conduzidos 2 Planos de Manejo Florestal, dimensionados para um ciclo de corte de 30 anos e com Unidades de Produção Anual (UPAs) de 500,00 ha, o que gera um volume de madeira em torno de 12.000,00 m<sup>3</sup> a ser explorado a cada ano. Para explorar a área

manejada dos PDSs, as Associações contam com uma serraria portátil cada, que possui capacidade real de processamento de madeira em tora de aproximadamente 800m<sup>3</sup>/ano, além disso, há uma grande quantidade de volume de madeira para laminado e madeira de serra que a serraria portátil não atingirá. Aliado a isso as Associações e Cooperativas

dos PDSs não possuem estrutura físico-financeira para a aquisição de máquinas pesadas, não tem experiência com exploração madeireira de impacto reduzido e ainda necessitam amadurecer o processo organizativo e administrativo para gerenciar um empreendimento florestal deste porte. Partindo destas considerações surgiu a necessidade de firmar parceria com empresa madeireira para a execução da exploração dos Planos de Manejo Florestais dos PDSs.

O processo de seleção da parceria se deu no primeiro momento com a realização de várias oficinas e reuniões com os comunitários dos PDS para desenhar um modelo de contrato com todos os critérios normatizadores das etapas de exploração e comercialização da madeira. No segundo momento, a equipe técnica e a diretoria das Associações e Cooperativas fizeram contatos com empresas madeireiras idôneas que já trabalham ou objetivam trabalhar com

certificação florestal, para a negociação da execução dos planos de manejo. Em um terceiro momento, após a seleção da parceria, realizou-se duas reuniões interinstitucionais (Ministério Público Federal, IDEFLOR, SECTAM, INCRA, IBAMA/Altamira, IBAMA/Diretoria de Florestas, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anapu, FETAGRI, Fundação Viver Produzir e Preservar, Comissão Pastoral da Terra, Associações e Cooperativas dos PDSs Esperança e Virola-Jatobá, ASSEFA e Empresa selecionada), para a formatação do contrato de parceria, em concordância com as instruções normativas dos órgãos fundiários e ambientais para a exploração florestal da reserva legal de projetos de assentamentos, para somente depois de toda discussão, consultas, pareceres e anuência das Instituições, celebrar o Contrato entre a Empresa e as Comunidades dos PDSs de Anapu.

Buscou-se identificar Empresas madeireiras que tivessem o seguinte perfil:

- Oferecer as melhores vantagens econômicas (preços, benfeitorias e garantias);
- Melhor garantia de benfeitorias à comunidade, como apoio a construção e manutenção de estradas, pontes, buiros, escolas, barracões, alojamentos, etc;
- Ser transparente nos negócios, ou seja, demonstrar comprometimento em manter um processo contínuo de consultas e prestação de contas à comunidade e às autoridades públicas;
- Certificada ou com proposta para certificação;
- Preferencialmente estruturada no município ou na região;
- Garantir o cumprimento das leis trabalhistas (segurança, carteira assinada, etc.);
- Assegurar a participação dos moradores dos PDSs, caso desejem, nas atividades de exploração madeireira;
- Investir em sua própria capacitação e daqueles que trabalham na exploração;
- Demonstrar seriedade no cumprimento das leis ambientais, no passado e no presente;
- Demonstrar a intenção de reduzir os efeitos negativos ecológicos e sociais, que tenham causado com a exploração madeireira no passado.



**Apoio:**



Fonte: Arthur Brito, Trabalho de campo, 2016.

